

SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.

Edital 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	130063-SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.	MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO	05/03/2026 16:24 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		21044.007147/2025-51

Capa

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

Processo Administrativo nº 21044.007147/2025-06

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA, CNPJ 00.396.895/0027-64, por meio do(a) SFA-RJ, sediado(a) RODRIGUES ALVES, 129,4 E 8 ANDARES, bairro PC MAUA, na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ , CEP 20081250, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 18/03/2026

Hora Inicial : 10:00

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.113.387,63 (dois milhões, cento e treze mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos)

Sumário

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 9. DO TERMO DE CONTRATO**
- 10. DOS RECURSOS**
- 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. CLÁUSULAS

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades das instalações físicas da Superintendência Federal de Agricultura- SFA/RJ, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, com o fornecimento de toda a mão de obra, com dedicação exclusiva, materiais, armamentos, munições e equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 6 (seis) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. sociedades cooperativas;

2.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.13. Microempreendedor Individual – MEI, nos termos dos itens 4.30 e 4.31 deste Termo de Referência.

2.7.14. pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.15. deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5.. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.8.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- 4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado

- 4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

5.1.2. Valor Anual (total) do item e valor global do grupo com base na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, vigente à época da apresentação da proposta/oferta de lance;

5.1.3. Descrição do Objeto, contendo as informações similares do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações: A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de ocupações - CBO;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$1,00 (um real)

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da

entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.8.1. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025 - SINDESP-RJ;

7.8.2. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

- 7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.21. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 7.21.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
 - 7.21.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial
 - 7.21.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
 - 7.21.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.22. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 7.23. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço. 7.24. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.25. O Pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.26. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.8.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail **licitacoes.sfa-rj@agro.gov.br**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.8.3. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até horas , para:

8.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inhabilitação.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.**

9.6.1. A existência do registro do **Cadin** constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.7.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.7.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.8.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967 /2024.

9.9. Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de **10 %**.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **licitacoes.sfa-rj@agro.gov.br** e pessoalmente no Protocolo da SFA/RJ localizado na Avenida Rodrigues Alves, 129 Praça Mauá - Centro - Rio de Janeiro/RJ

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Termo de Referência.

ANEXO III - Mapa de Risco.

ANEXO IV - Instrumento de Medição de Resultados.

ANEXO V - Modelo de Proposta

ANEXO VI - Convenção Coletiva de Trabalho.

ANEXO VII - Reajuste 2025 CCT.

ANEXO VIII - Modelo de Planilha de Custos

ANEXO IX - Minuta do Termo de Contrato

Rio de Janeiro, 03 de março de 2026

AGNALDO PINTO DA SILVA

Superintendente Federal de Agricultura

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 4322041765994605247

.....

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Solicito providencias

AGNALDO PINTO DA SILVA
Superintendente



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-RJ
DIVISAO DE AQUISICOES E LOGISTICA

ERRATA

Termo de Referência nº 1/2026 - DIAL-RJ/CAD-RJ/SFA-RJ/SE/MAPA

Em revisão ao documento SEI nº50561807, foi verificado na planilha de custo e formação de preços, duplicidade sobre o cálculo que remete ao importe auferido pelos tributos PIS, COFINS e ISS, respectivamente aplicados no Módulo 6. Desta forma, ressalta-se as alterações pertinentes aos valores supra citados, insertos nas seguintes peças processuais:

1 - ETP 16/2025 (SEI 50338095) - Item 8.3 onde se lê:

8.3. O resumo da estimativa está sintetizado na tabela a seguir, com a respectiva memória de cálculo:

ITEM	QTD DE POSTOS	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	VALOR UNITÁRIO MENSAL POR VIGILANTE (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
01	05 diurnos (07h/19h)	10	R\$ 8.725,94	R\$ 87.259,36	R\$ 1.047.112,36
2	05 noturnos (19h/07h)	10	R\$ 10.400,81	R\$ 104.008,11	R\$ 1.248.097,35
TOTAL	10 postos	20 Vigilantes	R\$ 19.126,75	R\$ 191.267,48	R\$ 2.295.209,71

*** Critério de dimensionamento: escala 12x36, com 2 vigilantes por posto, assegurando cobertura contínua 24h. O dimensionamento acima é compatível com a planilha de custos e com o quadro-resumo financeiro, garantindo correspondência direta entre postos (diurnos/noturnos) e o quantitativo de vigilantes, sem superdimensionamento ou lacunas de cobertura.**

Memória de Cálculo por Unidade (valores por posto)

Base de cálculo (mensal)

Posto Diurno (Item 01) = 2 vigilantes × R\$ 8.725,94 = R\$ 17.451,87/ posto/mês

Posto Noturno (Item 02) = 2 vigilantes × R\$ 10.400,81 = R\$ 20.801,62/ posto/mês

1) Sede - Centro/RJ

Dimensionamento: 2 postos diurnos + 2 postos noturnos = 4 postos (08 vigilantes)

Diurno: 2 postos × R\$ 17.451,87 = R\$ 34.903,75/mês

Noturno: 2 postos × R\$ 20.801,62 = R\$ 41.603,24/mês

Total mensal: R\$ 34.903,75 + R\$ 41.603,24 = R\$ 76.506,99/mês

Total anual: R\$ 76.506,99 × 12 = R\$ 918.083,88/ano

2) Setor de Transportes - Garagem da SFA-RJ

Dimensionamento: 2 postos diurnos + 2 postos noturnos = 4 postos (08 vigilantes)

Diurno: 2 postos × R\$ 17.451,87 = R\$ 34.903,75/mês

Noturno: 2 postos × R\$ 20.801,62 = R\$ 41.603,24/mês

Total mensal: R\$ 34.903,75 + R\$ 41.603,24 = R\$ 76.506,99/mês

Total anual: R\$ 76.506,99 × 12 = R\$ 918.083,88/ano

3) Unidade Regional - Campos dos Goytacazes/RJ

Dimensionamento: 1 posto diurno + 1 posto noturno = 2 postos (4 vigilantes)

Diurno: 1 posto × R\$ 17.451,87 = R\$ 17.451,87/mês

Noturno: 1 posto × R\$ 20.801,62 = R\$ 20.801,62/mês

Total mensal: R\$ 17.451,87 + R\$ 20.801,62 = R\$ 38.253,50/mês

Total anual: R\$ 38.253,50 × 12 = R\$ 459.041,94/ano

Total mensal: R\$ 76.506,99 + R\$ 76.506,99 + R\$ 38.253,50 = R\$ 191.267,48

Total anual: R\$ 918.083,88 + R\$ 918.083,88 + R\$ 459.041,94 = R\$ 2.295.209,71

Leia-se:

8.3. O resumo da estimativa está sintetizado na tabela a seguir, com a respectiva memória de cálculo:

ITEM	QTD DE POSTOS	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	VALOR UNITÁRIO MENSAL POR VIGILANTE (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
01	05 diurnos (07h/19h)	10	R\$ 8034,68	R\$ 80.346,85	R\$ 964.162,15
2	05 noturnos (19h/07h)	10	R\$ 9.576,88	R\$ 95.768,79	R\$ 1.149.225,48
TOTAL	10 postos	20 Vigilantes	R\$ 17.611,56	R\$ 176.115,64	R\$ 2.113.387,63

*** Critério de dimensionamento: escala 12x36, com 2 vigilantes por posto, assegurando cobertura contínua 24h. O dimensionamento acima é compatível com a planilha de custos e com o quadro-resumo financeiro, garantindo correspondência direta entre postos (diurnos/noturnos) e o quantitativo de vigilantes, sem superdimensionamento ou lacunas de cobertura.**

Memória de Cálculo por Unidade (valores por posto)

Base de cálculo (mensal)

Posto Diurno (Item 01) = 2 vigilantes × R\$ 8034,68 = R\$ 16.069,37/ posto/mês

Posto Noturno (Item 02) = 2 vigilantes × R\$ 9.576,88 = R\$ 19.153,76/ posto/mês

1) Sede - Centro/RJ

Dimensionamento: 2 postos diurnos + 2 postos noturnos = 4 postos (08 vigilantes)

Diurno: 2 postos × R\$ 16.069,37 = R\$ 32.138,74/mês

Noturno: 2 postos × R\$ 19.153,76 = R\$ 38.307,52/mês

Total mensal: R\$ 32.138,74 + R\$ R\$ 38.307,52 = R\$ 70.446,25/mês

Total anual: R\$ 70.446,25 × 12 = R\$ 845.355,05/ano

2) Setor de Transportes - Garagem da SFA-RJ

Dimensionamento: 2 postos diurnos + 2 postos noturnos = 4 postos (08 vigilantes)

Diurno: 2 postos × R\$ 16.069,37 = R\$ 32.138,74/mês

Noturno: 2 postos × R\$ 19.153,76 = R\$ 38.307,52/mês

Total mensal: R\$ 32.138,74 + R\$ R\$ 38.307,52 = R\$ 70.446,25/mês

Total anual: R\$ 70.446,25 × 12 = R\$ 845.355,05/ano

3) Unidade Regional - Campos dos Goytacazes/RJ

Dimensionamento: 1 posto diurno + 1 posto noturno = 2 postos (4 vigilantes)

Diurno: 1 posto × R\$ 16.069,37 = R\$ 16.069,37/mês

Noturno: 1 posto × R\$ 19.153,76 = R\$ 19.153,76 /mês

Total mensal: R\$ 16.069,37 + R\$ 19.153,76 = R\$ 35.223,13 /mês

Total anual: R\$ 35.223,13 × 12 = R\$ 422.677,53/ano

Total mensal: R\$ 70.446,25 + R\$ 70.446,25 + R\$ 35.223,13 = R\$ 176.115,64

Total anual: R\$ 845.355,05+ R\$ 845.355,05 + R\$ 422.677,53 = R\$ 2.113.387,63

2 - TR 21/2025 (SEI50561050) Item 1.1 onde se lê

1.1. Contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades das instalações físicas da SFA-RJ, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, com o fornecimento de toda a mão de obra, com dedicação exclusiva, materiais, armamentos, munições e equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	Catser	CBO	Unid. Medida	Quantidade	Quantidade de Vigilantes	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total/anual
-------	------	---------------	--------	-----	--------------	------------	--------------------------	----------------	--------------	-------------------

1	1	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança – Orgânica 12h Diurnas – 2ª a Domingo Complementar: Armada , das 07h00 às 19h00, no Prédio Sede da SFA-RJ Av. Rodrigues Alves, 129 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20081-250	23647	5173-30	Posto	02	04	R\$ 8.725,94	R\$34.903,75	R\$ 418.844,95
	2	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança – Orgânica 12h noturnas – 2ª a Domingo Complementar: Armada , das 19h00 às 07h00, no Prédio Sede da SFA-RJ Av. Rodrigues Alves, 129 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20081-250	23957	5173-30	Posto	02	04	R\$ 10.400,81	R\$41.603,24	R\$ 499.238,94
	3	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança – Orgânica 12h Diurnas – 2ª a Domingo Complementar: Armada , das 07h00 às 19h00, no Terminal de Garagem da SFA-RJ, localizado na Estrada do Galeão, nº 5335, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-353.	23647	5173-30	Posto	02	04	R\$ 8.725,94	R\$34.903,75	R\$ 418.844,95

1

4	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança - Orgânica 12h noturnas - 2ª a Domingo Complementar: Armada , das 19h00 às 07h00, no Terminal de Garagem da SFA-RJ, localizado na Estrada do Galeão, nº 5335, Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21941-353..	23957	5173-30	Posto	02	04	R\$ 10.400,81	R\$41.603,24	R\$ 499.238,94
5	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança - Orgânica 12h Diurnas - 2ª a Domingo Complementar: Armada , das 07h00 às 19h00, no Prédio da SFA-RJ em Campos dos Goytacazes - RJ, localizado na R. Saldanha Marinho, 378 - Centro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro - RJ, CEP 28010-272.	23647	5173-30	Posto	01	02	R\$ 8.725,94	R\$17.451,87	R\$ 209.422,47

1

1	6	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança - Orgânica 12h noturnas - 2ª a Domingo Complementar: Armada , das 19h00 às 07h00, no Prédio da SFA-RJ em Campos dos Goytacazes - RJ, localizado na R. Saldanha Marinho, 378 - Centro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro - RJ, CEP 28010-272.	23957	5173-30	Posto	01	02	R\$ 10.400,81	R\$20.801,62	R\$ 249.619,47
VALOR TOTAL							R\$ 2.295.209,71			

Leia-se:

1.1. Contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades das instalações físicas da SFA-RJ, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, com o fornecimento de toda a mão de obra, com dedicação exclusiva, materiais, armamentos, munições e equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	Catser	CBO	Unid. Medida	Quantidade	Quantidade de Vigilantes	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total/anual
-------	------	---------------	--------	-----	--------------	------------	--------------------------	----------------	--------------	-------------------

1

1	1	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança – Orgânica 12h Diurnas – 2ª a Domingo Complementar: Armada, das 07h00 às 19h00, no Prédio Sede da SFA-RJ Av. Rodrigues Alves, 129 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20081-250	23647	5173-30	Posto	02	04	R\$ 8.034,68	R\$32.138,74	R\$ 385.664,86
	2	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança – Orgânica 12h noturnas – 2ª a Domingo Complementar: Armada, das 19h00 às 07h00, no Prédio Sede da SFA-RJ Av. Rodrigues Alves, 129 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20081-250	23957	5173-30	Posto	02	04	R\$ 9.576,88	R\$38.307,52	R\$ 459.690,19
	3	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança – Orgânica 12h Diurnas – 2ª a Domingo Complementar: Armada, das 07h00 às 19h00, no Terminal de Garagem da SFA-RJ, localizado na Estrada do Galeão, nº 5335, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-353.	23647	5173-30	Posto	02	04	R\$ 8.034,68	R\$32.138,74	R\$ 385.664,86

1

1

4	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança - Orgânica 12h noturnas - 2ª a Domingo Complementar: Armada , das 19h00 às 07h00, no Terminal de Garagem da SFA-RJ, localizado na Estrada do Galeão, nº 5335, Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21941-353..	23957	5173-30	Posto	02	04	R\$ 9.576,88	R\$38.307,52	R\$ 459.690,19
5	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança - Orgânica 12h Diurnas - 2ª a Domingo Complementar: Armada , das 07h00 às 19h00, no Prédio da SFA-RJ em Campos dos Goytacazes - RJ, localizado na R. Saldanha Marinho, 378 - Centro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro - RJ, CEP 28010-272.	23647	5173-30	Posto	01	02	R\$ 8.034,68	R\$16.069,37	R\$ 192.832,43

1

1	6	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança - Orgânica 12h noturnas - 2ª a Domingo	23957	5173-30	Posto	01	02	R\$ 9.576,88	R\$19.153,76	R\$ 229.845,10
1		Complementar: Armada , das 19h00 às 07h00, no Prédio da SFA-RJ em Campos dos Goytacazes - RJ, localizado na R. Saldanha Marinho, 378 - Centro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro - RJ, CEP 28010-272.								
VALOR TOTAL								R\$ 2.113.387,63		

3 - TR 21/2025 (SEI50561050) Item 10.1 onde se lê:

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 2.295.209,71 (dois milhões duzentos e noventa e cinco mil duzentos e nove reais e setenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

Leia-se:

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 2.113.387,63 (dois milhões, cento e treze mil trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos) , conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

Por derradeiro, frisa-se que as demais cláusulas, não elencadas na presente peça, mantêm-se inalteradas.

Atenciosamente

MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO
Membro da Equipe de Planejamento

ROLAND CHAME CANTANHEDE
Membro da Equipe de Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO, Agente Administrativo**, em 05/03/2026, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROLAND CHAME CANTANHEDE, Agente Administrativo**, em 05/03/2026, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
, informando o código verificador **50883095** e o código CRC **297EF4C0**.

Referência: Processo nº 21044.007147/2025-51

SEI nº 50883095

SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.

Estudo Técnico Preliminar 16/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 21044.007147/2025-51

2. Descrição da necessidade

2.1. Da necessidade da contratação: A contratação dos serviços de vigilância patrimonial armada mostra-se necessária para atender às demandas de segurança das instalações físicas da Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária no Estado do Rio de Janeiro – SFA-RJ, assegurando a proteção do patrimônio público, de servidores, usuários e bens sob responsabilidade da Administração, com cobertura ininterrupta, inclusive aos finais de semana e feriados.

2.2. Para fins de dimensionamento, esclarece-se que o quantitativo de postos indicado refere-se a postos por período (diurno e noturno) e que, em razão do regime de trabalho 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso – 12x36^[1], cada posto demanda a alocação de 02 (dois) vigilantes, a fim de garantir a continuidade do serviço sem solução de continuidade, nas seguintes unidades:

a) Prédio Sede da SFA-RJ

Endereço: Av. Rodrigues Alves, nº 129, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20081-250

Quantidade de postos: 04 (quatro) postos de vigilância patrimonial armada por período, assim distribuídos: 02 (dois) postos no período diurno; 02 (dois) postos no período noturno.

Quantidade estimada de funcionários: Considerando o regime 12x36, estima-se a necessidade de 08 (oito) vigilantes, correspondentes ao total de 04 (quatro) postos (diurno + noturno).

b) Setor de Transportes – Garagem da SFA-RJ

Endereço: Estrada do Galeão, nº 5335, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21941-353

Quantidade de postos: 04 (quatro) postos de vigilância patrimonial armada por período, sendo: 02 (dois) postos diurnos; 02 (dois) postos noturnos.

Quantidade estimada de funcionários: Considerando o regime 12x36, estima-se a necessidade de 08 (oito) vigilantes, correspondentes ao total de 04 (quatro) postos (diurno + noturno).

c) Unidade Regional da SFA-RJ em Campos dos Goytacazes – RJ

Endereço: R. Saldanha Marinho, nº 378, Centro, Campos dos Goytacazes – RJ, CEP 28010-272

Quantidade de postos: 02 (dois) postos de vigilância patrimonial armada por período, sendo 01 (um) posto diurno e 01 (um) posto noturno.

Quantidade estimada de funcionários: Considerando o regime 12x36, estima-se a necessidade de 04 (quatro) vigilantes, sendo: 02 (dois) vigilantes para o posto diurno; 02 (dois) vigilantes para o posto noturno;

2.3. A contratação justifica-se diante do aumento de ocorrências de arrombamentos e furtos nas regiões atendidas, somada à inexistência de quadro próprio de vigilância patrimonial armada, gerando riscos à integridade dos bens móveis, imóveis, dos servidores e da população que circula nas unidades.

2.4. A execução dos serviços por empresa terceirizada especializada, com dedicação exclusiva de mão de obra, é mais econômica do que a contratação direta de pessoal, além de viável legalmente, dado que o cargo de Agente de Vigilância Patrimonial encontra-se extinto pela Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

2.5. A contratação está respaldada pelo art. 1º do Decreto nº 9.507/2018 e pelo art. 7º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, que autorizam a execução indireta de atividades materiais acessórias e instrumentais, como a vigilância patrimonial.

2.6. A prestação dos serviços exigirá o fornecimento, pela contratada, de mão de obra qualificada, equipamentos e materiais, conforme especificações e quantitativos definidos nas planilhas de custos e formação de preços.

2.7. Para fins de organização contratual e racionalização da gestão, optou-se pelo agrupamento das atividades em um único objeto, com critério de julgamento do tipo menor preço global, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do art. 3º da IN SEGES/MP nº 5/2017.

2.8. A demanda está dimensionada na sua totalidade da seguinte forma:

● **05 (sete) postos de vigilância patrimonial armada – período diurno**

Regime: 12h x 36h

Horário: das 07h00 às 19h00

Dias: segunda-feira a domingo, inclusive feriados

● **05 (cinco) postos de vigilância patrimonial armada – período noturno**

Regime: 12h x 36h

Horário: das 19h00 às 07h00

Dias: segunda-feira a domingo, inclusive feriados

PRÉDIO SEDE DA SFA-RJ

(Av. Rodrigues Alves, nº 129, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20081-250)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE POSTOS	VIGILANTES POR POSTO	TOTAL DE VIGILANTES
01	Vigilância patrimonial ARMADA , 12 x 36h, DIURNO , de segunda-feira a domingo, das 07h00 às 19h00, no Prédio Sede da SFA-RJ Av. Rodrigues Alves, 129 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20081-250	02	02	04
02	Vigilância patrimonial ARMADA , 12 x 36h, NOTURNO , de segunda-feira a domingo, das 19h00 às 07h00, no Prédio Sede da SFA-RJ Av. Rodrigues Alves, 129 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20081-250.	02	02	04
	Subtotal	04		08

SETOR DE TRANSPOTES - GARAGEM SFA-RJ

(Estrada do Galeão nº 5335, Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, CEP21941-353)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE POSTOS	VIGILANTES POR POSTO	TOTALDE VIGILANTES
01	Vigilância patrimonial ARMADA , 12 x 36h, DIURNO , de segunda-feira a domingo, das 07h00 às 19h00, no Terminal de Garagem da SFA-RJ, localizado na Estrada do Galeão nº 5335, Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, CEP21941-353	02	02	04
02	Vigilância patrimonial ARMADA , 12 x 36h, NOTURNO , de segunda-feira a domingo, das 19h00 às 07h00, no Terminal de Garagem da SFA-RJ, localizado na Estrada do Galeão nº 5335, Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, CEP21941-353	02	02	04
	Subtotal	04		08

UNIDADE REGIONAL - Campos dos Goytacazes – RJ

(R. Saldanha Marinho, 378 – Centro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro – RJ, CEP 28010-272)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE POSTOS	VIGILANTES POR POSTO	TOTALDE VIGILANTES
01	Vigilância patrimonial ARMADA , 12 x 36h, DIURNO , de segunda-feira a domingo, das 07h00 às 19h00, no Prédio da SFA-RJ em Campos dos Goytacazes - RJ, localizado na R. Saldanha Marinho, 378 – Centro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro – RJ, CEP 28010-272.	01	01	02
02	Vigilância patrimonial ARMADA , 12 x 36h, NOTURNO , de segunda-feira a domingo, das 19h00 às 07h00, no Prédio da SFA-RJ em Campos dos Goytacazes - RJ, localizado na R. Saldanha Marinho, 378 – Centro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro – RJ, CEP 28010-272.	01	01	02
	Subtotal	02		04

Quadro de Dimensionamento de Postos de Vigilância Patrimonial Armada

UNIDADE	POSTOS DIURNOS	POSTOS NOTURNOS	TOTAL DE POSTOS	TOTAL DE VIGILANTES
Sede - Centro/RJ	02	02	04	08
Setor de Transportes/Garagem SFA-RJ	02	02	04	08
Unidade Regional Campos dos Goytacazes /RJ	01	01	02	04

TOTAL GERAL	05	05	10	20
-------------	----	----	----	----

2.9. No período **DIURNO** serão realizadas 4 (quatro) rondas, sendo 01(uma) ronda a cada 03 (três) horas e no período **NOTURNO**, 06 (seis) rondas, sendo 01 (uma) ronda a cada 02 (duas) horas, percorrendo todas as dependências das instalações de seus respectivos postos de trabalho. **HORÁRIOS PREFERENCIAIS DOS POSTOS:**

Escala	Frequência	horário
12x 36 DIURNO	Diariamente	07h00 às 19h00
12 x 36 NOTURNO	Diariamente	19h00 às 07h00

2.10. Para esclarecer as atividades de segurança patrimonial, apresentamos o seguinte quadro:

Serviço	Código CBO /MTE	Ocupação	Descrição sumária
Vigilância Patrimonial	5173- 30	Vigilante	Executam atividades de vigilância patrimonial para prevenção, controle e repressão de delitos. Protegem bens, áreas e pessoas. Controlam o acesso a ambientes internos e externos. Inspecionam cargas, correspondências, pessoas e veículos. Atuam de forma preventiva e repressiva com uso de equipamentos e, se autorizado, armamentos. Prestam informações e orientações ao público.

Cargo	Qualificação e Perfil dos Profissionais
	<p>Qualificação</p> <p>Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas. Ser aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 14.967, de 09 de setembro de 2024. Certificado em Curso de Extensão em Armas Letais. Não possuir, em nenhuma hipótese, antecedentes criminais.</p> <ul style="list-style-type: none"> Todos os vigilantes deverão ser habilitados perante os órgãos competentes para porte funcional de Arma de Fogo Letal. <p>Formação e avaliação do pessoal. Todos os Vigilantes deverão ser certificados a partir da data do encerramento do curso fornecido pelas empresas homologadas para esta atividade,</p>

<p>Vigilante</p>	<p>observando-se o contido na legislação específica, aprovado pelos Decretos vigentes. A Contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, os comprovantes de realização ou reciclagem dos cursos de formação dos vigilantes em efetivo exercício na SFA-RJ, conforme legislação vigente, mediante apresentação do Certificado de Conclusão de Curso e Formação de Vigilantes, devidamente registrado junto à Polícia Federal. O empregado que não possuir a formação exigida pela legislação estará impedido de assumir as funções, sendo a Contratada responsável por sua substituição imediata, nos moldes definidos anteriormente neste Termo de Referência, sem ônus à SFA-RJ / MAPA.</p> <p>Perfil:</p> <p>Os funcionários da empresa Contratada que prestarão serviços nas dependências da SFA/RJ deverão ter o seguinte perfil:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deter equilíbrio emocional. • Apresentar polidez no atendimento. <p>Ter noções de: Combate à Incêndios, Boas Maneiras, Atendimento ao Público e Relacionamento Interpessoal.</p>
-------------------------	--

[1] O regime de escala 12x36 constitui regime especial de compensação de jornada, expressamente reconhecido pela legislação trabalhista e pela jurisprudência consolidada, razão pela qual não se submete às disposições do Decreto Federal nº 12.174/2024, cuja aplicação pressupõe contextos distintos de organização da jornada de trabalho que fazem jus ao descanso semanal remunerado. Nesse sentido, a remuneração pactuada na escala 12x36 para segurança privada, incluindo escolta armada e patrimonial, reflete o ciclo completo de trabalho e descanso, incluindo a compensação de labor noturno, em feriados e fins de semana, conforme Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para Vigilantes Armados no RJ, sendo indevida a aplicação de critérios normativos incompatíveis com esse regime especial, já que, nesse aspecto, prevalecem sobre a lei, a teor do art. 611-A da CLT.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Administração -SFA-RJ	Gilberto Alencar Belo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos mínimos para a contratação da empresa especializada em vigilância patrimonial armada são os seguintes:

- 4.1.1. A CONTRATADA deverá possuir autorização de funcionamento válida e vigente, concedida pela Polícia Federal, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei nº 14.967/2024;
- 4.1.2. Os diretores e empregados da empresa não poderão possuir antecedentes criminais registrados.

- 4.1.3. A contratada deverá comunicar sua atuação à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, conforme previsto na legislação aplicável; As empresas que operarem em território nacional deverão observar as exigências constantes da Lei nº 14.967/2024, das Portarias MGI nº 18.045/2023 e 18.974/2024 – DG/PF e demais atos normativos correlatos.
- 4.1.4. Comprovar a formação técnica específica dos vigilantes, mediante apresentação de certificado de conclusão de curso de formação expedido por instituição autorizada pela Polícia Federal;
- 4.1.5. Implantar, imediatamente após o recebimento da ordem de serviço, a mão de obra nos postos indicados, de acordo com o planejamento operacional da Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo;
- 4.1.6. Fornecer, sem ônus aos empregados, os uniformes completos e equipamentos exigidos, conforme as condições climáticas da região e as normas coletivas da categoria, incluindo: calça, camisa de mangas curtas e longas, jaqueta ou japona, coturnos, cinto tático, meias, boné, capa de chuva, crachá, distintivo tipo broche, revólver calibre .38, cinto com coldre e porta-munição, munição de uso permitido, tonfa, porta- tonfa, apito, cordão, lanterna com baterias e livro de ocorrência;
- 4.1.7. É vedado à contratada repassar aos empregados qualquer custo relativo ao uniforme ou aos equipamentos necessários à execução do serviço;
- 4.1.8. Apresentar à Administração a relação das armas a serem utilizadas nos postos, com cópias autenticadas dos respectivos Registros e Portes de Arma de Fogo, nos moldes da legislação vigente;
- 4.1.9. Fornecer, no momento da implantação dos postos, as armas de fogo, munições e acessórios devidamente regularizados;
- 4.1.10. Garantir que toda munição utilizada seja de fabricação industrial e de procedência lícita, sendo vedada a utilização de munições recarregadas;
- 4.1.11. Garantir a alocação de todo o efetivo necessário ao funcionamento contínuo dos postos, conforme os regimes contratados e a legislação trabalhista vigente;
- 4.1.12. Apresentar à Administração os atestados de antecedentes civis e criminais de toda a mão de obra designada para atuar nas dependências da SFA-RJ;
- 4.1.13. Efetuar, sempre que necessário, a substituição imediata do profissional ausente, sem utilização de prorrogação de jornada (dobra), salvo nos casos autorizados pela legislação;
- 4.1.14. Manter efetivo de reserva suficiente para atender acréscimos de demanda, afastamentos e substituições emergenciais, sendo vedado manter ou reintegrar trabalhadores com histórico de faltas disciplinares graves;
- 4.1.15. Atender prontamente às solicitações da Administração quanto à substituição de profissionais considerados inadequados ou não qualificados;
- 4.1.16. Instruir o preposto designado para acolher e cumprir as orientações da fiscalização, especialmente no que se refere às normas de conduta interna, segurança e medicina do trabalho;
- 4.1.17. Relatar à Administração toda e qualquer ocorrência ou irregularidade observada nos postos, de forma tempestiva e documentada;
- 4.1.18. Os supervisores da contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os postos no mínimo 1 (uma) vez por semana, em dias e períodos (diurno das 07h00 às 19h00 e noturno das 19h00 às 07h00) alternados, registrando-se as visitas em relatório próprio;

4.1.19. O uso de armamento deverá ocorrer exclusivamente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na proteção do patrimônio da Administração, após esgotados os demais meios razoáveis de dissuasão ou contenção, conforme a legislação aplicável.

4.1.20. A CONTRATADA deverá manter o cumprimento rigoroso das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, sendo responsável integral pelo pagamento de salários, adicionais, encargos legais, benefícios, férias, 13º salário, vales e demais direitos dos trabalhadores alocados nos postos, inclusive durante o aviso prévio, sem qualquer vínculo com a Administração Pública.

4.1.21. Os profissionais designados para a execução dos serviços deverão atuar sem qualquer subordinação direta à Administração, estando vinculados exclusivamente à CONTRATADA, a quem caberá o exercício do poder diretivo, disciplinar e organizacional.

4.1.22. A CONTRATADA deverá fornecer, instalar e manter em funcionamento equipamentos auxiliares de comunicação e segurança, como rádios comunicadores, celulares institucionais, detectores de metais (quando aplicável) e demais instrumentos necessários à plena execução das atividades de vigilância.

4.1.23. A CONTRATADA deverá observar integralmente as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-6 (EPIs), NR-17 (ergonomia), NR-23 (prevenção e combate a incêndios) e demais que forem aplicáveis, fornecendo aos vigilantes os treinamentos e instruções correspondentes, com comprovação mediante certificado.

4.1.24. A CONTRATADA responderá, nos termos da legislação vigente, por quaisquer danos causados por seus empregados, prepostos ou equipamentos ao patrimônio público ou a terceiros, durante a execução do contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas

4.1.25. Ato de autorização para funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.967/2024 e do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, em plena validade.

4.1.26. Comprovante de que cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, mediante apresentação do registro do SEESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.1.27. Comprovação de aptidão para a execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, mediante apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.1.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

4.1.29. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

4.2. Requisitos do Profissional dos Serviços de Vigilância

4.2.1. Os serviços de vigilância serão executados por profissional qualificado, nos termos da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, da Portarias MGI nº 18.045/2023 e 18.974/2024 – DG/DPF, e demais legislações e atos normativos correlatos.

4.2.2. A contratada deverá cumprir integralmente o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme os indicadores de desempenho definidos no Termo de Referência e no contrato, sujeitando-se às sanções previstas em caso de metas não atingidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2.3. A equipe de vigilância deverá ser composta exclusivamente por profissionais com qualificação mínima legalmente exigida, com os seguintes requisitos: Ser brasileiro (a) nato ou naturalizado;

4.2.3.1. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

4.2.3.2. Ter sido aprovado (a) em curso de formação de vigilante realizado em instituição autorizada pela Polícia Federal, com certificado válido;

4.2.3.3. Ter sido aprovado (a) em exame de saúde física e mental, nos moldes da regulamentação vigente;

4.2.3.4. Não possuir antecedentes criminais registrados, comprovado mediante certidão expedida pelos órgãos competentes;

4.2.3.5. Estar quite com as obrigações eleitorais e, quando for o caso, militares;

4.2.3.6. Possuir Ensino Médio Completo;

4.2.3.7. Cursos complementares desejáveis (não obrigatórios): informática básica, atendimento ao público, prevenção e combate ao incêndio, primeiros socorros e relações interpessoais;

4.2.3.8. Apresentar condicionamento físico compatível com as atribuições do posto de vigilância.

4.2.4. A distribuição e realocação dos profissionais entre os postos de serviço deverão ser avaliadas e aprovadas previamente pela equipe de fiscalização da Administração, observando as necessidades operacionais e os critérios técnicos estabelecidos.

4.2.5. Todos os vigilantes deverão estar com seus cursos de formação e de reciclagem atualizados, nos prazos legais estabelecidos pela Lei nº 14.967/2024 e pelas Portarias MGI nº 18.045/2023 e 18.974/2024 – DG/PF, com comprovação junto à Polícia Federal.

4.3. Os profissionais deverão apresentar postura ética, comportamento disciplinado, polidez no atendimento ao público e disposição para atuação preventiva, conforme orientações da Administração e normas internas da SFA-RJ.

4.4. Direitos e Condições a Serem Assegurados ao Vigilante pela CONTRATADA

A CONTRATADA deverá assegurar aos vigilantes alocados para a execução dos serviços os seguintes direitos e condições mínimas, em conformidade com a Lei nº 14.967/2024, Portarias MGI nº 18.045/2023 e 18.974/2024 – DG/PF, CLT, normas coletivas da categoria e demais dispositivos legais aplicáveis:

4.4.1. Fornecimento de **uniforme completo, apropriado e padronizado**, sem qualquer ônus ao empregado, conforme disposições da convenção coletiva vigente e exigências operacionais do contrato;

4.4.2. **Concessão do porte de arma de fogo**, exclusivamente para uso em serviço, mediante autorização e controle da Polícia Federal, observado o cumprimento de todos os requisitos legais pelo profissional e pela contratada;

4.4.3. Garantia de **prisão especial**, quando for o caso, por ato praticado no exercício da função, nos termos da legislação específica;

4.4.4. Contratação de **seguro de vida em grupo**, custeado integralmente pela empresa empregadora, com cobertura para acidentes pessoais e morte natural ou acidental, conforme previsto em convenção coletiva;

4.4.5. Disponibilização, pela contratada, de **local apropriado para o desempenho das atividades** dos vigilantes, bem como para a **guarda de seus pertences pessoais e equipamentos de trabalho**, em ambiente seguro, higienizado e com condições mínimas de conforto.

4.4.6. Observância das normas de segurança, saúde e medicina do trabalho, inclusive fornecimento e reposição regular de EPIs adequados às atividades desempenhadas;

4.4.8. Garantia do **direito à reciclagem periódica** do curso de formação, conforme exigido pela Polícia Federal, com comprovação e controle dos prazos de validade dos certificados.

4.5. Conta-Depósito Vinculada:

4.5.1. Em atendimento ao disposto no **art. 18, inciso I, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017**, a contratada deverá autorizar a abertura de **Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação**, nos moldes estabelecidos no **Anexo XII da referida Instrução Normativa**, exclusivamente para a gestão dos valores destinados ao pagamento de obrigações trabalhistas dos empregados alocados na execução do contrato.

4.5.2. As regras específicas para abertura, movimentação, fiscalização, bloqueio e liberação dos valores da Conta-Depósito Vinculada **serão estabelecidas no Termo de Referência e no contrato administrativo**, observando-se integralmente os parâmetros definidos pela IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.5.3. A Conta-Depósito Vinculada é uma **medida de controle e mitigação de riscos trabalhistas**, visando garantir os direitos dos trabalhadores envolvidos e resguardar a Administração Pública de eventuais responsabilizações solidárias ou subsidiárias.

4.5.4. A movimentação da conta somente poderá ocorrer mediante **autorização da Administração CONTRATANTE**, conforme hipóteses previamente autorizadas pela IN SEGES/MP nº 5/2017 (Anexo XII), devendo ser mantido **registro e controle formal** de todas as movimentações.

4.6. Da Classificação dos Serviços

4.6.1. O serviço de vigilância patrimonial armada caracteriza-se como de natureza contínua, sendo sua ausência capaz de comprometer a regularidade das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal, em especial as atividades institucionais da Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária no Estado do Rio de Janeiro – SFA-RJ. A não prestação adequada dos serviços coloca em risco a integridade física de servidores, produtores rurais, cidadãos e o acervo patrimonial sob a responsabilidade da unidade.

4.6.2. Os serviços a serem contratados são considerados **comuns**, nos termos do **art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021**, por envolverem práticas e padrões de desempenho usuais no mercado.

4.6.3. Enquadram-se, ainda, como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às competências legais do órgão, conforme disposto no art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

4.6.4. A prestação dos serviços **não gera vínculo empregatício** entre os trabalhadores da contratada e a Administração, sendo vedada qualquer forma de subordinação direta ou pessoalidade, nos termos da legislação trabalhista vigente e da jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas e do Poder Judiciário.

4.6.5. A contratação deverá, sempre que possível, prever e promover práticas de sustentabilidade, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e de outros normativos federais relacionados à responsabilidade socioambiental.

4.6.6. A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração e nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor do contrato, conforme autoriza o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

4.6.7. O grau de eficiência da prestação dos serviços será **avaliado mensalmente** pela fiscalização designada, por meio de critérios previamente definidos no Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

4.6.8. Para a avaliação, será utilizado formulário padrão com fatores de avaliação, aos quais será atribuída pontuação **de 0 (zero) a 10 (dez)**. O resultado da avaliação será obtido pela média aritmética das pontuações dos fatores analisados, com os seguintes conceitos:

- **BOM:** de 7,0 a 10,0 pontos;
- **REGULAR:** de 4,0 a 6,9 pontos;
- **RUIM:** inferior a 4,0 pontos.

4.6.9. A ocorrência da primeira avaliação com conceito REGULAR implicará advertência formal à contratada.

4.6.10. A reincidência de avaliação com resultado REGULAR, consecutiva ou intercalada, ou qualquer avaliação com conceito RUIM, ensejará a aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura mensal correspondente.

4.6.11. O acúmulo de três avaliações REGULARES ou duas avaliações RUINS, consecutivas ou não, poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.

4.7. Da Execução dos Serviços

4.7.1. Os serviços de vigilância patrimonial armada serão prestados nas Instalações Físicas da SFA-RJ conforme descrito no Item nº 03 (três) deste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

4.7.2. A execução dar-se-á observando as normas da **Convenção Coletiva de Trabalho da categoria**, em regime de **12x36 horas^[2]**, incluindo sábados, domingos e feriados, sempre respeitando os limites estabelecidos pela legislação trabalhista vigente.

4.7.3. A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelo controle da jornada de trabalho dos seus empregados, bem como pela substituição imediata de vigilantes ausentes, afastados ou em ocorrência de qualquer impedimento, no prazo máximo de uma hora, independentemente do motivo.

4.7.4. A CONTRATADA deverá manter sistema eficaz de registro de ponto com marcação de entrada, saída e intervalos legais, acessível à fiscalização da contratante.

4.7.5. Fica vedado à Administração da SFA-RJ o pagamento de horas extras. Qualquer acréscimo de jornada só será admitido se previamente autorizado e estimado no edital e na proposta contratual.

4.7.6. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente uniformizados, habilitados e aptos para a função, conforme as atribuições descritas abaixo.

4.7.7. A prestação dos serviços de vigilância, nos postos fixados pela administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão de obra capacitada para:

- 4.7.7.1. Comunicar imediatamente à administração da SFA-RJ, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 4.7.7.2. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da SFA-RJ e outros de interesses, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- 4.7.7.3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança que entender oportunas, bem como a comunicação com a administração da SFA-RJ;
- 4.7.7.4. Permitir o ingresso nas instalações somente de servidores da SFA-RJ e de pessoas previamente autorizadas e identificadas, impedindo os ingressos de pessoas fora das condições retro mencionadas;
- 4.7.7.5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
- 4.7.7.6. Repassar para o (s) vigilante (s) que está (ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- 4.7.7.7. Comunicar formalmente à Administração da SFA-RJ todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio, instalações e seus servidores;
- 4.7.7.8. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração da SFA-RJ, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- 4.7.7.9. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;
- 4.7.7.10. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração da Superintendência da SFA-RJ ou responsável pelas instalações;
- 4.7.7.11. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração da SFA-RJ, no caso de desobediência;
- 4.7.7.12. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- 4.7.7.13. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- 4.7.7.14. Executar as rondas diárias conforme a orientação recebida da Administração da SFA-RJ, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- 4.7.7.15. Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- 4.7.7.16. Manter os vigilantes no Posto, não devendo se afastar em seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

4.7.7.17. Registrar, controlar, juntamente com a administração, diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto onde estiver prestando seus serviços.

4.7.7.18. A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverá ser cumprida, pela CONTRATADA, com atendimento cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

4.7.8. Todos os procedimentos operacionais descritos neste item serão acompanhados pela fiscalização da SFA-RJ e deverão ser mensurados por meio do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, conforme parâmetros definidos no contrato.

4.8. Da Carga Horária Estimada:

4.8.1. Os profissionais alocados deverão cumprir integralmente a jornada de trabalho estabelecida para os respectivos postos, conforme as escalas.

4.8.2. Do controle da carga horária:

4.8.2.1. Faltas injustificadas e atrasos superiores a 01 (uma) hora e interrupções da jornada de trabalho não serão toleradas, e, caso ocorram, ensejarão o desconto proporcional nas faturas mensais, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis, conforme contrato e legislação vigente.

4.8.2.2. O retardamento injustificado superior a 02 (duas) horas no início das atividades implicará glosa integral de 08 (oito) horas na fatura mensal da contratada.

4.8.3. Nos casos referidos no subitem anterior, a retomada das atividades somente poderá ocorrer mediante autorização expressa, registrada formalmente.

4.9. Os controles de frequência e jornada deverão ser registrados eletronicamente ou por meio de sistema validado pela Administração, ficando disponíveis para conferência da fiscalização e para subsidiar a aferição do desempenho via IMR (Instrumento de Medição de Resultados). Perfil da Categoria

4.9.1. É condição indispensável para a execução dos serviços contratados a observância integral da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como das disposições da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente para a categoria profissional dos vigilantes, observado os itens 4.10.4 e 4.10.5.

4.9.2. A CONTRATADA deverá dispor de pessoal formalmente contratado sob o regime da CLT, obedecendo, também, às normas previstas em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho firmados entre o sindicato patronal e o sindicato laboral da categoria, devidamente registrados junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) ou ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

4.9.3. Os profissionais designados deverão estar devidamente qualificados para o desempenho das atribuições compatíveis com o posto de vigilância, de acordo com a legislação vigente, as normas da Polícia Federal e os requisitos operacionais definidos no Termo de Referência.

4.9.4. A contratada deverá designar formalmente um preposto com poderes de representação para atuar como responsável pelo controle da execução dos serviços, interlocução com a Administração, supervisão da equipe, orientação aos empregados contratados e solução de eventuais conflitos operacionais, inclusive quanto:

4.9.4.1. ao cumprimento das escalas de trabalho;

4.9.4.2. à utilização dos uniformes e crachás;

4.9.4.3. ao comparecimento e frequência;

4.9.4.4. à qualidade da execução das atividades diárias.

4.9.5. O preposto deverá estar disponível para atendimento à fiscalização e gestão do contrato sempre que solicitado, responsabilizando-se pela adoção de medidas corretivas imediatas.

4.10. Da Fiscalização dos Serviços

4.10.1. A Administração da SFA-RJ exercerá a fiscalização dos serviços contratados por meio dos fiscais técnico e administrativo designados, com acesso livre e irrestrito aos locais de prestação dos serviços, a qualquer tempo, independentemente de aviso prévio, conforme previsto no contrato.

4.10.2. A fiscalização poderá impedir a execução de quaisquer atividades que estejam sendo realizadas em desacordo com as disposições contratuais, legais ou operacionais, especialmente aquelas em desconformidade com as atribuições do posto de vigilância ou com as normas internas da Administração.

4.10.3. Com a finalidade de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes na formulação de suas propostas e no dimensionamento adequado dos custos com pessoal, a Administração informa que utilizou como uma das referências para estimativa de preços, a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT da categoria profissional de vigilantes - incluindo escolta armada e patrimonial no Estado do Rio de Janeiro/RJ^[3], vigente à época da elaboração do orçamento e deste Estudo Técnico Preliminar:

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000186/2024

DATA DE REGISTRO NO MTE: 24/01/2024

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR002649/2024

NÚMERO DO PROCESSO: 19980.206755/2024-33

DATA DO PROTOCOLO: 22/01/2024

4.10.4. A utilização da Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo de Trabalho como referência não implica vinculação da contratação a cláusulas que extrapolem a matéria estritamente trabalhista, nem àquelas que estabeleçam valores, preços ou parâmetros para insumos e demais custos operacionais relacionados ao exercício da atividade, tampouco não se aplicam as cláusulas que instituem obrigações ou direitos direcionados exclusivamente a contratos com a Administração Pública, em observância ao art. 6º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e com a vedação prevista nos §§ 1º e 2º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

4.10.5. Compete às licitantes a plena e exclusiva observância da legislação trabalhista e dos instrumentos coletivos vigentes no âmbito de suas relações privadas de trabalho, sem transferência indevida de encargos ou responsabilidades à Administração. Eventuais alterações supervenientes na Convenção Coletiva de Trabalho deverão ser tratadas no âmbito da execução contratual, mediante solicitação formal e devidamente justificada da contratada, sujeita à análise técnica da Administração e à observância das regras legais e contratuais de repactuação, quando cabíveis.

[2] O Tribunal de Contas da União (TCU) entende que, nos contratos de terceirização de serviços contínuos, especialmente de **vigilância patrimonial armada e escolta armada**, a **Convenção Coletiva de Trabalho específica da categoria deve ser observada como parâmetro obrigatório da planilha de custos**, por refletir o custo real da mão de obra, sendo indevida a substituição de suas cláusulas por normas legais genéricas que resultem em redução de direitos. Nesse sentido, destacam-se os Acórdãos TCU nº 1.214/2013-Plenário, nº 2.622/2013-Plenário, nº 1.775/2014-Plenário e nº 1.832/2018-Plenário, em consonância com as orientações da AGU/CGU e com o art. 7º, XXVI, da Constituição Federal

[3] A Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo de Trabalho aplicável à categoria profissional constitui parâmetro técnico legítimo e necessário para a definição dos custos da mão de obra nas contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva, **devendo ser observadas, obrigatoriamente, as disposições de natureza estritamente trabalhista, tais como salários, jornadas, adicionais, benefícios legais e convencionais**. Tal referência não implica vinculação da contratação a cláusulas que extrapolem a matéria trabalhista, nem àquelas que estabeleçam valores, preços ou parâmetros para insumos, materiais, equipamentos ou demais custos operacionais, tampouco às que instituem obrigações ou direitos direcionados exclusivamente a contratos com a Administração Pública, em conformidade com o art. 6º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e com a vedação prevista nos §§ 1º e 2º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Solução 1. Concurso público

5.1.1. A alternativa de prover o serviço por meio de concurso público foi descartada, pois o cargo de Agente de Segurança encontra-se extinto no âmbito da Administração Pública Federal, não integrando o plano de cargos vigente da SFA-RJ. Dessa forma, não há possibilidade jurídica de provimento efetivo para essa função.

5.1.2. Além disso, a criação de novo cargo dependeria de lei específica e autorização orçamentária, o que, além de incerto, inviabilizaria a solução em tempo hábil e contrariaria os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

5.2. Solução 2. Utilização de Policiais Militares para atender a demanda:

5.2.1. A possibilidade de utilização de efetivo da Polícia Militar, por meio de convênio com o Estado, foi analisada como alternativa à contratação de empresa privada. Abaixo, apresentam-se as principais vantagens e desvantagens identificadas:

5.2.2. Vantagens:

- **Alta capacitação técnica e tática** dos profissionais, em virtude do treinamento militar;
- **Potencial percepção de maior autoridade e dissuasão de atos criminosos**, devido à atuação ostensiva da PM;
- **Possibilidade de economia de recursos financeiros**, uma vez que a cessão de policiais por convênio pode ser parcial ou integralmente custeada pelo ente federativo;
- **Rapidez de resposta a ocorrências**, se houver coordenação direta com forças de segurança.

5.2.3. Desvantagens:

- **Impedimento jurídico e fático atual**, devido à **inexistência de Termo de Cooperação Técnica vigente** entre a SFA-RJ e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;
- **Natureza contínua e específica dos serviços**, incompatível com o escopo operacional da Polícia Militar, cuja atuação está vinculada à segurança pública e não à vigilância patrimonial de prédios administrativos federais;
- **Defasagem de efetivo** das corporações militares estaduais, o que inviabiliza o atendimento da demanda de forma estável e permanente;
- **Dificuldades logísticas de atuação em unidades afastadas**, algumas localizadas em áreas rurais e distantes de centros urbanos, o que prejudica a presença constante e a cobertura adequada;
- **Ausência de controle direto pela Administração Federal** sobre o cumprimento de escalas e metas de desempenho, o que compromete a governança contratual e a mensuração de resultados;
- **Inadequação à legislação de segurança privada**, que exige empresas especializadas e autorizadas pela Polícia Federal para prestação de serviços armados patrimoniais (Lei nº 14.967/2024 e Portarias MGI nº 18.045/2023 e 18.974/2024 – DG/PF).

5.2.4. Segundo estudo da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), furtos e roubos representam 82% das denúncias feitas por proprietários rurais. O estudo ressalta que as autoridades responsáveis pela promoção da segurança pública não estão devidamente preparadas para prevenir e solucionar crimes patrimoniais rurais, o que reforça a importância de se investir em soluções integradas, como a contratação de empresas privadas especializadas em vigilância.

5.2.5. Considerações finais: Embora a utilização de policiais militares possa apresentar **vantagens pontuais**, trata-se de uma solução **inviável para o atendimento da demanda contínua e descentralizada da SFA-RJ**, por razões jurídicas, operacionais e logísticas. Assim, **essa alternativa foi descartada**, sem prejuízo de eventual colaboração pontual com as forças de segurança pública locais em situações excepcionais ou emergenciais.

5.3. Solução 3. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de segurança patrimonial, com cessão de mão de obra armada.

5.3.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, com fornecimento de mão de obra qualificada, armamentos, equipamentos de proteção individual e monitoramento eletrônico, foi identificada como a solução mais viável e aderente às necessidades da SFA-RJ. A seguir, apresentam-se suas principais vantagens e desvantagens:

5.3.2. Vantagens:

- **Capilaridade e disponibilidade do mercado:** há ampla oferta de empresas autorizadas pela Polícia Federal para prestação desse serviço, o que assegura a competitividade da contratação;
- **Execução por profissionais especializados, armados e treinados**, com controle legal de registro, porte e capacitação periódica;
- **Possibilidade de reposição imediata dos postos** em casos de ausências, afastamentos, férias ou desligamentos, garantindo a continuidade dos serviços;
- **Supervisão técnica pela contratada**, reduzindo a sobrecarga sobre a Administração contratante;
- **Fornecimento integral dos insumos operacionais**, incluindo armamentos, munições, uniformes, EPIs, rádios, lanternas e fichas de controle;
- **Inclusão de sistema de monitoramento eletrônico por comodato**, ampliando a capacidade de vigilância com menor custo de aquisição;
- **Padronização da execução do serviço**, com maior facilidade de fiscalização e gestão dos resultados;
- **Aderência à política de racionalização administrativa da Administração Pública Federal**, que prioriza a terceirização de atividades-meio.

5.3.3. Desvantagens:

- **Necessidade de gestão contratual contínua**, com dedicação de equipe para fiscalização técnica, administrativa e financeira do contrato;
- **Manutenção de instrumentos obrigatórios**, como conta-depósito vinculada, repactuação, reajustes e aplicação do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme previsto na IN SEGES/MP nº 5 /2017;
- **Impacto orçamentário relevante**, dada a natureza intensiva em mão de obra e a necessidade de profissionais armados com registro ativo junto à Polícia Federal.

5.3.4. Considerações finais:

- Apesar de envolver uma estrutura de gestão contratual mais robusta, a contratação de empresa especializada **representa a solução mais vantajosa e adequada ao interesse público**, pois permite cobertura permanente, atuação técnica, padronização dos procedimentos e maior **eficiência na proteção do patrimônio público e das pessoas** que frequentam as unidades da SFA-RJ.
- A contratação está amparada nas disposições da **Lei nº 14.133/2021, Lei nº 14.967/2024, Portarias MGI nº 18.045/2023 e 18.974/2024 – DG/PF, Decreto nº 9.507/2018** e nas normas trabalhistas e coletivas aplicáveis à categoria.
- A contratação pretendida alinha-se à política de racionalização da máquina pública federal, adotada nos últimos anos, voltada à concentração da atuação estatal nas atividades finalísticas e à redução da execução direta de serviços de apoio, conforme diretrizes de gestão do Governo Federal.

5.3.5. Soluções tecnológicas

5.3.5.1. Foram consideradas alternativas tecnológicas complementares, como o uso de **monitoramento eletrônico à distância**, amplamente utilizados em áreas urbanas. Contudo, essas soluções não se mostraram viáveis como substitutas da vigilância armada em nossas unidades.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução definida para atendimento à necessidade identificada consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atuar nas unidades físicas da Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária no Estado do Rio de Janeiro – SFA-RJ.

6.2. O serviço será executado por meio da alocação de postos fixos de trabalho em regime de 12x36 horas, distribuídos conforme o dimensionamento estabelecido em cada localidade, com atuação em turnos diurnos e noturnos, inclusive em finais de semana e feriados. A empresa contratada será responsável por fornecer os profissionais vigilantes, devidamente habilitados e armados, bem como todos os insumos operacionais, incluindo uniformes, EPIs, armamentos, munições, rádios comunicadores, lanternas, apitos, pranchetas, fichas de controle, além da supervisão técnica e administrativa do serviço.

6.3. A contratação segue o modelo de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme autorizado pelo art. 4º, inciso III, do Decreto nº 9.507/2018, aplicável no âmbito da Administração Pública Federal.

6.4. A solução considera a inviabilidade de execução direta pelos quadros da Administração, devido à inexistência de cargos efetivos para a função e à vedação de uso de força pública ostensiva (como PMs) para fins administrativos. Também foram consideradas e descartadas alternativas como vigilância eletrônica autônoma ou contratação de sistema de alarmes e rondas móveis, que se mostraram insuficientes diante do contexto e da tipologia das unidades atendidas.

6.5. A contratação está em conformidade com os objetivos institucionais da SFA-RJ, promovendo maior proteção ao patrimônio público, maior segurança dos servidores e usuários, bem como garantindo a continuidade e a regularidade dos serviços administrativos essenciais.

6.6. Além disso, a solução proposta encontra respaldo técnico na Lei nº 14.967/2024, que disciplina a segurança privada no Brasil, bem como nas Portarias MGI nº 18.045/2023 e 18.974/2024 – DG/PF e no Caderno de Logística da SLTI/MP – Serviços de Vigilância Patrimonial (2014), adotando boas práticas de segurança, padronização e sustentabilidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O dimensionamento dos quantitativos a serem contratados está diretamente relacionado à extensão física das unidades, ao fluxo de servidores, colaboradores e público externo, conforme especificado no item 2.1 deste Estudo Técnico Preliminar.

7.2. Considerando a necessidade de garantir cobertura integral das instalações da SFA-RJ, os serviços deverão ser prestados **em turnos alternados**, assegurando a execução da vigilância durante as **24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana**, inclusive feriados.

7.3. A vigilância será assegurada por meio de **12 (doze) postos de serviço**, operando em regime de 12x36 horas, com a alocação de **24 (vinte e quatro) vigilantes**, de modo a garantir a cobertura completa dos turnos, conforme detalhado nas tabelas constantes do item 2.8.

7.4. A empresa contratada será responsável por fornecer, sem qualquer ônus aos empregados, os **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, bem como todos os **materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços**, conforme especificações previstas no Termo de Referência, bem como os seguintes materiais de consumo:

7.5. MATERIAIS DE CONSUMO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO / POSTO
1	Caneta esferográfica azul ou preta. Corpo em plástico, ponta de aço inox com esfera de tungstênio. Escrita média.	Unidade (UN)	3 por vigilante
2	Livro de ocorrência com no mínimo 100 folhas, capa dura, pautado, encadernação resistente.	Unidade (UN)	1 por posto
3	Prancheta portátil em madeira, com prendedores metálicos. Dimensões aproximadas: 450 mm (C) x 330 mm (L) x 6 mm (E).	Unidade (UN)	1 por posto
4	Apito profissional em metal, com cordão em nylon.	Unidade (UN)	1 por vigilante
5	Garrafa tipo squeeze de 500 ml em plástico resistente, tampa rosqueável.	Unidade (UN)	1 por vigilante

7.6. RELAÇÃO DE UNIFORMES

7.6.1. O uniforme deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças do vestuário:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO
Boné	Em tecido adequado às condições de uso, composto por 65% poliéster e 35% algodão; regulagem traseira em velcro, tamanho único, com emblema da empresa.	Unidade (UN)	1 por vigilante

Gandola	Tradicional de manga curta, confeccionada em tecido pollycotton, com composição de 33% algodão e 67% poliéster; com identificação da empresa.	Unidade (UN)	2 por vigilante
Calça cargo	Confeccionada em tecido Rip Stop, composta por 67% algodão e 33% poliéster; apresenta reforços nos joelhos e na parte traseira; possui 6 bolsos (2 frontais do tipo faca, 2 laterais e 2 traseiros); confeccionada em linha Nylon 60, com zíper e botões em Nylon.	Unidade (UN)	2 por vigilante
Capa de Chuva	Em PVC com 280 micras de espessura; costura de alta qualidade por solda eletrônica; equipada com capuz e forro de poliéster com mangas longas; fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão; tamanho compatível com os profissionais; cor preta.	Unidade (UN)	1 por vigilante
Cinto	Confeccionado em Nylon de alta resistência, tipo saque rápido, com espaço para munição reserva; inclui coldre de perna e regulagem em velcro.	Unidade (UN)	1 por vigilante
Coturno	Confeccionado em couro, com solado em borracha antiderrapante e palmilha em gel com formato anatômico; resistente à água; cor preta; modelo Estilo Quartela.	Par (PAR)	1 por vigilante
Crachá	Em PVC, com foto 3x4 colorida (impressa no crachá) e identificação completa, incluindo tipagem sanguínea.	Unidade (UN)	1 por vigilante
Japona	Térmica, confeccionada de acordo com as condições climáticas da região, adequada para uso em ambientes com variação de temperatura.	Unidade (UN)	1 por vigilante
Meias	Modelo adulto, cano longo	Par (PAR)	2 por vigilante

7.6.2. Período previsto para a reposição dos uniformes – EPI.

Tipo	Quantidade	Reposição
Calça	02 (duas) a cada semestre	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.

Coturnos	01 (um) par a cada semestre	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.
Boné	01 (um) a cada semestre	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.
Gandola	02 (duas) a cada semestre)	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.
Meias	02 (dois) pares a cada semestre	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.
Cinto	01 (um) a cada semestre	Semestral ou quando solicitado for necessário, solicitado pelo Fiscal
Capa de Chuva	02 (dois) a cada semestre	Semestral ou quando solicitado for necessário, solicitado pelo Fiscal
Japona	01 (um) a cada semestre	Semestral ou quando solicitado for necessário, solicitado pelo Fiscal
Crachá	01 (um) a cada ano	Anual ou quando solicitado for necessário, solicitado pelo Fiscal

7.6.3. O uniforme utilizado pelos vigilantes deverá ser confeccionado de acordo com os padrões estabelecidos pela legislação vigente e devidamente aprovado pelo órgão competente da Polícia Federal, nos termos da Lei nº 14.967 /2024 e das Portarias MGI nº 18.045/2023 e 18.974/2024 – DG/DPF.

7.6.4. A relação apresentada no item 7.6.1 corresponde aos itens mínimos obrigatórios do vestuário que o vigilante deverá utilizar diariamente no exercício das suas funções. Tal relação não exclui a responsabilidade da contratada em fornecer outras peças complementares, como juponas térmicas, peças de reposição e eventuais itens adicionais que venham a ser exigidos em razão de condições climáticas, operacionais ou de higiene, conforme orientações da fiscalização da SFA-RJ.

7.6.5. O fornecimento dos uniformes deverá ocorrer integralmente às expensas da contratada, sem qualquer ônus ao trabalhador, de acordo com os seguintes critérios.

7.6.5.1. Entrega de 02 (dois) conjuntos completos e novos no início do contrato para cada vigilante alocado;

7.6.5.2. Substituição de 01 (um) conjunto completo a cada 06 (seis) meses ou a qualquer tempo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após solicitação formal da contratante, sempre que constatado desgaste ou perda das condições mínimas de apresentação, conservação ou higiene.

7.6.6. A entrega dos uniformes deverá ser realizada mediante recibo individual assinado pelo trabalhador, com uma cópia enviada à Administração da SFA-RJ, acompanhada do original para conferência pela fiscalização contratual, que manterá o controle dos itens fornecidos.

7.7. RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO
Coldre de cintura	Couro, Coldre Passa Cinto, Diâmetro E	Unidade (Un)	1 por vigilante
Colete Balístico	à prova de balas, de uso individual, nível AII, conforme regulamentação do Ministério do Exército	Unidade (Un)	1 por vigilante
Lanterna tática (12 volts com carregador)	Led T6, recarregável, tamanho pequeno: a) com 2 baterias de longa duração. b) carregador duplo bivolt. c) com cordão de pulso. d) material: alta resistência, usinagem de pressão, dura, resistente a água	Unidade (Un)	1 por vigilante
Tonfa retrátil	Antitumulto Material: Aço, Comprimento: 51 CM, Tipo: Retrátil, Características Adicionais: 19 Cru Empunhadura	Unidade (Un)	1 por vigilante
Rádio transceptor ht de longo alcance, contendo bateria e carregador.	Rádio de comunicação profissional, móvel e portátil, com bateria recarregável, com as seguintes características mínimas: a) carregador rápido de mesa individual bivolt. b) comunicação em grandes áreas c) comunicação sem interrupções, 10 horas de uso d) 16 Canais. e) canal exclusivo de recepção. f) Led indicador de bateria. g) resistente a poeira e água.	Kit com 02 unidades	1 por vigilante
Revolver calibre 38"			1 por vigilante

	totalmente municiado, com capacidade mínima para seis cartuchos, cabo de borracha, sistema de segurança contra disparos acidentais através da barra de percussão	Unidade (Un)	
Munição revólver calibre 38	1 carga contendo 06 munições em cada revolver + 04 munições reservas	Cj de 10 unidades	1 por vigilante

7.7.1. Para a perfeita execução dos serviços contratados, a contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus aos empregados, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários ao desempenho seguro das atividades de vigilância armada, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como demais normas aplicáveis à categoria profissional.

7.7.2. Os EPIs deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, com comprovação por meio de fichas de controle de entrega de EPI devidamente assinadas pelos trabalhadores, e substituídos sempre que danificados, extraviados ou quando apresentarem perda de suas características de proteção ou conforto.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.295.209,71

8.1. Considerando a coleta de preços, foram formuladas as tabelas e Planilhas abaixo identificadas, estimando o valor da contratação em R\$ 2.295.209,71 (dois milhões duzentos e noventa e cinco mil duzentos e nove reais e setenta e um centavos).

8.1.1. Pesquisa de Preço Compras.Gov e contratos;

8.1.2. Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 da Categoria dos Vigilantes no Estado do Rio de Janeiro.

8.1.3. Mapa Comparativo de Preço e Planilha de Custos.

8.2. Os valores apresentados foram calculados com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 da Categoria dos Vigilantes no Estado do Rio de Janeiro e nas cotações obtidas em mídias especializadas.

8.2.1. O valor unitário mensal por Posto foi apurado com base na Planilha de Composição de Custos, contemplando todos os custos diretos e indiretos inerentes à prestação do serviço, incluindo encargos sociais e trabalhistas, fornecimento de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), materiais operacionais, benefícios estritamente legais e convencionais, despesas administrativas e de gestão, tributos incidentes, margem de lucro, bem como demais ônus necessários à plena e adequada execução contratual.^[4]

8.3. O resumo da estimativa está sintetizado na tabela a seguir, com a respectiva memória de cálculo:

ITEM	QTD DE POSTOS	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	VALOR UNITÁRIO MENSAL POR VIGILANTE (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)

01	05 diurnos (07h/19h)	10	R\$ 8.725,94	R\$ 87.259,36	R\$ 1.047.112,36
2	05 noturnos (19h/07h)	10	R\$ 10.400,81	R\$ 104.008,11	R\$ 1.248.097,35
TOTAL	10 postos	20 Vigilantes	R\$ 19.126,75	R\$ 191.267,48	R\$ 2.295.209,71

*** Critério de dimensionamento: escala 12x36, com 2 vigilantes por posto, assegurando cobertura contínua 24h. O dimensionamento acima é compatível com a planilha de custos e com o quadro-resumo financeiro, garantindo correspondência direta entre postos (diurnos/noturnos) e o quantitativo de vigilantes, sem superdimensionamento ou lacunas de cobertura.**

Memória de Cálculo por Unidade (valores por posto)

Base de cálculo (mensal)

Posto Diurno (Item 01) = 2 vigilantes × R\$ 8.725,94 = R\$ 17.451,87/ posto/mês

Posto Noturno (Item 02) = 2 vigilantes × R\$ 10.400,81 = R\$ 20.801,62/ posto/mês

1) Sede – Centro/RJ

Dimensionamento: 2 postos diurnos + 2 postos noturnos = 4 postos (08 vigilantes)

Diurno: 2 postos × R\$ 17.451,87 = R\$ 34.903,75/mês

Noturno: 2 postos × R\$ 20.801,62 = R\$ 41.603,24/mês

Total mensal: R\$ 34.903,75 + R\$ 41.603,24 = R\$ 76.506,99/mês

Total anual: R\$ 76.506,99 × 12 = R\$ 918.083,88/ano

2) Setor de Transportes – Garagem da SFA-RJ

Dimensionamento: 2 postos diurnos + 2 postos noturnos = 4 postos (08 vigilantes)

Diurno: 2 postos × R\$ 17.451,87 = R\$ 34.903,75/mês

Noturno: 2 postos × R\$ 20.801,62 = R\$ 41.603,24/mês

Total mensal: R\$ 34.903,75 + R\$ 41.603,24 = R\$ 76.506,99/mês

Total anual: R\$ 76.506,99 × 12 = R\$ 918.083,88/ano

3) Unidade Regional – Campos dos Goytacazes/RJ

Dimensionamento: 1 posto diurno + 1 posto noturno = 2 postos (4 vigilantes)

Diurno: 1 posto × R\$ 17.451,87 = R\$ 17.451,87/mês

Noturno: 1 posto \times R\$ 20.801,62 = R\$ 20.801,62/mês

Total mensal: R\$ 17.451,87 + R\$ 20.801,62 = R\$ 38.253,50/mês

Total anual: R\$ 38.253,50 \times 12 = R\$ 459.041,94/ano

Total mensal: R\$ 76.506,99 + R\$ 76.506,99 + R\$ 38.253,50 = R\$ 191.267,48

Total anual: R\$ 918.083,88 + R\$ 918.083,88 + R\$ 459.041,94 = R\$ 2.295.209,71

8.4. Da memória de cálculo verifica-se plena coerência entre o dimensionamento operacional, o quadro-resumo financeiro e o valor estimado da contratação, afastando-se eventual hipótese de superdimensionamento ou insuficiência de pessoal, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e vantajosidade da contratação pública

8.5. Para fins **exclusivamente estimativos e de subsídio à elaboração do orçamento** do Estudo Técnico Preliminar, a Administração utilizou como referência técnica a Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 da categoria profissional de vigilantes, devidamente registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, sob os seguintes dados:

- **NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** RJ000186/2024
- **DATA DE REGISTRO NO MTE:** 24/01/2024
- **NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR002649/2024
- **NÚMERO DO PROCESSO:** 19980.206755/2024-33
- **DATA DO PROTOCOLO:** 22/01/2024

8.5.1. Para fins memória de cálculo seguem como será a partição dos valores:

MPA - 5,72% SEDE + 1/3 UTRA/CGOY - R\$ 105.028,80 + R\$153.013,98 = R\$258.042,78

SDA - 21,58% SEDE + 2/3 UTRA/CGOY - R\$ 396.245,00 + R\$ R\$306.027,96 = R\$702.272,96

SFA/RJ - 72,7% SEDE = R\$ 1.334.893,97

8.6. A adoção da referida Convenção Coletiva de Trabalho não gera qualquer efeito vinculante em relação à futura contratação, limitando-se aos parâmetros de custos de natureza estritamente trabalhista, vedada a incorporação automática de cláusulas que extrapolem o âmbito trabalhista; estabeleçam obrigações ou direitos direcionados ou aplicáveis exclusivamente a contratos firmados com a Administração Pública; fixem preços, valores ou parâmetros para insumos, materiais, equipamentos ou demais custos operacionais da atividade.

[4] O valor unitário mensal por posto foi estruturado para refletir o custo real da mão de obra e da execução do serviço, em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho aplicável e com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, vedadas reduções artificiais de custos que comprometam a regularidade, a eficiência e a vantajosidade da contratação, nos termos dos Acórdãos TCU nº 1.214/2013-Plenário, nº 2.622/2013-Plenário, nº 1.775/2014-Plenário e nº 1.832/2018-Plenário.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Após análise técnica da solução proposta, concluiu-se que **não é recomendável o parcelamento do objeto** da contratação, considerando-se a natureza do serviço a ser executado, o modelo operacional adotado e os critérios de economicidade e eficiência.

9.2. A prestação de serviços de vigilância patrimonial armada será realizada de forma padronizada em diversas unidades da SFA-RJ, exigindo **supervisão centralizada, escala de rodízio de pessoal, fornecimento de insumos unificados (uniformes, armamentos, EPIs, rádios, etc.), conta-depósito vinculada e controle integrado da execução contratual**. O fracionamento do objeto entre diferentes empresas geraria riscos operacionais, perda de padronização, aumento de custos administrativos, além de dificultar o controle e a fiscalização dos serviços.

9.3. Adicionalmente, a divisão do objeto em lotes comprometeria a **eficiência logística da contratada** e a **possibilidade de substituição imediata de postos ou profissionais em caso de faltas ou licenças**, que é uma das vantagens operacionais do modelo unificado.

9.4. Portanto, o parcelamento da solução **não se revela técnica ou economicamente viável**, estando a contratação como um único lote em conformidade com o disposto no §1º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 e com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

9.5. O objeto da contratação não será parcelado, pois a contratada será responsável pelo fornecimento dos equipamentos e todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de seus funcionários, conforme preceituam a **Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho e Emprego, os artigos 166 e 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Precedente Normativo TST nº 115, não havendo prejuízo à solução como um todo**.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação de serviços de **segurança patrimonial armada**, por sua natureza especializada e de execução continuada, **não apresenta interdependência técnica, operacional ou funcional com outras contratações** em curso ou previstas no âmbito da SFA-RJ, caracterizando-se como autônoma quanto à sua execução.

10.2. Registra-se, contudo, a existência de **contratações correlatas** no âmbito da Administração Pública Federal, especialmente aquelas voltadas à terceirização de serviços de vigilância patrimonial armada em unidades de outros órgãos e entidades, inclusive vinculados ao Ministério da Agricultura e Pecuária, circunstância que **evidencia a padronização da solução adotada e sua aderência às diretrizes de racionalização administrativa e planejamento das contratações públicas**.

10.3. A demanda encontra-se alinhada ao planejamento institucional, tendo sido considerada no âmbito do Plano de Contratações Anual (PCA) da SFA-RJ, o qual foi elaborado em observância aos ditames do Decreto nº 10.947/2022, notadamente quanto à formalização da demanda, à identificação da necessidade, à descrição do objeto, à estimativa preliminar de quantitativos e de custos, à definição de prioridade e à inexistência de dependências sequenciais relevantes, em conformidade com as diretrizes aplicáveis ao planejamento das contratações públicas.

10.4. Registre-se, ainda, que o **Plano de Contratações Anual**, no qual a presente demanda está inserida, encontra-se **disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em atendimento aos princípios da publicidade, transparência e governança, nos termos da legislação vigente**, sem prejuízo do aprofundamento dessas etapas nas fases subsequentes da contratação.

10.5. Dessa forma, conclui-se que a contratação não depende da celebração de ajustes complementares, providências externas ou contratações acessórias para alcançar sua finalidade, sendo suficiente, por si só, para atender às necessidades de segurança patrimonial da unidade demandante, nos limites próprios do Estudo Técnico Preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra respaldo no Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PCA:

PCA 2026 - 00.396.895/0001-25 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

Órgão: 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UASG: 130063 – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Rio de Janeiro

Id PCA PNCP: 00396895000125-0-000031/2026

Data de publicação no PNCP: 30/12/2025

Id do item no PCA: 22, 23, 24 e 25

Classe/Grupo: 852 —SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA

Identificador da Futura Contratação: 130063-12/2026

Valor total estimado: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

11.2. A contratação de **serviços de vigilância patrimonial armada** nas instalações da SFA-RJ integra o Plano de Contratações Anual de 2026 por se tratar de **serviço contínuo, essencial e indispensável à segurança** de servidores, usuários e à preservação do patrimônio público. Considerando a permanência do risco e a necessidade de continuidade das atividades institucionais, recomenda-se que a contratação seja objeto de planejamento plurianual de longo prazo, sem prejuízo de sua previsão anual nos respectivos PCAs, em observância aos princípios do planejamento, eficiência e continuidade do serviço público, nos termos dos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 165 da Constituição Federal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial armada permitirá à SFA-RJ alcançar benefícios diretos e indiretos de natureza institucional, operacional, patrimonial e social.

12.1.1. Entre os principais benefícios, destacam-se:

12.1.1.1. Proteção da integridade física de servidores, colaboradores, visitantes e demais usuários das instalações da SFA-RJ, por meio da presença ostensiva de profissionais habilitados e armados, preparados para inibir e reagir a ocorrências de risco;

12.1.1.2. Preservação do patrimônio público, evitando perdas materiais decorrentes de furtos, arrombamentos, vandalismo e invasões, especialmente em unidades com grande fluxo de pessoas ou localizadas em áreas mais vulneráveis;

12.1.1.3. Contribuição para a continuidade e regularidade das atividades institucionais, uma vez que a ausência de vigilância comprometeria a execução dos serviços prestados pela SFA-RJ à sociedade;

12.1.1.4. Aumento da percepção de segurança por parte dos usuários e servidores, favorecendo um ambiente organizacional mais estável e produtivo;

12.1.1.5. Atendimento ao princípio da economicidade, ao optar pela terceirização de mão de obra, diante da impossibilidade de reposição de cargos extintos na estrutura administrativa federal (ex: agente de vigilância patrimonial);

12.1.1.6. Mitigação de riscos institucionais e operacionais, conforme as diretrizes da gestão por riscos previstas na IN SEGES/ME nº 5/2017, protegendo a Administração contra prejuízos materiais, morais e administrativos;

12.1.1.7. Alinhamento com os objetivos estratégicos da SFA-RJ e com o Plano Anual de Contratações (PCA), garantindo coerência entre o planejamento institucional e a execução orçamentária.

12.1.2. A contratação também trará ganhos em termos de **eficiência na gestão contratual**, uma vez que os serviços contratados incluirão reposição de pessoal em caso de ausências, fornecimento de uniformes, armamentos, EPIs e supervisão técnica da equipe, sob a responsabilidade integral da contratada.

12.1.3. Portanto, a presente contratação contribuirá para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados pela SFA-RJ, com impactos positivos tanto na proteção do patrimônio quanto na segurança da força de trabalho, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, interesse público e vantagem da contratação pública.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A execução do objeto previsto neste Estudo Técnico Preliminar não exige adaptações físicas ou estruturais nas unidades da SFA-RJ, uma vez que todas as instalações já dispõem de espaços adequados para alocação dos postos de vigilância e guarda de materiais, equipamentos e armamentos utilizados pelos profissionais.

13.2. Não obstante, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas prévias à assinatura do contrato:

13.2.1. Designação formal do(s) fiscal(is) técnico(s) e administrativo(s) do contrato, com capacitação prévia, preferencialmente com base nas diretrizes da IN SEGES/ME nº 05/2017;

13.2.2. Inclusão no edital de cláusulas específicas sobre o fornecimento e controle de armas e munições, com exigência de apresentação de registros e portes pela empresa contratada, conforme previsto na Lei nº 14.967/2024 e nas Portarias MGI nº 18.045/2023 e 18.974/2024;

13.2.3. Verificação da regularidade da empresa licitante junto à Polícia Federal, por meio de consulta ao Cadastro Nacional de Empresas de Segurança Privada (CNESP);

13.2.4. Previsão que o Termo de Referência estabeleça a exigência de que a empresa contratada disponha de infraestrutura operacional adequada, localizada no Município do Rio de Janeiro, caracterizada como posto ou base de serviço/escritório, destinada ao apoio às atividades de vigilância patrimonial armada, contemplando ambiente apropriado também para a guarda, custódia e controle de armamentos, munições e demais materiais de uso controlado.

13.2.4.1. A exigência prevista no item 13.2.4. de local apropriado fundamenta-se na Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada) e nas normas regulamentares expedidas pela Polícia Federal - Portarias nº 18.045/2023 e 18.974/2024 – DG/PF., que condicionam o exercício regular da atividade de segurança privada armada à existência de instalações físicas compatíveis com o risco da operação, sob fiscalização do

órgão competente, contribuindo para a segurança da operação, a manutenção das condições adequadas de trabalho, o controle e a guarda segura de armamentos e equipamentos, bem como para a eficiência e regularidade da execução contratual.^[5]

13.2.5. Adoção de cláusula contratual sobre a Conta-Depósito Vinculada, nos termos do art. 18 da IN SEGES/MP nº 05/2017;

13.2.6. Definição, em instrumento convocatório, dos critérios de avaliação de desempenho e aplicação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

13.2.7. Inclusão no edital e no contrato das práticas sustentáveis a serem observadas pela contratada, conforme item 14 deste estudo.

13.3. Dessa forma, a Administração estará apta a dar início à contratação com as condições operacionais, legais e administrativas necessárias à plena execução do objeto.

[5] Exigência fundamentada na Lei nº 14.967/2024 (Estatuto da Segurança Privada) e nas normas da Polícia Federal, especialmente a Portaria DG/PF nº 18.045/2023 e 18.974/2024, que condicionam a atuação regular de empresas de vigilância armada à existência de infraestrutura física adequada para guarda e controle de armamentos, sob fiscalização da autoridade competente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada, por se tratar de atividade-meio da Administração Pública, não apresenta riscos significativos de impactos ambientais diretos. Contudo, em consonância com os princípios da responsabilidade socioambiental e com as diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, a contratação deverá observar práticas sustentáveis que promovam a redução de impactos indiretos e incentivem a racionalização de recursos.

14.1.1. A contratada deverá adotar as seguintes medidas:

14.1.1.1. Fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às condições climáticas, priorizando conforto, segurança e durabilidade;

14.1.1.2. Utilização de pilhas e baterias recarregáveis, conforme os limites estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 401/2008, com descarte ambientalmente adequado;

14.1.1.3. Redução do uso de insumos descartáveis, como copos plásticos, nas dependências da Administração;

14.1.1.4. Prioridade para equipamentos de menor consumo energético e menor impacto ambiental (ex: lanternas LED, rádios transceptores de baixo consumo, monitores LED etc.);

14.1.1.5. Incentivo ao uso de planilhas eletrônicas para registro e controle de acessos, minimizando o uso de papel;

14.1.1.6. Treinamento da equipe em práticas de sustentabilidade, saúde e segurança no trabalho, bem como orientações quanto à prevenção de incêndios, descarte de resíduos e economia de água e energia;

14.1.1.7. Obrigatoriedade da contratada em adotar procedimentos para gestão de emergências com foco na proteção ambiental, da saúde dos trabalhadores e dos usuários.

14.1.1.8. O contrato deverá conter cláusulas específicas que prevejam a responsabilidade da empresa por danos ambientais eventualmente causados, bem como a aplicação de penalidades em caso de descumprimento das normas socioambientais e de segurança do trabalho.

14.2. As medidas de sustentabilidade previstas neste Estudo Técnico Preliminar encontram amparo nos instrumentos normativos que regem a política de sustentabilidade da Administração Pública Federal, notadamente no Plano de Logística Sustentável do MAPA – PLS/MAPA e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme enquadramento a seguir.

14.2.1. As exigências relativas à racionalização do uso de recursos naturais, à redução do consumo de materiais descartáveis, à priorização de equipamentos de menor consumo energético e à gestão ambientalmente adequada de resíduos enquadram-se nos eixos de Consumo Sustentável, Gestão de Resíduos e Eficiência Energética previstos no PLS/MAPA, os quais orientam a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais indiretos e promovam o uso eficiente de insumos no âmbito das contratações públicas.

14.2.2. As disposições referentes à utilização de pilhas e baterias recarregáveis, bem como ao descarte ambientalmente adequado de resíduos, estão alinhadas às diretrizes do PLS/MAPA relativas à gestão de resíduos sólidos e encontram respaldo no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que recomenda a incorporação de critérios ambientais na especificação de materiais e equipamentos, desde que compatíveis com o objeto contratado.

14.2.3. As exigências relacionadas ao uso de equipamentos com menor impacto ambiental, como lanternas LED, rádios transceptores de baixo consumo energético e dispositivos eletrônicos eficientes, enquadram-se no eixo de Eficiência no Uso de Energia do PLS/MAPA e atendem às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis quanto à adoção de soluções tecnológicas mais eficientes e ambientalmente responsáveis.

14.2.4. O incentivo à redução do uso de papel, por meio da priorização de registros eletrônicos e planilhas digitais, encontra respaldo no PLS/MAPA, no tocante à racionalização de materiais de consumo, bem como no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que estimula a digitalização de processos como medida de sustentabilidade administrativa.

14.2.5. As medidas voltadas ao treinamento da equipe em práticas de sustentabilidade, saúde e segurança no trabalho, bem como à gestão de emergências com foco na proteção ambiental, enquadram-se no eixo de Capacitação e Sensibilização do PLS/MAPA e atendem às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que preconiza a adoção de ações educativas e preventivas como parte da execução contratual.

14.2.6. A previsão de responsabilização contratual por danos ambientais eventualmente causados, bem como a aplicação de penalidades em caso de descumprimento das normas socioambientais, está em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que orienta a inclusão de cláusulas contratuais voltadas à mitigação de riscos ambientais, e com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da sustentabilidade, do desenvolvimento nacional sustentável e da gestão eficiente dos riscos contratuais.

14.2.7. Dessa forma, a contratação proposta estará alinhada com a política de sustentabilidade da Administração Pública Federal, promovendo a execução ambientalmente responsável dos serviços de vigilância patrimonial armada.

14.3. Além das práticas descritas, a contratação buscará alinhar-se aos compromissos assumidos pelo Governo Federal no âmbito da Agenda 2030 da ONU, em especial ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 12 – Consumo e Produção Responsáveis, promovendo contratações sustentáveis e responsáveis. **A empresa contratada deverá cooperar com as políticas internas da SFA-RJ voltadas à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), comprometendo-se a adotar iniciativas que reduzam o consumo de recursos naturais, incentivem o descarte ambientalmente adequado de resíduos, e contribuam com a construção de uma cultura organizacional baseada na sustentabilidade.**

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.2. Justificativa da Viabilidade

15.2.1. Diante dos elementos apresentados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial armada mostra-se adequada, viável e necessária para o pleno atendimento da demanda da Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária no Estado do Rio de Janeiro – SFA-RJ.

15.2.2 A presente contratação, com alocação de postos fixos e execução em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visa garantir a incolumidade física de servidores, colaboradores e usuários, bem como a proteção do patrimônio público nas unidades administrativas sob responsabilidade da SFA-RJ, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, interesse público e continuidade dos serviços essenciais da Administração.

15.2.3. A opção pela terceirização dos serviços foi devidamente justificada, restando demonstrada a inviabilidade de soluções alternativas e a compatibilidade da solução proposta com os normativos legais e regulamentares aplicáveis, **especialmente no que se refere à Lei nº 14.133 /2021, Decreto nº 9.507/2018, Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, Lei nº 14.967/2024 e Portarias MGI nº 18.045/2023 e 18.974 /2024 – DG/PF.**

15.3. Declaração da Viabilidade

15.3.1. Assim, a equipe de planejamento declara, de forma expressa, que a presente contratação é viável, está alinhada com os objetivos institucionais da SFA-RJ, encontra-se compatível com os instrumentos de planejamento da Administração, e representa a solução mais vantajosa para o atendimento da necessidade pública identificada.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Senhor Coordenador Substituto solicito suas devidas providências e assinatura

GILBERTO ALENCAR BELO

Coordenador Administrativo - CAD/SFA-RJ

SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.

Termo de Referência 21/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2025	130063-SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.	MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO	20/02/2026 15:17 (v 0.11)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		21044.007147/2025-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SFA-RJ

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 21044.007147/2025-51)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades das instalações físicas da SFA-RJ, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, com o fornecimento de toda a mão de obra, com dedicação exclusiva, materiais, armamentos, munições e equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	Catser	CBO	Unid. Medida	Quantidade	Quantidade de Vigilantes	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total /anual
1		Prestação de Serviço de vigilância e Segurança – Orgânica 12h Diurnas – 2ª a Domingo								

1

1

1	Complementar: Armada , das 07h00 às 19h00, no Prédio Sede da SFA-RJ Av. Rodrigues Alves, 129 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20081-250	23647	5173-30	Posto	02	04	R\$ 8.725,94	R\$34.903,75	R\$ 418.844,95
2	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança – Orgânica 12h noturnas – 2 ^a a Domingo Complementar: Armada , das 19h00 às 07h00, no Prédio Sede da SFA-RJ Av. Rodrigues Alves, 129 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20081-250	23957	5173-30	Posto	02	04	R\$ 10.400,81	R\$41.603,24	R\$ 499.238,94
3	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança – Orgânica 12h Diurnas – 2 ^a a Domingo Complementar: Armada , das 07h00 às 19h00, no Terminal de Garagem da SFA-RJ, localizado na Estrada do Galeão, nº 5335, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-353.	23647	5173-30	Posto	02	04	R\$ 8.725,94	R\$34.903,75	R\$ 418.844,95
4	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança – Orgânica 12h noturnas – 2 ^a a Domingo Complementar: Armada , das 19h00 às 07h00, no Terminal de Garagem da SFA-RJ, localizado na Estrada do Galeão, nº 5335, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-353..	23957	5173-30	Posto	02	04	R\$ 10.400,81	R\$41.603,24	R\$ 499.238,94
5	Prestação de Serviço de vigilância e Segurança – Orgânica 12h Diurnas – 2 ^a a Domingo Complementar: Armada , das 07h00 às 19h00, no Prédio da SFA-RJ em Campos dos Goytacazes - RJ, localizado na R. Saldanha Marinho, 378 – Centro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro – RJ, CEP 28010-272.	23647	5173-30	Posto	01	02	R\$ 8.725,94	R\$17.451,87	R\$ 209.422,47

1

Prestação de Serviço de vigilância e
Segurança – Orgânica 12h **noturnas** – 2ª a
Domingo

6

Complementar: Armada, das 19h00 às
07h00, no Prédio da SFA-RJ em Campos dos
Goytacazes - RJ, localizado na R. Saldanha
Marinho, 378 – Centro, Campos dos
Goytacazes, Rio de Janeiro – RJ, CEP 28010-
272.

23957

5173-30

Posto

01

02

R\$ 10.400,81

R\$20.801,62

R\$
249.619,47

1

3.1. A contratação do serviço de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, visa garantir a proteção das instalações físicas, dos bens públicos e das pessoas que circulam nas unidades da Superintendência Federal de Agricultura no Rio de Janeiro – SFA-RJ. A necessidade foi identificada a partir da análise dos riscos institucionais relacionados à segurança, ausência de pessoal próprio e eventos anteriores que indicaram vulnerabilidades no patrimônio público. A demanda foi formalizada por meio do Documento Formalização Demanda (DFD), e sua estruturação foi orientada por estudo técnico preliminar, considerando-se também os custos de mercado e os parâmetros da atividade.

Planejamento e Dimensionamento

3.2. Com base na análise de riscos e na planta das unidades a serem atendidas, foi realizado o dimensionamento da força de trabalho necessária, com definição de quantitativos por turno, postos fixos e horários de atuação. Foram estabelecidos requisitos mínimos de qualificação para os vigilantes, bem como especificações de armamento, comunicação e equipamentos de proteção individual. O planejamento também considerou a legislação vigente, convenções coletivas da categoria e condições locais de execução.

Implementação e Início da Execução

3.3. A contratada deverá iniciar os serviços com a apresentação do plano de trabalho detalhado, cronograma de implantação, documentação da equipe, das armas e dos demais equipamentos. Antes do início efetivo das atividades, será realizada reunião de alinhamento com o gestor do contrato para validação dos procedimentos operacionais. O início da execução estará condicionado à autorização expressa da contratante, mediante vistoria prévia, quando necessário.

Execução Contínua

3.4. Durante a vigência contratual, os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com cobertura integral dos turnos, substituição imediata em casos de ausência de vigilantes, conformidade com os protocolos de segurança, e estrita observância à legislação vigente, incluindo as normas da Polícia Federal. A execução será supervisionada por equipe da Administração, com base nos indicadores de desempenho definidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que inclui critérios como cumprimento de escala, atuação em ocorrências, postura profissional e regularidade dos registros operacionais.

Monitoramento e Avaliação

3.5. A execução será monitorada periodicamente por meio de checklists de fiscalização, relatórios mensais, reuniões de avaliação e aplicação de instrumentos de conformidade previstos no contrato. A Administração poderá utilizar sistemas informatizados de controle de ponto e presença, relatórios de rondas e livros de ocorrência para subsidiar a avaliação do serviço. Não conformidades reiteradas poderão ensejar glosas, advertências ou aplicação de sanções, conforme previsto contratualmente.

Encerramento e Pós-Contrato

3.6. Ao término da vigência, será realizada a apuração de pendências, entrega de relatório final de execução, restituição de eventuais bens fornecidos pela Administração, e avaliação final da contratada. O encerramento do contrato também deverá observar as obrigações trabalhistas da contratada junto aos seus empregados, em especial o cumprimento dos direitos rescisórios, conforme prevê a legislação e os normativos do TCU e TCE-RJ.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá atender, no que couber, aos critérios e às práticas de sustentabilidade aplicáveis às suas obrigações contratuais, em consonância com as medidas de sustentabilidade definidas no Estudo Técnico Preliminar, as quais encontram amparo nos instrumentos normativos que regem a política de sustentabilidade da Administração Pública Federal, notadamente no Plano de Logística Sustentável do MAPA – PLS/MAPA e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme enquadramento disposto nos, **itens 14.2.1 a 14.2.7 do ETP**, observando, ainda, os fundamentos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e demais legislações vigentes, com foco na otimização do uso de recursos, na eficiência operacional e na redução de impactos ambientais.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **05% (cinco por cento)** do valor total da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, , no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 15:00 horas.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria, o agendado será através do e-mail **licitacoes.sfa-rj@agro.gov.br**

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.25. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar base de serviço/escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município do Rio de Janeiro, pelas razões constantes nos itens 13.2.4 e 13.2.4.1 do Estudo Técnico Preliminar.

Vedação à participação de cooperativa

4.26. A prestação do serviço exige o cumprimento de escalas rigorosas, padronização de condutas, responsabilidade direta da contratada sobre o efetivo, e adoção de protocolos operacionais específicos, os quais não podem ser assegurados por meio de estrutura cooperativada.

4.27. Trata-se de atividade regulamentada pela Polícia Federal, nos termos da Lei nº 7.102/1983 e da Portaria nº 18.045/2023-DG/PF, que exige da contratada autorização específica para funcionamento, responsabilidade técnica e operacional direta, plano de segurança, controle de armamento e supervisão especializada — requisitos que não são passíveis de cumprimento por cooperativas.

4.28. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e demais órgãos de controle veda a contratação de cooperativas para execução de serviços que envolvam subordinação, pessoalidade e habitualidade, por configurarem desvirtuamento da legislação trabalhista e fraude à contratação pública.

Vedação à participação de consórcio

4.29. A operacionalização do serviço demanda mobilização rápida e contínua de vigilantes armados, sob gestão única e integrada, além de cumprimento de escalas e controle de jornada — exigências que se mostram incompatíveis com a divisão de responsabilidades e estruturas próprias de cada consorciada.

4.30. A atuação em consórcio dificulta a delimitação da responsabilidade trabalhista, sobretudo nas situações que envolvam cumprimento de encargos sociais, controle de jornada, substituição de profissionais e aplicação de sanções disciplinares, o que pode prejudicar a fiscalização contratual e a garantia de direitos dos trabalhadores envolvidos.

4.30. Além dos aspectos operacionais e técnicos, a atuação de consórcios gera insegurança jurídica quanto à responsabilização solidária das consorciadas, o que se mostra incompatível com a necessidade de execução regular e imediata do serviço, especialmente quando envolvidas atividades essenciais e ininterruptas, como a vigilância armada.

Vedação à participação de Microempreendedor Individual – MEI

4.31. Fica vedada a participação de Microempreendedor Individual – MEI na presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste em serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, demandando estrutura empresarial compatível, capacidade operacional permanente, gestão de pessoal, assunção integral de encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como responsabilidade técnica e operacional direta sobre o efetivo empregado.

4.32. O regime jurídico do MEI é incompatível com a execução de serviços dessa natureza, notadamente aqueles que envolvem subordinação hierárquica, controle de jornada, habitualidade e alocação contínua de trabalhadores nas dependências da Administração, sob pena de caracterização de vínculo trabalhista direto e afronta à legislação trabalhista e às normas de contratação pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A prestação dos serviços de vigilância, nos Postos fixados pela Administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão-de-obra capacitada para:

5.1.1.1. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

5.1.1.2. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;

5.1.1.3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;

5.1.1.4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

5.1.1.5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;

5.1.1.6. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

5.1.1.7. Comunicar à área de segurança da Administração, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;

5.1.1.8. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas.

5.1.1.9. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa à executar;

5.1.1.10. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

5.1.1.11. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

5.1.1.12. Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;

5.1.1.13. Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

5.1.1.14. Abrir e fechar a(s) porta(s) e o(s) portão(ões) do(s) prédio(s), ao início e ao final do expediente do órgão, e proceder à vistoria destes quanto ao ponto de vista de segurança.

5.1.1.15. Ao final do expediente do órgão, antes de fechar os portões dos prédios, assegurar-se de que não há pessoas nas dependências, as salas estejam trancadas e com ar-condicionado desligado, conforme orientações da Administração;

5.1.1.16. Realizar o recebimento ou entrega da chave dos veículos oficiais, quando fora do horário de expediente do setor responsável (SFA-RJ), ao servidor previamente autorizado, conforme orientação da Administração;

5.1.1.17. A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverão ser cumpridos, pela contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

5.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de vigência definida no termo de contrato, na forma que segue:

5.2.1. Os serviços de vigilância serão executadas em diversos município do Rio de Janeiro/RJ, das unidades correlacionadas a SFA-RJ, conforme os endereços abaixo:

- PRÉDIO SEDE DA SFA-RJ - Av. Rodrigues Alves, nº 129, Centro, Rio de Janeiro – RJ, , CEP: 20081-250
- TERMINAL DE GARAGEM DA SFA-RJ - Estrada do Galeão, nº 5335, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21941-353
- Prédio da UTRA/CGOY - SFA-RJ em Campos dos Goytacazes – RJ - Rua Saldanha Marinho, 378 – Centro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro – RJ, CEP 28010-272

Horário da prestação dos serviços

5.3. À despeito do horário de funcionamento da unidade, o serviço de vigilância deverá ser prestado conforme disposto neste termo de referência, de forma ininterrupta, por postos com escala 12x36 diurna e noturna.

5.3.1 O regime de escala 12x36 constitui regime especial de compensação de jornada, cuja aplicação pressupõe contextos distintos de organização da jornada de trabalho que fazem jus ao descanso semanal remunerado. Nesse sentido, a remuneração pactuada na escala 12x36 para segurança privada, incluindo escolta armada e patrimonial, reflete o ciclo completo de trabalho e descanso, incluindo a compensação de labor noturno, em feriados e fins de semana, conforme Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para Vigilantes Armados no Estado do Rio de Janeiro. O regime de execução do serviço e caracterização da jornada de trabalho encontram-se detalhados no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

5.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.4.1. de segunda-feira a domingo, das 07h00 às 19h00, **DIURNO**.

5.4.2. de segunda-feira a domingo, das 19h00 às 07h00, **NOTURNO**.

5.5. O horário de funcionamento dos órgãos é de 08:00 às 18:00, de segunda à sexta-feira.

5.6. Mediante autorização das autoridades das unidades, é possível a entrada no prédio fora dos horários citados no item anterior, bem como em finais de semanas e feriados.

Reunião Inicial

5.7. Em até 03 (três) dias úteis antes do início da execução dos serviços será realizada uma reunião de trabalho entre a área operacional da CONTRATADA e a Comissão de Fiscalização do contrato para tratar dos procedimentos de segurança da unidade e alinhar os objetivos dos envolvidos na celebração do acordo. Para tanto, poderá haver o repasse de informações necessárias (referentes a procedimentos, rotinas, guarda de chaves,

controles de acesso, etc) e o envolvimento da comissão de fiscalização do contrato atual de vigilância com a equipe que irá fiscalizar a novo ajuste, independente da coincidência ou não de membros.

Rotinas a serem cumpridas

5.8. No período **DIURNO** serão realizadas 4 (quatro) rondas, sendo 01(uma) ronda a cada 03 (três) horas e no período **NOTURNO**, 06 (seis) rondas, sendo 01 (uma) ronda a cada 02 (duas) horas, percorrendo todas as dependências das instalações de seus respectivos postos de trabalho.

HORÁRIOS PREFERENCIAIS DOS POSTOS:

Escala	Frequência	horário
12x 36 DIURNO	Diariamente	07h00 às 19h00
12 x 36 NOTURNO	Diariamente	19h00 às 07h00

Materiais a serem disponibilizados

5.9. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.8.1. Materiais de consumo;

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO
1	Caneta esferográfica azul ou preta. Corpo em plástico, ponta de aço inox com esfera de tungstênio. Escrita média.	Unidade (UN)	3 por vigilante
2	Livro de ocorrência com no mínimo 100 folhas, capa dura, pautado, encadernação resistente.	Unidade (UN)	1 por posto
3	Prancheta portátil em madeira, com prendedores metálicos. Dimensões aproximadas: 450 mm (C) x 330 mm (L) x 6 mm (E).	Unidade (UN)	1 por posto
4	Apito profissional em metal, com cordão em nylon.	Unidade (UN)	1 por vigilante
5	Garrafa tipo squeeze de 500 ml em plástico resistente, tampa rosqueável.	Unidade (UN)	1 por vigilante

5.8.2. Relação de Equipamentos;

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO
1	Coldre de cintura couro, passa cinto, diâmetro E	Unidade (Un)	1por vigilante
2	Colete Balístico à prova de balas, de uso individual, nível AII, conforme regulamentação do Ministério do Exército	Unidade (Un)	1por vigilante
3	Lanterna tática (12 volts com carregador). Led T6, recarregável, tamanho pequeno: a) com 2 baterias de longa duração. b) carregador duplo bivolt. c) com cordão de pulso. d) material: alta resistência, usinagem de pressão, dura, resistente a água	Unidade (Un)	1por vigilante
4	Tonfa retrátil. Antitumulto Material: Aço, Comprimento: 51 CM, Tipo: Retrátil , Características Adicionais: 19 Cru Empunhadura	Unidade (Un)	1 por vigilante
5	Rádio transceptor ht de longo alcance, contendo bateria e carregador. Rádio de comunicação profissional, móvel e portátil, com bateria recarregável, com as seguintes características mínimas: carregador rápido de mesa individual bivolt. b) comunicação em grandes áreas c) comunicação sem interrupções, 10 horas de uso d) 16 Canais. e) canal exclusivo de recepção. f) Led indicador de bateria. g) resistente a poeira e água.	Kit com 02 unidades	1 por vigilante
6	Revolver calibre 38" totalmente municiado, com capacidade mínima para seis cartuchos, cabo de borracha, sistema de segurança contra disparos acidentais através da barra de percussão	Unidade (Un)	1 por vigilante
7	Munição revólver calibre 38" 1 carga contendo 5 munições em cada revolver + 05 munições reservas	Cj de 10 unidades	1 por vigilante

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.10. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.10.1. Os imóveis estão localizados no Estado do Rio de Janeiro, conforme detalhado no quadro demonstrativo do item 2.8 do Estudo Técnico Preliminar e relação constante no item 5.2 deste Termo de Referência.
- 5.10.2. A vigilância deverá ser assegurada por meio de 12 (doze) postos de serviço, operando em regime de 12x36 horas, com a alocação de 24 (vinte e quatro) vigilantes, de modo a garantir a cobertura completa dos turnos, conforme detalhado no quadro geral do dimensionamento abaixo:

Quadro Resumo Geral do Dimensionamento

Unidade	Postos Diurnos (07h às 19 hs)	Postos Noturnos (19h às 07hs)	Total de Postos	Total de Vigilantes
Sede - Centro/RJ	02	02	04	08
Setor de Transportes - Garagem da SFA/RJ	02	02	04	08
Unidade Regional Campos dos Goytacazes - CGOY/RJ	01	01	02	04
Total Geral	05	05	10	20

Especificação da garantia do serviço

5.11. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.12. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.12.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO
1	Boné. Em tecido adequado às condições de uso, composto por 65% poliéster e 35% algodão; regulagem traseira em velcro, tamanho único, com emblema da empresa.	Unidade (UN)	1 por vigilante

2	Gandola. Tradicional de manga curta, confeccionada em tecido pollycotton, com composição de 33% algodão e 67% poliéster; com identificação da empresa.	Unidade (UN)	2 por vigilante
3	Calça cargo. Confeccionada em tecido Rip Stop, composta por 67% algodão e 33% poliéster; apresenta reforços nos joelhos e na parte traseira; possui 6 bolsos (2 frontais do tipo faca, 2 laterais e 2 traseiros); confeccionada em linha Nylon 60, com zíper e botões em Nylon.	Unidade (UN)	2 por vigilante
4	Capa de Chuva. Em PVC com 280 micras de espessura; costura de alta qualidade por solda eletrônica; equipada com capuz e forro de poliéster com mangas longas; fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão; tamanho compatível com os profissionais; cor preta.	Unidade (UN)	1 por vigilante
5	Cinto. Confeccionado em Nylon de alta resistência, tipo saque rápido, com espaço para munição reserva; inclui coldre de perna e regulagem em velcro.	Unidade (UN)	1 por vigilante
6	Coturno. Confeccionado em couro, com solado em borracha antiderrapante e palmilha em gel com formato anatômico; resistente à água; cor preta; modelo Estilo Quartela.	Par (PAR)	1 por vigilante
7	Crachá. Em PVC, com foto 3x4 colorida (impressa no crachá) e identificação completa, incluindo tipagem sanguínea.	Unidade (UN)	1 por vigilante
8	Japona. Térmica, confeccionada de acordo com as condições climáticas da região, adequada para uso em ambientes com variação de temperatura.	Unidade (UN)	1 por vigilante
9	Meias. Modelo adulto, cano longo	Par (PAR)	2 por vigilante

5.12.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.12.2.1. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, compatível com o clima do Rio de Janeiro, duráveis e que não desbotem facilmente;

5.12.2.2. Os uniformes deverão conter o emblema da Contratada, de forma visível, podendo para isso conter um bolso, do lado esquerdo, para a sua colocação;

5.12.2.3. Os calçados fornecidos pelas empresas a seus vigilantes deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) do INMETRO.

5.12.2.4. (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.12.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.12.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

- 6.21.** O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.22.** Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.23.** O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.24.** Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.25.** Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.26.** O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.27.** O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.27.1.** se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
 - 6.27.2.** se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
 - 6.27.3.** se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.27.4.** se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.28.** Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.
- 6.29.** Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.30.** O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.30.1.** se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.30.2.** se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.34. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.34.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.34.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.34.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.34.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.34.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.34.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.34.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.34.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.34.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.34.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.34.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.34.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.34.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.34.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.34.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.34.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.34.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024 .

6.34.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.34.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.34.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.34.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.34.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.34.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.36. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.34.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.38. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.39. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.40. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.41. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.42. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

- 6.43.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.44.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.45.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.46.** A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.47.** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.48.** Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.49.** O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.50.** Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.51.** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.52.** O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.53.** A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.54.** A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.55.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.56.** A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.56.1.** diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.56.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.57. As compensações de jornada limitam-se:

6.57.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.57.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.58. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

6.59. Cabe ao gestor do contrato:

6.59.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.59.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.59.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.59.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.59.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.59.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.59.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.59.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.59.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.59.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.60. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo III** do Termo de referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3.deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A média ponderada das notas atribuídas aos indicadores estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme **Anexo III** deste Termo de Referência;

7.4.2. As ocorrências e não conformidades registradas pela fiscalização contratual, com base em evidências documentadas, inclusive nos checklists padronizados e nos relatórios mensais de desempenho; e

7.4.3. O atendimento às metas contratuais de qualidade, continuidade e disponibilidade dos serviços, especialmente no que se refere à cobertura dos postos, ao uso adequado de equipamentos e EPIs, e à pronta substituição de profissionais ausentes.

7.4.4. A capacidade de resposta e cooperação da contratada no atendimento às recomendações da fiscalização, incluindo o envio tempestivo de documentos, cumprimento de prazos estabelecidos e resolução de não conformidades apontadas, como forma de mensurar a efetividade da gestão da prestação dos serviços.

7.4.5. A entrega, pela contratada, da documentação comprobatória exigida contratualmente para a liquidação da despesa, incluindo folhas de ponto assinadas, relatórios de ocorrência, checklists preenchidos e demais documentos previstos no Instrumento de Medição de Resultados, em conformidade com o art. 73 da Lei nº 14.133/2021 e os princípios da conformidade documental e da efetiva prestação dos serviços.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período referente ao **mês** de execução do serviço.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (dias) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **dez dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

- 7.55.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.56.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.57.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.58.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.59.** O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **30 (trinta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.60.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.61.** A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.62.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.63.** O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.64.** A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 7.64.1.** A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste

- 7.65.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.66.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.67.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.68.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.69.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.70. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.71. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.72. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante

7.72.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.72.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.72.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.72.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.73. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.74. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.75. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.76. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.77. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.78. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas,

fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.79. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.79.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.79.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.79.3. Multa sobre o FGTS; e

7.79.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.80. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.81. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.82. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.83. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.84. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.85. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.86. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.87. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **01% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **05% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **05% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **05% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **05% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECED

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, será realizada por meio de **licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica**, com adoção do **critério de julgamento pelo menor preço**, por se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos e padronizados, amplamente praticados no mercado, permitindo a comparação objetiva entre as propostas.

9.2. Adota-se o modo de disputa aberto, próprio do pregão eletrônico, por estimular a ampla competitividade, assegurar transparência e favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa, mediante lances sucessivos e decrescentes, sem prejuízo do atendimento integral às especificações técnicas e legais previamente estabelecidas.

9.3. A contratação observa, ainda, a modelagem obrigatória adotada no âmbito do Governo Federal, conforme o Modelo de Contratação de Serviços Contínuos, com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra, disponibilizado no portal Compras.gov.br, elaborado com fundamento nas orientações da Advocacia-Geral da União. Tal modelagem padroniza a forma de seleção, o critério de julgamento, o regime de execução e a estrutura da planilha de custos, assegurando a observância do custo real da mão de obra, da Convenção Coletiva de Trabalho vigente e dos parâmetros mínimos de aceitabilidade, em conformidade com as boas práticas de governança, a legislação aplicável e o entendimento do Tribunal de Contas da União.

Regime de Execução

9.4. O regime de execução será o de **empreitada por preço global**, compatível com serviços contínuos executados com dedicação exclusiva de mão de obra, assegurando previsibilidade de custos e adequada gestão contratual.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.5. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores **iguais ou superiores** aos orçados pela Administração para as parcelas de mão de obra, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria nº **2024/2025**, utilizado(a) como paradigma, em consonância com a legislação e o entendimento consolidado dos órgãos de controle, de modo a evitar propostas inexequíveis e a assegurar a regular execução do contrato.:

- a)** salário-base para vigilância armada, no valor de R\$ 1.919,01;
- b)** auxílio-alimentação (ticket médio de R\$ 37,85), no valor de R\$ 567,75;
- c)** benefícios de natureza trabalhista ou social, a saber:

1. Adicional de Periculosidade, no valor de R\$ 575,70; e
2. Auxílio Familiar ao Trabalhador, no valor de R\$ 31,07.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Fica vedada a participação de vigente Microempreendedor Individual – MEI, nos termos dos itens 4.30 e 4.31 deste Termo de Referência.

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.16. Ato de autorização para o exercício da atividade de vigilância patrimonial armada, expedido pela Polícia Federal, nos termos do art. 4º, da Lei nº 14.196/2024.

9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.26. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.27. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.28. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.28.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação**

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo **IV** deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos :

9.32.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.32.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35. Ato de autorização para funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.967/2024 e do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, em plena validade;

9.35.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.36. Comprovante de que cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, mediante apresentação do registro do SEESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Qualificação Técnico-Operacional

9.37. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.37.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato (s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.37.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.37.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 10% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.37.1.2.1. Considerando o disposto no item do Estudo Técnico Preliminar e deste Termo de Referência que exige a comprovação da execução de serviços envolvendo o mínimo de 10% do número de postos de trabalho a serem contratados, esclarece-se que, para o quantitativo total de 12 (doze) Postos, o percentual de 10% corresponde a 1,2 (um vírgula dois) postos. Por se tratar de item indivisível (postos de trabalho), adota-se o arredondamento para 2 (dois) postos, para fins de comprovação da aptidão.

9.37.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação **equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.**

9.37.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.37.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.38. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará base de serviço/escritório no Município do Rio de Janeiro - **Anexo V**, conforme item 4.24 deste Termo de Referência, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.41. Apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.41.1 Para o posto de VIGILANTE: serviços de vigilância patrimonial armada.

9.41.2 Para o exercício da profissão, o vigilante deve preencher os seguintes requisitos:

9.41.2.1. Os serviços de vigilância serão executados por profissional qualificado nos termos da Lei nº 14.967/24. Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os seguintes requisitos, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.967/24.

- 9.41.2.1.1. ser brasileiro, nato ou naturalizado;
- 9.41.2.1.2. ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- 9.41.2.1.3. ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;
- 9.41.2.1.4. ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;
- 9.41.2.1.5. não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);
- 9.41.2.1.6. estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- 9.41.2.1.7. ter concluído todas as etapas do ensino fundamental; e
- 9.41.2.1.8. estar contratado por empresa de serviços de segurança ou por empresa ou condomínio edilício possuidor de serviço orgânico de segurança privada.

9.41.3 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.42. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no **Anexo IV**.

9.43. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.44. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.45. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.46. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.47. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.48. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.49. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 2.295.209,71 (dois milhões duzentos e noventa e cinco mil duzentos e nove reais e setenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 130063;

II) Fonte de recursos: 100000000;

III) Programa de trabalho: 168953;

IV) Elemento de despesa: 33903703; e

V) Plano interno: OPERASSFAS.

11.2.1. Para fins memória de cálculo seguem como será a partição dos valores:

MPA - 5,72% SEDE + 1/3 UTRA/CGOY - R\$ 105.028,80 + R\$153.013,98 = R\$258.042,78

SDA - 21,58% SEDE + 2/3 UTRA/CGOY - R\$ 396.245,00 + R\$ R\$306.027,96 = R\$702.272,96

SFA/RJ - 72,7% SEDE = R\$ 1.334.893,97

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Solicito as devidas providências

GILBERTO ALENCAR BELO

Coordenador Administrativo Interino

SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.

Matriz de Gerenciamento de Riscos 2/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
2/2026	MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO	20/02/2026 15:33
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Ausência de vigilantes nos postos	Motivos de saúde próprio e familiar, greve de transportes públicos e/ou calamidades públicas	Gestão de Contrato	Administração	Alto	1
	Impactos					
1	Alto					
	Ações Preventivas					
P-01	Substituição em até 1h			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
	Ações de Contingência					
C-01	Contratação emergencial de apoio ou guarda própria temporária			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	EPIs e armamentos inadequados ou vencidos	Fora das especificações de TR e controle de estoque	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	1
	Impactos					
1	Alto					
	Ações Preventivas					
P-01	Cumprir legislação e garantir segurança funcional. Checklist mensal, inspeção in loco, substituição imediata			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
	Ações de Contingência					
C-01	Afastamento temporário até regularização			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Escalas ou jornadas irregulares	Nº de 'dobras' não autorizadas	Gestão de Contrato	Administração	Médio	1
	Impactos					
1	Alto					
	Ações Preventivas					
P-01	Controle de escalas; proibição de dobra; fiscalização			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
	Ações de Contingência					
C-01	Aplicação de multa e comunicação à chefia imediata			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Falta de realização de rondas	O Vigilante não cumpre o sistema de rondas pré-estabelecido no TR	Planejamento	Administração	Médio	1
	Impactos					
1	Médio					

Ações Preventivas						
P-01	Checklist de rondas			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Ações de Contingência						
C-01	Reforço de vigilância por meio de supervisores em tempo integral			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Não comunicação de ocorrências relevantes	O Vigilante deixa de relatar ocorrências relevantes	Gestão de Contrato	Administração	Médio	1
Impactos						
1	Médio					
Ações Preventivas						
P-01	Agir tempestivamente diante de incidentes			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Ações de Contingência						
C-01	Troca de preposto por profissional mais responsivo			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Ausência de supervisão técnica	Período maior que 48h sem Supervisão	Gestão de Contrato	Administração	Médio	1
Impactos						
1	Médio					
Ações Preventivas						
P-01	Checklist de visitas e IMR			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Ações de Contingência						
C-01	Convocação formal de reunião com a empresa e aplicação de sanção			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Falta de qualificação dos profissionais	% de formação vencida ou não comprovada	Gestão de Contrato	Administração	Médio	1
Impactos						
1	Alto					
Ações Preventivas						
P-01	Exigir e auditar certificados. Substituição imediata			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Ações de Contingência						
C-01	Substituição imediata com notificação formal			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Rescisão contratual por inadimplemento	Nº de sanções acumuladas	Gestão de Contrato	Administração	Alto	1
Impactos						
1	Alto					
Ações Preventivas						
P-01	Prever plano de contingência e substituição			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Ações de Contingência						
C-01	Acionamento de contratação emergencial			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Licitação deserta	Ausência de empresas interessadas na prestação do serviço objeto da contratação	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	1
Impactos						
1	Atraso na nova contratação; Custos adicionais e despesas administrativas; e Descontinuação do serviço.					
Ações Preventivas						
P-01	Termo de Referência bem elaborado, claro e objetivo na descrição dos serviços; Considere flexibilizar algumas exigências do edital, como prazos e garantias, para tornar a participação mais viável para os fornecedores			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Ações de Contingência						
C-01	Ajustar os termos do edital para torná-lo mais atrativo e menos restritivo, facilitando a participação de mais fornecedores; Realizar consultas prévias ao mercado para entender melhor as condições e expectativas dos fornecedores, ajustando o edital conforme necessário;			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
C-02	Em conforme com a legislação, pode-se recorrer à contratação direta após a tentativa de licitação deserta			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item

R-10	Atraso na Contratação	Demora da equipe de planejamento da contratação ou do setor responsável em formular os artefatos necessários para a contratação; Falta de pessoal capacitado, tempo e setor de contratações sobrecarregado	Planejamento	Administração	Alto	1
Impactos						
1	O atraso na nova contratação pode resultar na falta de cobertura contratual para a prestação deste serviço, inutilizando o equipamento de transporte e interrompendo a transição dos que usam este meio para o piso superior; inacessibilidade pública.					
Ações Preventivas						
P-01	Melhorar o empenho da equipe responsável pelo planejamento da contratação; Optar por métodos mais rápidos de contratação, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		
Ações de Contingência						
C-01	Melhorar o empenho da equipe responsável pelo planejamento da contratação; Optar por métodos mais rápidos de contratação, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021. Optar por métodos mais rápidos de contratação, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021			Responsável: MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO
Membro da comissão de contratação

ROLAND CHAME CANTANHEDE
Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Indicador nº 01 - USO DE UNIFORMES E CRACHÁS	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento integral e regular das cláusulas contratuais que discorrem sobre o tema
Meta a cumprir	Assegurar a entrega dos uniformes e crachás com a devida reposição nos prazos previstos no Termo de Referência
Instrumento de medição	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido e para cada dia de atraso corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer vários registros na mesma data
Forma de acompanhamento	A ocorrência será acompanhada de informações sobre o fato ocorrido no Relatório Mensal
Periodicidade	Poderá ocorrer a qualquer tempo, condicionada à verificação pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
Mecanismo de cálculo	Será conferido 1 ponto por dia de atraso.
Início de vigência	A partir da data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	A pontuação das ocorrências deverá ser somada durante o período de faturamento do contrato, sendo observadas as seguintes faixas de ajuste no pagamento: 3 a 5 pontos: glosa corresponde a 0,5% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 6 a 8 pontos: glosa correspondente a 1% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 9 a 11 pontos: glosa correspondente a 2% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 12 a 15 pontos: glosa correspondente a 3% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 16 a 18 pontos: glosa correspondente a 4% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; Acima de 19 pontos: glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração da pontuação, acrescido de 1% para cada 1,0 ponto acima de 6, com limite máximo de 10%
Sanções	Aplicadas em conformidade termo de referência e a Lei 14.133/21
Observações	A empresa, logo que notificada, deverá justificar tempestivamente a razão da inexecução, podendo ser advertida formalmente.

Indicador nº 02 - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento integral e regular das cláusulas contratuais que discorrem sobre o tema
Meta a cumprir	Assegurar o pagamento dos salários, conforme a CLT, Convenção Coletiva e o Termo de Referência.

Instrumento de medição	Os registros serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer vários registros na mesma data.
Forma de acompanhamento	A ocorrência será acompanhada de informações sobre o fato ocorrido no Relatório mensal.
Periodicidade	Poderá ocorrer a qualquer tempo, condicionada à verificação pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
Mecanismo de cálculo	Será conferido 1 ponto por dia de atraso.
Início de vigência	A partir da data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	A pontuação das ocorrências deverá ser somada durante o período de faturamento do contrato, sendo observadas as seguintes faixas de ajuste no pagamento: 1,0 ponto: glosa de correspondente a 0,5% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 2,0 pontos: glosa correspondente a 1% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 3,0 pontos: glosa correspondente a 2% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 4,0 pontos: glosa correspondente a 3% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 5,0 pontos: glosa correspondente a 4% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; Acima de 5,0 pontos: Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração, acrescido de 1% para cada 1,0 ponto acima de 6, com limite máximo de 10%.
Sanções	Aplicadas em conformidade termo de referência e a Lei 14.1333/21
Observações	A empresa, logo que notificada, deverá justificar tempestivamente a razão da inexecução, podendo ser advertida formalmente.

Indicador nº 03 - PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento integral e regular das cláusulas contratuais que discorrem sobre o tema
Meta a cumprir	Assegurar o pagamento do 13º salário, conforme CLT, Convenção Coletiva e Termo de Referência
Instrumento de medição	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido e para cada dia de atraso corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer vários registros na mesma data
Forma de acompanhamento	O Fiscal registrará a ocorrência acompanhada de informações sobre o fato ocorrido no Relatório Mensal de fiscalização.
Periodicidade	Poderá ocorrer a qualquer tempo, condicionada à verificação pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
Mecanismo de cálculo	Será conferido 1 ponto por dia de atraso.
Início de vigência	A partir da data de assinatura do contrato.

Faixas de ajuste no pagamento	<p>A pontuação das ocorrências deverá ser somada durante o período de faturamento do contrato, sendo observadas as seguintes faixas de ajuste no pagamento:</p> <p>1,0 ponto: glosa de correspondente a 0,5% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>2,0 pontos: glosa correspondente a 1% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>3,0 pontos: glosa correspondente a 2% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>4,0 pontos: glosa correspondente a 3% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>5,0 pontos: glosa correspondente a 4% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>Acima de 5,0 pontos: Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração, acrescido de 1% para cada 1,0 ponto acima de 6, com limite máximo de 10%.</p>
Sanções	Aplicadas em conformidade termo de referência e a Lei 14.1333/21
Observações	A empresa, logo que notificada, deverá justificar tempestivamente a razão da inexecução, podendo ser advertida formalmente.

Indicador nº 04 - PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS E FÉRIAS	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento integral e regular das cláusulas contratuais que discorrem sobre o tema
Meta a cumprir	Assegurar o pagamento da remuneração de férias (1/3 de férias e férias), conforme CLT, Convenção Coletiva e Termo de Referência.
Instrumento de medição	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido e para cada dia de atraso corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer vários registros na mesma data
Forma de acompanhamento	A ocorrência será acompanhada de informações sobre o fato ocorrido no Relatório Mensal.
Periodicidade	Poderá ocorrer a qualquer tempo, condicionada à verificação pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
Mecanismo de cálculo	Será conferido 1 ponto por dia de atraso.
Início de vigência	A partir da data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>A pontuação das ocorrências deverá ser somada durante o período de faturamento do contrato, sendo observadas as seguintes faixas de ajuste no pagamento:</p> <p>1,0 ponto: glosa de correspondente a 0,5% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>2,0 pontos: glosa correspondente a 1% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>3,0 pontos: glosa correspondente a 2% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>4,0 pontos: glosa correspondente a 3% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>5,0 pontos: glosa correspondente a 4% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>Acima de 5,0 pontos: Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração, acrescido de 1% para cada 1,0 ponto acima de 6, com limite máximo de 10%.</p>
Sanções	Aplicadas em conformidade termo de referência e a Lei 14.1333/21
Observações	A empresa, logo que notificada, deverá justificar tempestivamente a razão da inexecução, podendo ser advertida formalmente.

Indicador nº 05 - PAGAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento integral e regular das cláusulas contratuais que discorrem sobre o tema
Meta a cumprir	Assegurar o pagamento do vale alimentação/refeição, conforme CLT, Convenção Coletiva e Termo de Referência
Instrumento de medição	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido e para cada dia de atraso corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer vários registros na mesma data
Forma de acompanhamento	A ocorrência será acompanhada de informações sobre o fato ocorrido no Relatório Mensal.
Periodicidade	Poderá ocorrer a qualquer tempo, condicionada à verificação pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
Mecanismo de cálculo	Será conferido 1 ponto por dia de atraso.
Início de vigência	A partir da data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	A pontuação das ocorrências deverá ser somada durante o período de faturamento do contrato, sendo observadas as seguintes faixas de ajuste no pagamento: 1,0 ponto: glosa de correspondente a 0,5% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 2,0 pontos: glosa correspondente a 1% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 3,0 pontos: glosa correspondente a 2% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 4,0 pontos: glosa correspondente a 3% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 5,0 pontos: glosa correspondente a 4% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; Acima de 5,0 pontos: Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração, acrescido de 1% para cada 1,0 ponto acima de 6, com limite máximo de 10%.
Sanções	Aplicadas em conformidade termo de referência e a Lei 14.133/21
Observações	A empresa, logo que notificada, deverá justificar tempestivamente a razão da inexecução, podendo ser advertida formalmente.

Indicador nº 06 - PAGAMENTO DO VALE TRANSPORTE	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento integral e regular das cláusulas contratuais que discorrem sobre o tema
Meta a cumprir	Assegurar o pagamento do vale transporte, conforme CLT, Convenção Coletiva e Termo de Referência
Instrumento de medição	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido e para cada dia de atraso corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer vários registros na mesma data
Forma de acompanhamento	A ocorrência será acompanhada de informações sobre o fato ocorrido no Relatório Mensal.
Periodicidade	Poderá ocorrer a qualquer tempo, condicionada à verificação pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
Mecanismo de cálculo	Será conferido 1 ponto por dia de atraso.

Início de vigência	A partir da data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>A pontuação das ocorrências deverá ser somada durante o período de faturamento do contrato, sendo observadas as seguintes faixas de ajuste no pagamento:</p> <p>1,0 ponto: glosa de correspondente a 0,5% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>2,0 pontos: glosa correspondente a 1% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>3,0 pontos: glosa correspondente a 2% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>4,0 pontos: glosa correspondente a 3% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>5,0 pontos: glosa correspondente a 4% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>Acima de 5,0 pontos: Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração, acrescido de 1% para cada 1,0 ponto acima de 6, com limite máximo de 10%.</p>
Sanções	Aplicadas em conformidade termo de referência e a Lei 14.133/21
Observações	A empresa, logo que notificada, deverá justificar tempestivamente a razão da inexecução, podendo ser advertida formalmente.

Indicador nº 07 - CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS E DO TERMO DE REFERÊNCIA	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento integral e regular das cláusulas contratuais que discorrem sobre o tema
Meta a cumprir	Assegurar o atendimento às determinações do contrato firmado com a SFA/RJ.
Instrumento de medição	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido e para cada dia de atraso corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer vários registros na mesma data
Forma de acompanhamento	A ocorrência será acompanhada de informações sobre o fato ocorrido no Relatório Mensal.
Periodicidade	Poderá ocorrer a qualquer tempo, condicionada à verificação pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
Mecanismo de cálculo	Será conferido 1 ponto por dia de atraso.
Início de vigência	A partir da data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>A pontuação das ocorrências deverá ser somada durante o período de faturamento do contrato, sendo observadas as seguintes faixas de ajuste no pagamento:</p> <p>1,0 ponto: glosa de correspondente a 0,5% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>2,0 pontos: glosa correspondente a 1% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>3,0 pontos: glosa correspondente a 2% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>4,0 pontos: glosa correspondente a 3% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>5,0 pontos: glosa correspondente a 4% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação;</p> <p>Acima de 5,0 pontos: Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração, acrescido de 1% para cada 1,0 ponto acima de 6, com limite máximo de 10%.</p>
Sanções	Aplicadas em conformidade termo de referência e a Lei 14.133/21

Observações	A empresa, logo que notificada, deverá justificar tempestivamente a razão da inexecução, podendo ser advertida formalmente.
--------------------	---

Indicador nº 08 - SUBSTITUIÇÃO DOS COLABORADORES EM CASO DE AFASTAMENTOS LEGAIS

Item	Descrição
Finalidade	Garantir que haja efetivo disponível durante toda a execução do contrato visando a produtividade.
Meta a cumprir	Assegurar a substituição dos empregados nas ausências decorrentes de férias, licença médica ou outros afastamentos legais no prazo máximo de 24 horas após ser comunicado do fato.
Instrumento de medição	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido e para cada dia de atraso corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer vários registros na mesma data. A empresa deverá substituir o empregado no prazo de uma dia útil.
Forma de acompanhamento	Condicionada à verificação pelo Fiscal do Contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. O Fiscal registrará a ocorrência acompanhada de informações sobre o fato ocorrido no Relatório Mensal de Fiscalização.
Periodicidade	Poderá ocorrer a qualquer tempo, condicionada à verificação pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.
Mecanismo de cálculo	Será conferido 1 ponto por dia de atraso.
Início de vigência	A partir da data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	A pontuação das ocorrências deverá ser somada durante o período de faturamento do contrato, sendo observadas as seguintes faixas de ajuste no pagamento: 1,0 ponto: glosa de correspondente a 0,5% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 2,0 pontos: glosa correspondente a 1% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 3,0 pontos: glosa correspondente a 2% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 4,0 pontos: glosa correspondente a 3% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; 5,0 pontos: glosa correspondente a 4% sobre o valor faturado do mês de apuração da pontuação; Acima de 5,0 pontos: Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração, acrescido de 1% para cada 1,0 ponto acima de 6, com limite máximo de 10%.
Sanções	Aplicadas em conformidade termo de referência e a Lei 14.133/21
Observações	A empresa, logo que notificada, deverá justificar tempestivamente a razão da inexecução, podendo ser advertida formalmente.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS CLAUDIO RODRIGUES MONTEIRO, Agente Administrativo**, em 14/11/2025, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROLAND CHAME CANTANHEDE**,
Chefe da Divisão de Aquisições e Logística, em 14/11/2025, às 13:00,
conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código
verificador **48277060** e o código CRC **218ED49D**.

Referência: Processo nº 21044.000449/2025-06

SEI nº 48277060

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À

Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro – SFA/RJ

Ref.: [Identificação do Processo Administrativo nº 21044.007147/2025-51

Objeto: Contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades da SFA-RJ.

A [Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [número do CNPJ], com sede à [endereço completo], por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, apresenta sua proposta para prestação dos serviços acima descritos, conforme tabela a seguir:

[illegible]

Valor global da proposta: R\$ (valor por extenso)

Declaramos que:

- a) Os preços ora apresentados incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, obrigações acessórias e quaisquer despesas relacionadas à execução integral dos serviços, conforme especificações do Termo de Referência;
- b) Estamos cientes e de acordo com todas as condições previstas no edital e seus anexos;
- c) A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação;
- d) Comprometemo-nos, em caso de adjudicação, a prestar os serviços nos prazos e condições estabelecidos.

[Município], [dia] de [mês] de [ano].

[Nome do Representante Legal]
[CPF do Representante]
[Cargo]

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000186/2024

DATA DE REGISTRO NO MTE: 24/01/2024

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR002649/2024

NÚMERO DO PROCESSO: 19980.206755/2024-33

DATA DO PROTOCOLO: 22/01/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEG.PRIVADA,VIGILANCIA PATRIMONIAL,SISTEMAS DE SEGURANCA,ESCOLTA,SEG.PESSOAL E CURSOS DE FORMACAO NO EST.DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 30.903.678/0001-45, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FREDERICO CARLOS CRIM CAMARA;

E

SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, DE VIGILANCIA, DE TRANSPORTE DE VALORES, DE PREVENCAO E COMBATE A INCENDIO, DE CURSOS, CNPJ n. 31.887.029/0001-60, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HUMBERTO ROCHA DA SILVA; celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Profissionais dos vigilantes e empregados em empresas de segurança , de vigilância , de transporte de valores , de prevenção e combate a incendio , de cursos de formação e similares ou conexos no Município do Rio de Janeiro, com abrangência territorial em Rio de Janeiro/RJ.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Fica concedido à categoria profissional dos vigilantes, vigilantes femininas, e outras referidas no parágrafo primeiro da cláusula quarta, conforme disposto nesta convenção, um reajuste total na ordem de 4,25% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por centos) vigendo a partir de 1º de janeiro de 2024, data-base da categoria.

O referido reajuste salarial será pago até a competência Fevereiro/2024.

Parágrafo Primeiro - Vigilante Desarmado

O vigilante desarmado, ainda que trabalhando de terno, fará jus ao piso do vigilante armado e uniformizado.

Parágrafo Segundo - Correção Salarial

Do percentual definido no caput desta cláusula, a ser aplicado sobre o piso da categoria incidirá nas proporções indicadas:

- a) 3,71% (Três inteiros e setenta e um por cento) a incidir sobre o piso salarial de vigilante, fixado em 01/01/2023 resultando no piso salarial de R\$ 1.829,20 (hum mil oitocentos e vinte e nove reais e vinte centavos).
- b) 6,49% (Seis inteiros e quarenta e nove por cento) incidirá sobre o tíquete refeição previsto na clausula 8ª, o impacto na soma do homem hora, será de 0,22% (vinte e dois centésimos por cento), apresentando o valor de R\$ 36,08 por dia trabalhado
- c) 0,07% (Sete centésimos por cento) impacto econômico face ao aumento no valor fixo mensal em substituição ao triênio resultando o valor de 16,73 (Dezesseis reais e setenta e três centavos), dentro das regras estabelecidas na Clausula 8ª do Presente Instrumento.
- d) 0,25% (Vinte e cinco centésimos por centos) impacto econômico face ao aumento do Transporte no Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Terceiro – Do Reajuste Salarial na data-base 01/01/2025 a 31/12/2025

Para o período de 01/01/2025 a 31/12/2025 os Salários dos empregados abrangidos pelo presente Instrumento Coletivo serão reajustados pelo índice do INPC acumulado no período de 01/01/2024 a 31/12/2024. Além do reajuste pelo índice INPC no salário, será acrescido um ganho Real de 3% sobre o INPC, o que quer dizer: $\text{INPC Integral} + 3\% \text{ por cento sobre o INPC (Índice INPC vezes 3\%)} = \text{Reajuste Salarial}$

Para o período de 01/01/2025 a 31/12/2025 o Tíquete Refeição dos empregados abrangidos pelo presente Instrumento Coletivo serão reajustados pelo índice do INPC acumulado no período de 01/01/2024 a 31/12/2024. Além do reajuste pelo índice INPC no tiquete refeição, será acrescido um ganho Real de 3% sobre o INPC, o que quer dizer: $\text{INPC Integral} + 3\% \text{ por cento sobre o INPC (Índice INPC vezes 3\%)} = \text{Reajuste no tiquete refeição}$.

Para o período de 01/01/2025 a 31/12/2025 o Triênio previsto na Cláusula Sexta parágrafo único dos empregados abrangidos pelo presente Instrumento Coletivo serão reajustados pelo índice do INPC acumulado no período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

Para o período de 01/01/2025 a 31/12/2025, o Auxílio Familiar, previsto na clausula Décima deste, dos empregados abrangidos pelo presente Instrumento Coletivo serão reajustados somente pelo índice do INPC acumulado no período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

Para o período de 01/01/2025 a 31/12/2025 o reajuste de Grandes Eventos dos empregados abrangidos pelo presente Instrumento Coletivo serão reajustados pelo índice do INPC acumulado no período de 01/01/2024 á 31/12/2024. Além do reajuste pelo índice INPC no valor da diária, será acrescido um ganho Real de 3% sobre o INPC, o que quer dizer: $\text{INPC Integral} + 3\% \text{ por cento sobre o INPC (Índice INPC vezes } 3\%) = \text{Reajuste da diária}$.

O impacto do reajuste da categoria de vigilantes no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2024, que deverá ser repassado para todos os Tomadores de Serviços de Segurança Privada e cumprido integralmente pelas empresas com segurança orgânica será no total de 4,25% (quatro inteiros e vinte e cinco por cento).

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

Para os demais funcionários, excetuados os componentes de quadros gerenciais, sujeitos ao regime de livre negociação, observadas as normas legais aplicáveis, o índice de reajuste será o indicado na cláusula terceira, excetuando o recebimento do adicional de periculosidade (conforme portaria nº 1.885/2013 - MTE e IN 16) facultada a compensação dos aumentos espontâneos que tenham sido concedidos ao longo da vigência da data-base anterior (Janeiro/2023) e quaisquer valores adiantados no curso da presente data-base.

Parágrafo Primeiro - Agentes e outros

Ficam fixados, a partir de janeiro de 2024, os seguintes pisos salariais mínimos, facultando as empresas estabelecerem, acima desses pisos, valores diferenciados para agentes, estipulados por faculdade de quem contrata os serviços de vigilância. Nestes casos não incidirá direito à isonomia, conforme especificações contidas na cláusula “POSTOS ESPECIAIS”.

TABELA SALÁRIOS VIGILANTES MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO

CONVENÇÃO 1º DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DESCONTO CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL R\$ 29,90 (APENAS UM DESCONTO EM MARÇO)

- Reajuste Piso: 3,71%
- Reajuste Tiquete: 6,49%
- Tiquete Refeição da Patrimonial: R\$ 36,08
- Tiquete Refeição da Escolta Armada: R\$ 38,56 / Café da Manhã: R\$ 6,60
- Mensalidade sindical: R\$ 91,46 (Município do Rio de Janeiro)
- Triênio: 2% sobre o Piso Salarial para os Empregados contratados até 01/03/2017
- Empregados contratados a partir de 01/03/2017, valor de R\$ 16,73 a mais no vale-alimentação por mês.

	FUNÇÃO		PISO	PERICULO -SIDADE	TOTAL	DIA	HORA	HORA EXTRA A 50%	HORA EXTRA A 100%	ADICIONAL NOTURNO	TRIÊNIO
I-	Vigilante	R\$	1.829,20	548,76	2.377,96	79,27	10,81	16,22	21,62	2,16	36,58
II-	Vigilante Motorista/Motociclista	R\$	2.195,04	658,51	2.853,55	95,12	12,97	19,46	25,94	2,59	43,90
III-	Vigilante Orgânico	R\$	1.829,20	548,76	2.377,96	79,27	10,81	16,22	21,62	2,16	36,58
IV-	Vigilante Feminina/Recepcionista	R\$	1.829,20	548,76	2.377,96	79,27	10,81	16,22	21,62	2,16	36,58
V-	Segurança Pessoal Privada	R\$	2.195,04	658,51	2.853,55	95,12	12,97	19,46	25,94	2,59	43,90
VI-	Supervisor de Área	R\$	2.745,21	823,56	3.568,77	118,96	16,22	24,33	32,44	3,24	54,90
VII-	Fiscal de Posto ou Supervisor de Posto	R\$	2.026,28	607,88	2.634,16	87,81	11,97	17,96	23,94	2,39	40,52
VIII	Instrutor	R\$	3.079,23		3.079,23	102,64	14,00	21,00	28,00	2,80	61,58
IX	Instrutor de Tiro (5% Periculosidade)	R\$	3.079,23	153,96	3.233,19	107,77	14,70	22,05	29,40	2,94	61,58
X	Coordenador	R\$	2.916,80	875,04	3.791,84	126,39	17,24	25,86	34,48	3,45	58,34
XI	Funcionários em Serviços Administrativos	R\$	1.540,47		1.540,47	51,35	7,00	10,50	14,00	1,40	30,81
XII	Vigilante condutor de cães	R\$	1.829,20	548,76	2.377,96	79,27	10,81	16,22	21,62	2,16	36,58
XIII	Vigilante de monitoramento de aparelhos eletrônicos	R\$	1.829,20	548,76	2.377,96	79,27	10,81	16,22	21,62	2,16	36,58
XIV	Vigilante Balanceteiro	R\$	1.829,20	548,76	2.377,96	79,27	10,81	16,22	21,62	2,16	36,58
XV	Escolta Armada	R\$	2.377,98	713,39	3.091,37	103,05	14,05	21,08	28,10	2,81	47,56

Período Noturno: 22h às 5h = 7horas de trabalho que valem por 8h. (Hora reduzida - CCT)
VIGILANTE PARCIAL = R\$ 10,81 X 125 HORAS = R\$ 1.351,25

EVENTOS:

12 HORAS - R\$ 176,69 mais Lanche Misto + Fruta + Bebida

10 HORAS - R\$ 151,28 mais Lanche Misto + Fruta + Bebida

Evento com mais de 6 horas de duração - 1 tiquete refeição

Agora a Empresa não pode exigir a presença do Vigilante com mais de duas horas de antecedência no Local do Evento.

- OBRIGATORIEDADE DO TÍQUETE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO. A partir de 1º de janeiro de 2024 até nos postos onde servem alimentação, é direito do Vigilante receber o tiquete refeição/Alimentação.

- INSTRUTOR DE TIRO a partir de 1º de janeiro de 2024 tem direito a 5% de Adicional de Periculosidade.

- FECHAMENTO DE FOLHA DE PAGAMENTO. As empresas só poderão fechar a folha a partir do dia 20 de cada mês e terá que pagar até o 5º dia útil seguinte, as horas extras e demais valores.

Parágrafo Segundo - Gratificação Transitória

O vigilante fará jus a gratificação transitória de 20% (vinte por cento) sobre o piso da categoria quando estiver exercendo as funções de Vigilante Motorista. A gratificação transitória de 20 % (vinte inteiros por cento) se aplica ao Segurança Pessoal Privada, que se enquadrem na hipótese do parágrafo terceiro da cláusula quarta. Não fará jus a essa gratificação transitória quando o seu piso salarial for igual ou superior a R\$ 2.377,98 (dois mil trezentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo Terceiro – Vigilante Motorista/Motociclista

O vigilante motorista/motociclista será aquele especializado em conduzir veículos automotivos, categoria passeio, no sentido de conduzir pessoas e/ou cargas, se equiparando a tal função aqueles vigilantes que conduzem veículos motorizados ou motociclista para realizar rondas, rotina habitual das funções de vigilância nas áreas internas do posto de serviço, sendo certo que estes últimos são enquadrados como vigilantes motoristas.

Parágrafo Quarto– Compensação de Reajuste

Fica facultado às empresas a livre negociação salarial daqueles empregados, inclusive do quadro administrativo com teto superior R\$ 6.938,24 (seis mil novecentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos) salário este que se considera o mais elevado da categoria. Cumpre esclarecer, que aos empregadores ficarão autorizados a compensação de reajustes, sendo certo que se o salário ajustado entre o empregado e empregador for mais benéfico do que o estipulado no instrumento normativo, não se inserirá na contraprestação ajustada o percentual ventilado na cláusula “REAJUSTE SALARIAL”. Caso contrário, o empregador será obrigado a efetuar o pagamento dos vencimentos em quantia não inferior ao teto estipulado por força de reajuste entabulado na presente convenção.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

13º SALÁRIO

CLÁUSULA QUINTA - DÉCIMO TERCEIRO SALARIO

As empresas poderão optar pela antecipação do 13º salário, com anuência do funcionário, da seguinte forma: 50 % nas férias, 1ª parcela em 20 de junho, 2ª parcela em 20 de julho, 3ª parcela 20 de agosto, 4ª em 20 de setembro; 5ª parcela em 20 de outubro ; 6ª parcela em 20 de novembro ; 7ª parcela e demais reflexos de quitação até dia 20 de dezembro do ano corrente. No contra-cheque deverá ser mencionado a rubrica como adiantamento do 13º.

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA SEXTA - TRIÊNIOS

O adicional por tempo de serviço - triênios, na base de 2 % (dois inteiros por cento) do salário-base, somente continuará sendo pago aos empregados contratados até 28/02/2017, para cada período completo de 36 (trinta e seis) meses de serviço efetivo na empresa.

Parágrafo único - funcionários admitidos a partir de 01/03/2017

Somente os funcionários admitidos a partir de 01/03/2017 não farão jus ao recebimento do triênio, mas, irão receber a partir da contratação o valor fixo, mensal e não cumulativo de R\$ 16,73 (dezesseis reais e setenta e três centavos), que aplicando-se o desconto de 20% previsto pela Legislação do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador resultará no valor líquido de R\$ 13,38 (treze reais e trinta e oito centavos), na forma de Vale-Alimentação até dia 20 de cada mês este valor não servirá de base de cálculo para horas extras, adicional de

periculosidade, adicional noturno, hora noturna reduzida nem qualquer outra verba remuneratória, 13º Salário, Férias, FGTS e Aviso Prévio.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

As empresas efetuarão o pagamento de adicional de insalubridade e ou periculosidade aos vigilantes, previstos na legislação, mediante definição a partir do laudo técnico e/ou regulamentação, podendo ser solicitada pelas empresas inspeção do órgão técnico da DRT/RJ, cujo laudo definirá a instituição do benefício para o exercício da vigilância no posto visado, conforme dispõe o Artigo 195 da CLT.

Parágrafo Primeiro – Laudo Conclusivo

Em ocorrendo laudo conclusivo pelo direito à vantagem adicional da insalubridade para determinado posto, obrigam-se às empresas a incluir o correspondente custo em suas planilhas para seus contratos de locação de serviços respectivos.

Parágrafo Segundo – Adicional de Periculosidade

Com a normatização da Lei nº 12.740/2012, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Portaria nº 1.885/2013, que aprovou o Anexo 3 da NR 16/MTE, fica estabelecido que as empresas pagarão aos empregados vigilantes e a todos os demais empregados descritos no referido anexo, o adicional de periculosidade na proporção de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultando de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas. Em vista da habitualidade do pagamento do adicional de periculosidade, o mesmo incide sobre os adicionais de horas extras, adicional noturno, comissões, férias, 13º salário, FGTS, INSS e Aviso Prévio.

Fica estabelecido que os Cursos de Formação pagarão ao Instrutor de Tiro, quando no exercício da função, o recebimento do adicional de periculosidade na proporção de 5% (cinco por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultando de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas. Em vista da habitualidade do pagamento do adicional de periculosidade, o mesmo incide sobre os adicionais de horas extras, adicional noturno, comissões, férias, 13º salário, FGTS, INSS e Aviso Prévio.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - TIQUETE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

O Tíquete refeição/alimentação, a partir de 1º de janeiro de 2024, manterá valor unitário de R\$ 36,08 (trinta e seis reais e oito centavos), devendo ser fornecido para cada escala de plantão de até 12 horas efetivamente trabalhadas, a todos os empregados em exercício de suas funções, na forma estabelecida pela legislação do PAT - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR. Nas jornadas superiores a 12 horas, o empregado receberá mais um vale refeição adicional.

O funcionário que estiver na reserva poderá, com obrigatório mútuo consentimento, ser liberado em até 03 (três) horas do horário de entrada, com garantia do pagamento salarial integral desse dia, descontado apenas o vale refeição/alimentação desse dia,

Parágrafo Primeiro – Vale Refeição

A regra é o fornecimento de vale refeição. Todavia, desde que haja pedido expresso do Sindicato Obreiro, deverá a Empresa fornecer vale alimentação, em valor não inferior ao estabelecido para o tíquete-refeição aos seus empregados. Sendo facultado ao Sindicato Obreiro quanto à aceitação na sua base territorial. Igualmente o pagamento referente ao tíquete refeição ou vale-alimentação poderá, a critério da empresa, ser pago através de sistema de cartão bancário, estabelecido pela Legislação do PAT. As mudanças sucessivas de modalidade somente poderão ocorrer no período mínimo de 06 (seis) meses.

Parágrafo Segundo - Refeições fornecidas ao empregado

O vigilante fará jus ao recebimento do tíquete refeição, para cada plantão de até 12 horas efetivamente trabalhadas, mesmo que o tomador de serviço ofereça alimentação em refeitório próprio. Podendo a empresa e o Sindicato Laboral assinarem acordo Coletivo de Trabalho visando regulamentar o uso ou não do refeitório pelo vigilante. De acordo com a legislação vigente relativa ao Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT.

Parágrafo Quarto – Sistema Compartilhado das Despesas

Fica estipulado em 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor total concedido ao tíquete refeição/alimentação e a alimentação fornecida alternativamente ao empregado, o desconto a ser feito no contracheque do empregado, decorrente do Sistema Compartilhado de participação nas despesas. Segundo as normas do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

Parágrafo Quinto - Do Fornecimento do Tiquete Refeição/Alimentação

Deverá o Empregador optar por fornecer o Tiquete Refeição/Alimentação em no máximo duas parcelas dentro do mês corrente, a primeira no 1º dia de cada mês e a segunda até o 15º do referido mês corrente.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA NONA - COMPLEMENTAÇÃO DE SALÁRIO EM CASO DE ACIDENTE DE TRABALHO

As empresas se obrigam a complementar, durante seis meses, a remuneração do vigilante ou vigilante feminina, afastado em decorrência de acidente de trabalho, pagando-lhe a diferença verificada entre o que receber do INSS (seguro acidente) e o que vinha percebendo a título de salário-base, no mês em que foi acidentado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO AUXÍLIO FAMILIAR AO TRABALHADOR

Fica estabelecido entre os Sindicatos Convenientes que as empresas abrangidas pelo presente instrumento coletivo pagarão compulsoriamente, até o dia 20 (vinte) de cada mês, iniciando a partir de janeiro/2024 o valor de R\$ 29,66 (vinte e nove reais e sessenta e seis centavos) por

trabalhador que possua, a título de contribuição para Auxílio Familiar ao Trabalhador, sem qualquer desconto no salário do empregado, por meio de boleto disponibilizado pela gestora PHENIX ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.396.150/0001-15 contratada pelas entidades convenentes.

Parágrafo 1º. As partes estabelecem que todos os empregados farão jus ao Auxílio Familiar ao Trabalhador aprovados pelas entidades sindicais convenentes e discriminado no guia médico BMA (Benefício Médico Assistencial) disponível no site www.sindvig.org.br e/ou www.sindesp-rj.com.br.

Parágrafo 2º. É de responsabilidade do empregador, o envio mensal de toda documentação necessária para a viabilidade do respectivo auxílio, bem como atualização de dados perante à empresa gestora, sendo que tais dados pessoais dos empregados serão utilizados exclusivamente para a finalidade do cumprimento da presente cláusula, ficando a empresa contratada responsável pela manutenção das medidas de segurança, técnica e administrativa aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito conforme a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

Parágrafo 3º. Em razão da substituição do envio de informações em sistema específico do CAGED pelo e-Social (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas) e objetivando a viabilidade do pagamento do Auxílio Familiar ao Trabalhador, as partes convenentes estabelecem que para as inclusões dos empregados, o empregador deverá fornecer mensalmente à empresa Gestora os seguintes documentos: 1) a relação atualizada da GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social) com seus respectivos relatórios; 2) listagem de todos os empregados ativos de acordo com a abrangência territorial estabelecida na cláusula 2ª; 3) listagem dos admitidos e desligados no mês com suas respectivas datas; 4) listagem dos empregados afastados com suas respectivas datas de afastamento bem como a data do retorno (se tiver).

Parágrafo 4º. As partes estabelecem que o empregador deverá recolher, de forma integral, a referida contribuição referente ao mês da rescisão do empregado demitido, independentemente da fração de dias trabalhados.

Parágrafo 5º. Em caso de atraso no pagamento da contribuição supramencionada, acarretará em multa conforme cláusula Sexagésima Nona (parágrafo 2).

Parágrafo 6º. O empregador que der causa ao não pagamento do Auxílio Familiar ao Trabalhador, neste caso, aplica-se a responsabilização civil, devendo responder ação por descumprimento de norma coletiva a ser ajuizada pelas entidades convenentes, bem como deverá indenizar o trabalhador e/ou seu beneficiário, em dobro, o auxílio que teria direito à época.

Parágrafo 7º. Para retirada de Certidão de Regularidade e outros serviços solicitados aos sindicatos convenentes, a empresa deverá apresentar declaração de quitação e regularidade do Auxílio Familiar ao Trabalhador emitida pela empresa Gestora.

Parágrafo 8º. O Auxílio Familiar ao Trabalhador não possui, em hipótese alguma, natureza salarial por não se constituir em prestação de serviços, tendo caráter compulsório e eminentemente assistencial. Em nenhuma hipótese integrará o salário contratual, não se computando nas férias, 13º salário, horas extras, gratificações, adicionais, inclusive nas verbas rescisórias.

Parágrafo 9º. Visando o cumprimento das normas de proteção ao trabalhador, as partes estabelecem que o empregador deverá fazer constar a rubrica do Auxílio Familiar ao Trabalhador nas planilhas de custos e formação de preços, nas concorrências privadas ou de qualquer modalidade pública, em observância ao que dispõe o art. 444 da CLT.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA/ACIDENTE

As empresas, em cumprimento à Lei 7.102/83, Art. 19, Inciso IV, c/c a Resolução 439 de 04/07/2022, do Conselho Nacional de Seguros Privados, e nos termos do Art. 21 do Decreto 89.056/83 obrigam-se à contratação de Seguro de Vida em Grupo. Para cobertura de morte natural, ocorrida em serviço da empresa que contratou a apólice de seguro, o Seguro de Vida será devido no valor de 33 (trinta e três) vezes o piso salarial do vigilante. Para cobertura de morte acidental e/ou invalidez permanente total ou parcial ocorrida em serviço da empresa que contratou a apólice de seguro, decorrente exclusivamente de acidente no exercício da função, o Seguro de Vida será no valor de 70 (setenta) vezes o piso salarial do vigilante. Nos casos de morte natural, invalidez permanente total ou parcial decorrente exclusivamente em ambos os casos fora do exercício da função da empresa que contratou a apólice de seguro, a indenização será 08 (oito) vezes o Piso Salarial do vigilante.

Caso as empresas não cumpram as obrigações, arcarão com o ônus respectivo, e para o caso de invalidez parcial, a indenização obedecerá à proporcionalidade disposta na regra da Susep fixada na circular Susep nº 029 de 20.12.91, tendo por base de cálculo equivalente ao índice de 100% do mesmo valor de 70 (setenta) vezes o valor do piso salarial do vigilante, sendo aplicável ainda nos casos omissos, o disposto na Resolução 439 de 04/07/2022. Caso a apólice não tenha previsão de cobertura do auxílio funeral para o empregado falecido, o empregador pagará o equivalente a 1,5 piso da função do empregado a família do funcionário falecido.

Parágrafo Único – Comprovante Alternativo

As empresas se comprometem a fornecer, quando solicitado por escrito com prazo de 15 (quinze) dias úteis a cada Sindicato Obreiro cópias da apólice de seguro de vida instituído, com a relação nominal de todos os beneficiários, a empresa que não fornecer no prazo hábil e não justifique por escrito o não envio da referida Apólice, ficará sujeita à multa prevista pelo descumprimento da presente Convenção.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CUSTEIO DE REMÉDIOS

As empresas se comprometem a custear, se necessário, qualquer remédio ou medicamento que o vigilante venha a necessitar em decorrência de lesão sofrida, configurada como acidente de trabalho, limitado ao valor mensal de 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria do vigilante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONVÊNIO FARMACIA

Fica estabelecido o direito do funcionário de adquirir medicamentos junto às farmácias que mantenha com a empresa convênio, visando que o pagamento dos remédios sejam descontados em folha, sendo que tal compra obedecerá, a cada mês, o limite máximo de até 30% (trinta inteiros por cento) do piso salarial da categoria do vigilante. Cada empresa ajustará junto às farmácias interessada o contrato com a autorização para o desconto em folha, das respectivas despesas efetuadas. Os funcionários somente poderão adquirir, para efeito do desconto em folha, medicamentos.

EMPRÉSTIMOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO

Ficam facultadas as empresas a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos da Caixa Econômica Federal ou de outra instituição financeira, com base na Medida Provisória nº 130 e pelo Decreto nº 4.840, ambos de 17/09/2003.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTRATO DE TRABALHO

O empregador se obriga a entregar a segunda-via do contrato de trabalho ao empregado, no máximo em 05 (cinco) dias úteis, assim como de qualquer alteração contratual superveniente.

Parágrafo Primeiro - Regime de Trabalho

Só será admitida a contratação de empregados pelo regime mensalista, ficando nula de pleno direito à contratação de empregados diaristas.

Parágrafo Segundo - Contrato Intermitente

Será permitido a contratação através de Contrato Intermitente na forma do Artigo 443 da CLT através de Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato Obreiro, da base territorial onde irá laborar o empregado e com a anuência do Sindicato Patronal como disposto na cláusula Sexagésima Sétima da presente Convenção Coletiva.

Parágrafo Terceiro – Curso de Formação – Indenização

O vigilante, uma vez reciclado nos termos da Portaria MJ 91/92 do Ministério da Justiça e a Portaria 3.233/2012 do DPF, sobre as expensas de sua empresa, caso, venha a pedir demissão ou ser desligado por justa causa, no prazo de 06 (seis) meses a contar de sua reciclagem,

indenizará a empresa no valor equivalente ao cobrado pelo mesmo curso à época do desligamento, o qual poderá ser descontado das indenizações rescisórias, observado o limite legal de 30% (trinta inteiros por cento) do piso salarial do vigilante.

Parágrafo Quarto – Reciclagem

Quando do desligamento de qualquer vigilante por parte da empresa, sem justo motivo, cuja reciclagem esteja vencida ou não, ou que faltem 06(seis) meses para a sua renovação, a empresa fica obrigada a indenizá-lo no valor do custo do curso de reciclagem ou inscrevê-lo para nova reciclagem.

Em caso de permanência na Empresa, cuja reciclagem esteja vencida ou não, a empresa ficará obrigada a responsabilizar-se, pelas despesas oriundas do curso de formação de vigilantes antecipando o pagamento das passagens, alimentação e certidão, conforme legislação, ressalvada a possibilidade do funcionário expedir a Certidão gratuitamente. Caso haja alteração da legislação as partes signatárias se comprometem a adequar a referida cláusula.

Ficam obrigadas as empresas a comunicar aos seus vigilantes com no mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência a data de sua reciclagem. Nesta comunicação deverá constar a informação que, caso o vigilante esteja registrado simultaneamente em 2 (duas) empresas de segurança privada, o mesmo deverá no prazo de 60 (sessenta) dias de antecedência a data de sua reciclagem, indicar qual das 2 (duas) empresas de segurança privada deverá proceder a sua reciclagem.

Parágrafo Quinto – Da convocação para a reciclagem

Para a realização de reciclagem fica as Empresas de Segurança Privada facultadas a convocarem os vigilantes que trabalhem na escala 5X2 e 6X1, a frequentar o curso apenas um sábado e um domingo, a cada reciclagem, visando a frequência obrigatória perante a legislação.

Na escala 12x36 horas entre o término do plantão e o início da reciclagem, ou vice e versa, será obrigatório as empresas concederem 11(onze) horas de descanso ao empregado.

Preferencialmente o vigilante deverá ser reciclado em Curso mais próximo de sua residência.

Parágrafo Sexto - Das Despesas

Para os trabalhadores que realizarem a reciclagem em outros Municípios e ficando hospedado e pernoitando no local, a empresa garantirá de forma antecipada a hospedagem, as refeições (café da manhã, almoço e janta), e o transporte rodoviário, podendo as empresas por meios próprios fornecerem transporte, hospedagem e alimentação.

Parágrafo Sétimo – Descumprimento de Contrato

É passível de punição, na forma da lei, o vigilante que expressamente convocado, não demonstre interesse, sem justa causa, por fazer curso de reciclagem ou outros de treinamento ou aperfeiçoamento, nos termos determinados pela Lei 7.102/83 e legislação complementar.

Parágrafo Oitavo – Apresentação de Documentos

Quando convocado, para apresentar para anotação documentos necessários, por imposição legal, tais como: retratos, carteira do PIS, carteira de identidade, título de eleitor, carteira nacional de vigilante, etc. sujeitos à fiscalização, o empregado ficará sujeito à penalidade por falta disciplinar prevista na CLT.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AVISO PRÉVIO

Poderá a empresa determinar o cumprimento do aviso prévio em outro local diverso daquele onde o vigilante prestava o serviço de vigilância, todavia respeitando a redução da carga de 02 (duas) horas diárias ou redução de 07 (sete) dias, nos termos da CLT (Art. 488), respeitando os limites da presente Convenção.

CONTRATO A TEMPO PARCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTRATO PARCIAL

Em virtude da preservação dos postos de trabalho em regime de tempo integral, as partes signatárias estabelecem as devidas proibições as normas legais expressas no art. 58-A da CLT, resultantes da Reforma Trabalhista, e para tanto, convencionam que fica proibido o trabalho em regime de tempo parcial com duração superior ou inferior a vinte e cinco horas semanais.

Parágrafo Primeiro:

Fica proibida a realização de horas suplementares semanais ou diárias para o trabalho em regime de tempo parcial, bem como proibida também a prática do banco de horas.

Parágrafo Segundo:

Para os atuais empregados em regime de trabalho de tempo integral fica expressamente proibida e vedada a opção pelo regime de tempo parcial.

Parágrafo Terceiro:

Garantido os benefícios da cláusula oitava - tíquete refeição/alimentação e da quadragésima - vale transporte, ambas, da Convenção Coletiva de Trabalho de forma integral, não podendo o empregador se eximir das responsabilidades convencionais e legais. Ao empregado será garantido um piso mínimo que será calculado sobre o valor da hora (piso salarial do vigilante dividido por 1/220) multiplicado por 125 horas (cento e vinte e cinco), que será ainda acrescido de 30% (trinta inteiros por cento) do adicional de periculosidade. Tal fixação tem por objetivo resguardar o direito à retribuição mínima mensal e a proteção jurídica prevista na Constituição da República.

Parágrafo Quarto:

A utilização do trabalho em regime de Tempo Parcial em Instituições Financeiras fica restrita a rendições de intervalos intrajornada, sendo vedada a sua utilização como jornada regular diária, em cumprimento ao contido na Lei 7.102/83, bem como, aos requisitos do Plano de Segurança garantidos na Portaria 18.045/2023 do DPF.

ESTÁGIO/APRENDIZAGEM

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA APRENDIZAGEM NA SEGURANÇA PRIVADA

Considerando que para a atuação de aprendiz como profissional de vigilância é obrigatório a observância dos requisitos dispostos na Lei 7.102/83 ou a que vier a substituí-la, principalmente no que tange a idade mínima de 21 (vinte e um) anos; a exigência de porte de arma para desempenho da função; que obtenham curso de formação regular de vigilante realizado em escola especializada em segurança, atendendo a mesma carga horária exigida dos demais candidatos a habilitação profissional, e por isso, caso não se tenha a demanda necessária ao cumprimento das cotas do artigo 51º do Decreto nº 9.579/2018, de jovens que atendam as suas especificidades e da Polícia Federal, principalmente pelo fato de o regulamento determinar através do parágrafo único do artigo 11, neste caso, como aprendiz, o jovem a partir da idade de 18 anos, o atendimento a porcentagem exigida na cota de aprendizagem deverá ser feita através do dimensionamento do setor administrativo. Ficando excluídos da base de cálculo os vigilantes, armados e/ou desarmados e de transporte de valores. A APLICABILIDADE DESTA CLÁUSULA ESTÁ SUSPensa POR TUTELA INIBITÓRIA (LIMINAR) DEFERIDA NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA NºACP 01.00697-19,2022,5,01.0062, EM TRÂMITE NA 62ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO) A INCLUSÃO DESTA CLÁUSULA ESTÁ SOB RESPONSABILIDADE DO SINDESP-RJ

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRATAÇÃO DE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA HABILITADO OU REABILITADO

Considerando que o vigilante tem a função legal de inibir ou proibir ação delituosa com o uso de armas de fogo/branca, e inclusive desarmado, sendo treinado para defesa pessoal, de patrimônio, de pessoas necessitando, assim, estar em plenitude física e mental, o cumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91 e arts. 136 a 141 do Decreto 3.048/99, com relação a admissão de pessoa portadora de deficiência física habilitada ou reabilitada, tomará como parâmetro, a exemplo do que ocorre na contratação de policiais (Art. 37, VIII/CF), O DIMENSIONAMENTO RELATIVO AO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO, ressalvado o comparecimento de profissionais atendendo a publicação da empresa, que comprove ter curso de formação de vigilante, e que porte Certificado Individual de Reabilitação ou Habilitação expedido pelo INSS, que indique expressamente que está capacitado profissionalmente para exercer a função de vigilante (art. 140 e 141 do Decreto nº 3048/99). Fica facultado a empresa submeter antes à Polícia Federal, conforme Lei 7.102/83 e Portaria/DPF 3.233/2012, e não se aplicará o aproveitamento em outras funções, porque mais de 99% (noventa e nove por cento) de seus empregados são vigilantes. (PROCESSO Nº TST-RO-76-64.2016.5.10.0000) A APLICABILIDADE DESTA CLÁUSULA ESTÁ SUSPensa POR TUTELA INIBITÓRIA (LIMINAR) DEFERIDA NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0100275-55.2021.5.01.0005, EM TRÂMITE NA 34ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO) A INCLUSÃO DESTA CLÁUSULA ESTÁ SOB RESPONSABILIDADE DO SINDESP-RJ

OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO INTERVALO INTRAJORNADA BANCÁRIA

Os Vigilantes que laboram em agência bancária e posto de atendimento bancário, nas escalas diurnas, deverão gozar o seu intervalo intrajornada de descanso e refeição da seguinte forma:

O início deverá ocorrer entre 11:00hs e 15:00horas.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, deverá ser firmado perante o Sindicato Laboral da base territorial onde o empregado labora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DISPENSA DO TRINTIDIO

Caso a projeção do aviso prévio, mesmo que proporcional se dê nos trinta dias que antecedem a data base da categoria, a empresa ficará dispensada de efetuar o pagamento do salário adicional previsto pelas Lei nº 6.708/79 e a Lei nº 7.238/84, desde que o encerramento do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador do serviço.

Paragrafo Único:

A empresa para adotar o procedimento acima deverá apresentar ao sindicato Obreiro, através de e-mail, correspondência ou outro meio de ciência expressa, documento que comprove o encerramento do Contrato de Prestação de Serviços por determinação do Tomador de Serviços da base territorial onde labora o empregado e com a anuência do Sindicato Patronal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO REAPROVEITAMENTO PROFISSIONAL

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato contratarão os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão SERÁ POR ACORDO na forma do artigo 484-A da CLT e obrigará ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado, ou seu cumprimento normal, em relação às demais verbas rescisórias não haverá alteração.

Parágrafo Primeiro

Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao

contrato caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego.

Parágrafo Segundo

No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço, persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior.

Parágrafo Terceiro

A empresa para adotar o procedimento acima deverá assinar Acordo Coletivo de Trabalho com o sindicato Obreiro e com a anuência do Sindicato Patronal como disposto na cláusula Sexagesima Sétima da Convenção Coletiva.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

Em face da Lei nº 13.709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenientes fixam, conforme disposições contidas nos artigos 7º, inciso I, artigo 11, inciso I, c/c artigo 9º, § 3º da referida Lei, que os dados pessoais dos trabalhadores, tais como nome, CPF, endereço residencial, certificado de formação/reciclagem e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos tomadores de serviço, operadora/administradora de benefícios, sindicatos laborais, curso de formação, DELESP/DPF/MJ e outros estritamente ligados à atividade, poderão ser compartilhados sempre que solicitado ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes e fornecedores, tendo em conta a atividade por ela exercida e as necessidades de segurança da informação. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou a sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços, sob pena de responsabilidade pessoal, a quem der causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRATO DE TRABALHO EM REGIME OFFSHORE

Considera-se regime “OFFSHORE” o trabalho dos empregados das empresas sob o regime de confinamento nas plataformas marítimas de petróleo, gás e navios, que Prestam Serviços em Plataforma de Produção, Prospeção e Perfuração de Petróleo e UMS’S em Alto mar.

I - DA CARGA HORÁRIA “OFFSHORE”

Parágrafo Primeiro: As escalas de trabalho poderão ser realizadas nos formatos 14x14, 21x21, ou outra escala conforme previsto em eventuais alterações promovidas pelas normas técnicas emitidas pela Petrobrás com o intuito de conter o avanço da pandemia da COVID-19, sendo que a jornada dos trabalhadores OFFSHORE, quando embarcado, observará o regime de 12 (doze) horas de efetivo trabalho por 12 (doze) horas de descanso, ou conforme regramento previsto nas técnicas.

Parágrafo Segundo: O tempo gasto no transporte fornecido aos empregados que trabalhem nas condições estabelecidas nesse acordo, não será considerado como hora extra em hipótese alguma.

Parágrafo Terceiro: Diante da peculiaridade dos serviços “OFFSHORE”, fica autorizada a possibilidade de ocorrer à inversão de escala dos colaboradores, sem que referida alteração acarrete qualquer tipo de indenização ou futura alegação de alteração prejudicial e/ou unilateral do contrato de trabalho.

Parágrafo Quarto: Uma vez em que o desembarque dos colaboradores que se encontram em regime de confinamento depende exclusivamente da programação de voo, o colaborador tem plena ciência de que seu desembarque poderá ocorrer após o 14º (décimo quarto) dia, sem que acarrete o pagamento de horas extras, desde que entre o término da escala de trabalho do colaborador e o seu efetivo embarque, não ultrapasse 5(cinco) horas, sendo que a partir então será devido o pagamento de horas extras de 50% sobre o salário base. Tal regra somente será aplicada quando do efetivo desembarque do colaborador.

II - DOS ADICIONAIS / AJUDA DE CUSTO PARA O TRABALHO EM REGIME "OFFSHORE"

Parágrafo Primeiro: Os empregados quando em regime de trabalho “OFFSHORE” farão jus a percepção dos seguintes adicionais/ajuda de custo, que por acordo entre as partes fará jus a fins rescisórios;

a) 20% de adicional de confinamento

b) 20% de adicional de sobreaviso

c) 30% de adicional de periculosidade.

d) Da Ajuda de Custo de locomoção de R\$ 161,79 (cento e sessenta e um reais e setenta e nove centavos), com intuito de custear o deslocamento do colaborador de sua casa até o local de embarque.

e) Auxílio alimentação: o funcionário fará jus ao ticket de alimentação conforme cláusula oitava no valor de R\$ 36,08 (trinta e seis reais e oito centavos) por dia trabalhado, mesmo recebendo alimentação inatura em confinamento, em regime OFFSHORE.

Parágrafo Segundo: Os trabalhadores em regime “OFFSHORE” (embarcados) terão garantidos os adicionais descritos no Parágrafo Primeiro integralmente sobre seu salário-base, mesmo que embarquem menos de 14 dias no mês. Caso permaneçam embarcados mais dias, receberão ainda os reflexos dos ditos adicionais sobre os dias extraordinários. Em vista da habitualidade do pagamento dos adicionais, os mesmos incidem sobre os adicionais de horas extras, adicional noturno, comissões, férias, 13º salário, FGTS, INSS e Aviso Prévio.

III- DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO EM REGIME OFFSHORE

Caso o empregado não desembarque após o 14º (décimo quarto) dia de trabalho, permanecendo em regime de confinamento nas plataformas, ou seja, “OFFSHORE”, fará jus ao

recebimento de adicional de 100% (cem por cento) para as horas que assim permanecer em efetivo trabalho.

IV - ALTERAÇÃO DA DATA DO EMBARQUE

Em caso de alteração da data do embarque por decorrência de mau tempo, ou situações diversas, a empresa fica obrigada a fornecer hospedagem para o vigilante no período em que o mesmo se encontrar a disposição da empresa, ou em caso de vigilantes residentes no município, o fornecimento de passagem para sua residência.

V – DO ADICIONAL DE CONFINAMENTO PRÉ - EMBARQUE

Diante das alterações das normas técnicas emitidas pela Petrobrás com o intuito de conter o avanço da pandemia da COVID-19, a qual prevê a necessidade de monitorar a saúde dos colaboradores em momento anterior ao embarque e efetivo trabalho, fica estipulado o seguinte:

Parágrafo Primeiro: Dentro dos dias em que o trabalhador estiver de folga, este tem plena ciência e concorda de que nos 14 (quatorze) dias que antecedem ao novo embarque, estará submetido a monitoramento realizado por profissional de saúde de sua empresa para fins de averiguação de seu estado de saúde e atendimento de normas de prevenção ao contágio do COVID-19, sem restrições ao direito de ir e vir do empregado.

Parágrafo Segundo: Referido monitoramento não será considerado tempo à disposição da empresa, nem acarretará no pagamento de qualquer tipo de indenização, pois se tratam de medidas de mera orientação de saúde que visam conter o avanço da pandemia da COVID-19.

Parágrafo Terceiro: Além do citado monitoramento de saúde, dependendo do que constar nas normas técnicas, pode ser necessário que o colaborador permaneça em confinamento pré-embarque em hotel, o que ocorrerá por alguns dias em momento anterior ao seu embarque. Caso ocorra referida necessidade, o empregado receberá o valor de R\$ 124,45 (cento e vinte e quatro reais e quarenta e cinco reais) por dia que assim permanecer, recebendo tal verba em seu holerite como “Adicional de Confinamento Pré-Embarque”, sendo que tal confinamento não poderá ultrapassar 05 (cinco) dias, sendo que referida verba não possui natureza salarial.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - TRANSPORTE DE VALORES E ESCOLTA ARMADA

Os vigilantes em empresas de segurança e vigilância que prestem serviços de Transporte Valores e Escolta Armada, receberão uma remuneração mínima equivalente ao piso dos empregados em empresas de transporte de valores, conforme sua função no carro-forte, e uma remuneração mínima equivalente ao piso dos empregados em empresas de Escolta Armada, nas condições estabelecidas para a mesma.

Parágrafo único - serviços eventuais

Os empregados que prestarem serviços eventuais/transitórios em transporte de valores e escolta armada serão remunerados pelo diferencial havido entre seu salário normal e o piso indicado nas condições do caput desta cláusula, à razão de 1/30 (hum trinta avos) por dia efetivamente trabalhado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CHEFE DE TURMA

A função de Chefe de Turma, que é de confiança e transitória, será exercida pelo vigilante que tiver as funções de comando de grupo determinada pelo empregador, em qualquer posto, em caráter transitório e de confiança, fazendo jus a uma gratificação de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o piso da categoria do vigilante, em razão do efetivo comandado, constituído de cinco ou mais vigilantes. Todavia, fica estabelecido que as empresas, ao investirem o vigilante nesta função de comando, obrigatoriamente emitirão ato expresso, credenciando-o para o exercício da citada chefia.

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO USO DE APARELHOS ELETRÔNICOS

Fica proibido o uso de telefone celular e outros recursos eletrônicos, tais como nextel, smartphone, tablet, iPad, para fins particulares, não tratando-se do porte do aparelho, nos postos de serviços e no plantão durante o expediente enquanto em efetivo trabalho.

Parágrafo Primeiro:

Cabe nos casos de descumprimento dos deveres dos empregados a aplicação das penas permitidas por lei. A aplicação das penalidades devem obedecer o comando do art. 8º da CLT e da Constituição, no que tange a proporcionalidade e razoabilidade quanto à falta cometida pelo empregado, impedindo assim que o empregador aja com excesso e medidas desarrazoadas e desproporcionais à falta cometida.

Parágrafo Segundo:

Cabe ao empregador comunicar aos seus empregados as normas da empresa, explicitando de forma clara as condutas exigidas de seus empregados e as possíveis medidas em caso de descumprimento.

Parágrafo Terceiro:

Ressalta-se a importância da aplicação da graduação das penalidades, das mais leves às mais extremas, e ainda ao respeito do princípio do contraditório e da ampla defesa aos empregados penalizados, não restringindo-se a empresa apenas ao relato de fiscais e supervisores nas suas decisões.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - UNIFORMES/OUTROS

Fica assegurado ao vigilante a gratuidade do uniforme (calça, saia, camisa, casaco, sapato e meia), à razão de dois para cada período de doze meses: coturno, capa e distintivo que ficarão sob custódia dos respectivos vigilantes, sendo estas do acervo das empresas, ficando proibido o desconto de tais objetos sob a rubrica de "adiantamento de salário" a fim de garantir a devolução das peças acauteladas com o vigilante, ou para o fim de descontar de seu salário valor correspondente às peças acima. Em caso de extravio ou danificação das mesmas, ficam as empresas autorizadas a descontar da remuneração ou indenização os valores correspondentes, nos termos do Artigo nº 462, parágrafo 1º da CLT, exceto por acidente de serviço. Nas escalas 5 x 2 e 6 x 1 serão fornecidas 03 (três) uniformes.

Parágrafo Único:

Fica assegurado aos profissionais da segurança, dentro do mesmo critério de quantidade, o fornecimento de uniforme especial de verão destinado a prestação de serviços de segurança privada em locais próximos a Praia e Ilhas, desde que o uso do referido uniforme especial de verão seja autorizado pela DPF/Ministério da Justiça, através da DELESP ou Comissão de Vistoria, conforme norteia a Portaria nº 3.233/2012 DPF.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PERDA DE MATERIAL DE TRABALHO

O empregador não poderá descontar do salário do vigilante o valor de qualquer instrumento de trabalho, inclusive arma ou peça de uniforme, quando arrebatado por terceiros na prática de crime no local ou viatura onde o empregado exerce efetivamente sua função, desde que seja feita a comprovação do fato sob a forma de Registro de Ocorrência perante autoridade policial.

ESTABILIDADE GERAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE PÓS-LICENÇA MÉDICA

Fica concedida a estabilidade provisória de 30 (trinta) dias no emprego, no curso da presente Convenção, ao empregado que reassumir suas funções após afastamento por motivo de doença por período superior a 15 (quinze) dias. No caso de acidente do trabalho, acolhe-se o disposto na legislação vigente à época do acidente.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - APOSENTADORIA

Fica mantida a garantia de emprego aos empregados que, em face da contagem de tempo de serviço, falem 24 (vinte e quatro) meses para obtenção da aposentadoria do sistema previdenciário, desde que previamente comunicado o fato ao empregador, e contando, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício na empresa, salvo a hipótese de dispensa por justa causa ou extinção de posto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - POSTOS ESPECIAIS

É facultado às empresas, a pedido do Tomador de Serviços que contrata os serviços de vigilância, e por força do Contrato de Prestação de Serviços de Vigilância assinado com o

referido Tomador de Serviços, conceder benefícios, gratificações ou remunerações diferenciadas transitórias, sendo tais postos considerados especiais.

Parágrafo Primeiro – Isonomia entre Postos:

O pagamento de tais benefícios, gratificações ou remunerações diferenciadas, em razão de se circunscreverem a determinados postos definidos como especiais pelas empresas por força do Contrato de Prestação de Serviços de Vigilância assinado com o referido Tomador de Serviços, não poderá ser objeto de isonomia ou equiparação salarial por outros vigilantes, que trabalhem em postos que não tenham as mesmas condições mantidos em Tomadores de Serviços distintos.

Parágrafo Segundo – Supervisor:

Visando a melhor atender às necessidades contratuais das empresas e situações diversas, fica autorizado que, num mesmo posto, haja remuneração diferenciada para vigilante que tenha por designação expressa, emitida pela empresa empregadora, funções transitórias e de confiança de supervisor.

Parágrafo Terceiro - Posto Especial:

Fica assegurado aos vigilantes o direito de só perderem a lotação em postos especiais, assim definidos aqueles que possuam previsão de benefícios, gratificações ou remunerações diferenciados por força do Contrato de Prestação de Serviços de Vigilância assinado com o Tomador de Serviços, por justo motivo, comunicado expressamente ao empregado, decorrente de solicitação do cliente, alteração de condições de contrato que, redundem em exclusão da qualificação ou remuneração diferenciada do posto e, ainda, por solicitação do próprio empregado.

(Conforme adequação do ICP nº 000113.2007.01.005/1 do Ministério Público do Trabalho).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ABRANGÊNCIA SERVIÇOS ORGÂNICOS

Considerando que o segmento da atividade de segurança e vigilância se constitui, como rege a Lei 7.102/83, Decreto 89.056/83 e ainda Portaria DPF 18.045/2023, na prestação de serviços por empresa especializada ou em sistema próprio de vigilância, denominado "Serviço Orgânico de Segurança"; e considerando que o vigilante é o profissional, devidamente formado, treinado e registrado na forma da lei (art. 2.º e 15 da Lei 7.102/83), as cláusulas, normas e condições pactuadas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive o pagamento do Adicional de Periculosidade, se aplicam tanto às empresas que prestam serviços de segurança a terceiros e a seus funcionários, bem como às empresas que possuem sistema próprio de segurança denominadas empresas executantes de serviços orgânicos de segurança, em havendo descumprimento das normas coletivas, os Sindicatos deverão oferecer denúncia a Delegacia Regional do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a DELESP e/ou Comissão de Vistoria solicitando a devida fiscalização e instauração de Inquérito Civil Público em face da empresa de serviços orgânicos de segurança face a violação as normas coletivas pactuadas.

Parágrafo Único – Categoria Profissional de Vigilante

A denominação dissimulada da função de vigilante, efetivamente exercida por profissional de segurança privada em empresa especializada ou serviço orgânico, não afeta, de modo algum, abrangências definida no "caput".

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - GRAVIDEZ

As empresas se comprometem a lotar as vigilantes grávidas, em postos de serviço que ofereçam condições salubres, observando-se as necessidades do seu estado gravídico.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO LIVRO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO E DA FICHA DE REGISTRO DE EMPREGADO

Na forma prevista no artigo 3º da Portaria nº 41 de 28 de março de 2007 do Ministério do Trabalho, o empregador poderá adotar controle único e centralizado do registro de empregados, desde que os empregados portem cartão de identificação nos postos de serviços.

O modelo do cartão de identificação será aquele previsto no artigo 144 da Portaria nº 18.045/2023 do Departamento da Polícia Federal e Ministério da Justiça que dispõe acerca de normas aplicadas as empresas de segurança privada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

As empresas prestarão assistência jurídica aos seus empregados colocando a disposição profissional habilitado com a finalidade de acompanhar o vigilante que por ventura seja encaminhado à autoridade policial quando sujeitos à ação penal por prática de ato decorrente do legítimo exercício de suas funções em horário de trabalho, desde que o mesmo não se desligue voluntariamente do emprego. Caso a empresa não indique advogado, ficará obrigada ao pagamento dos honorários do profissional contratado pelo mesmo, com base na tabela da OAB/RJ.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Será obrigatório o fornecimento de comprovante mensal do pagamento de salário, contendo discriminação de todas as verbas pagas e as respectivas deduções ocorridas no período independente do parágrafo primeiro.

Parágrafo Primeiro:

As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito de conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante do depósito ou o extrato de conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

Parágrafo Segundo:

As empresas ficam obrigadas a informar no comprovante de pagamento a sua razão social, endereço e CNPJ e seu posto de trabalho no período de 06 (seis) meses, além de ficar obrigadas a promover a entrega do comprovante de pagamento ao trabalhador que estiver lotado em município diverso da sede em até 25 dias após o efetivo pagamento ou depósito do salário. O posto de trabalho deverá constar no contracheque. Fica facultado ao empregado solicitar a empresa o envio do contracheque por meio eletrônico no prazo de 10 dias.

Parágrafo Terceiro - Descontos e Multas de Trânsitos

O empregador só poderá descontar possíveis danos causados pelo empregado na forma do artigo 462 parágrafo primeiro da CLT.

Em caso de multas de trânsito em veículos das empresas, os empregados responsáveis pela infração deverão ser comunicados para que tenham o direito de interpor defesa prévia e recurso, dentro do prazo estabelecido pelo Código de Trânsito.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - REEMBOLSO DE DESPESAS

Quando o empregado deslocar-se para localidades diversas da que resultar do contrato de trabalho, salvo remanejamento de posto, cuja distância seja superior a 50 Km da residência, o empregado terá direito ao reembolso imediato das despesas de locomoção através de transporte regular e de refeição, estas, em valor não inferior a 1,8 % (hum inteiro e oito décimos por cento) do piso salarial do vigilante praticado a partir de 1º de janeiro de 2024.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - REEMBOLSO EM VIAGENS

As empresas ficam obrigadas a pagar, imediatamente, todas as despesas arcadas pelos empregados que forem chamados pela Empresa por qualquer motivo fora da localidade onde prestam seus serviços.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - REMOÇÃO DE EMPREGADOS

Fica vedada a remoção de empregados para locais de trabalho cuja distância seja superior a 50 Km do respectivo domicílio, exceto por alteração de contrato que provoque redução de efetivo, ou por solicitação do empregado, ou na hipótese de serviços esporádicos.

Parágrafo Único:

As alternativas aqui autorizadas devem obedecer ao comando dos artigos 469 e parágrafos; e 470, ambos da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - VALE TRANSPORTE

Em cumprimento às disposições da Lei 7.418 de 16/12/85, com a redação dada pela Lei 7.619 de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto 95.247 de 16/11/87, as Empresas pagarão aos seus empregados o vale-transporte de modo que o empregado não seja obrigado a adiantar a suas expensas os valores destinados a sua locomoção em função do serviço.

Parágrafo Primeiro:

Tendo em vista que dispõe o parágrafo único do artigo 4º, da Lei 7.418, de 16/12/85, o valor da participação das Empresas nos gastos de deslocamento do trabalhador será equivalente à parcela que exceder a 6 % (seis inteiros por cento) do salário básico do empregado.

Parágrafo Segundo:

Em caso de comprovada necessidade, nas hipóteses previstas no artigo 5º do Decreto nº 95.247/87 que regulamenta a Lei 7.418/85, as empresas poderão efetuar o pagamento do vale transporte em dinheiro, observadas as determinações legais.

O vale transporte concedido em dinheiro nos termos do parágrafo anterior, não tem natureza salarial para nenhum efeito legal, não se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, não será considerado para efeito de Pagamento de Gratificação de Natal (13º salário) e não configura rendimento tributário do beneficiário, desde que, haja a dedução de 6% (seis inteiros por cento) referente ao ônus que cabe ao empregado.

Parágrafo Terceiro - Do Fornecimento do Vale Transporte

Deverá o Empregador optar por fornecer o Vale Transporte em no máximo duas parcelas dentro do mês corrente, a primeira no 1º dia de cada mês e a segunda até o 15º do referido mês corrente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LIMITE DE IDADE

Para admissão aos serviços de qualquer natureza não haverá restrição de idade (CF, art. 5º, caput).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - EMPREGADOS ESTUDANTES

Fica assegurada aos empregados a concessão, nos dias de provas escolares e concursos públicos, de abono remunerado de falta, desde que comprovem estar estudando em cursos regulares e, ainda que pré-avise às respectivas empresas, por escrito, com antecedência mínima de 72 horas e, desde que, o horário das provas escolares coincida com o horário de trabalho e que os concursos públicos fiquem limitados a, no máximo, 03 (três) por ano.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA TROCA DO FERIADO

Na forma do artigo 611-A inciso XI da Lei 13.467/2017 fica estabelecido que o empregador poderá efetuar a TROCA DO FERIADO somente do pessoal administrativo, dentro da própria semana e com aviso aos funcionários com um mínimo de antecedência de 1 (um) mês.

Parágrafo único:

Ficam excetuados da regra acima os feriados de : 1º de janeiro; Sexta Feira da Paixão de Cristo e 25 de dezembro.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO

Às empresas será vedado estabelecer escalas que não obedeçam às correlatas disposições da legislação atual, facultando-se, todavia, as escalas de 12x36; 12x48, 8x16, como também, os sistemas denominados seis-por-um ou cinco-por-dois, devendo nestes dois sistemas serem respeitado o RSR. De igual sorte, para atender a peculiaridades de determinados postos ou para aqueles que exijam plantões especiais em decorrência de contrato com o cliente, ou por solicitação deste, serão permitidas outras escalas e horários compensatórios, mediante concordância expressa do empregado e anuência do sindicato Obreiro e do Sindicato Patronal a que se refere à cláusula Sexagesima Sétima, observando o limite legal. (Conforme Notificação Recomendatória nº 6237/2013 (ICP nº 3.016/2011) do Ministério Público do Trabalho).

Visando adequação da presente CCT aos termos do Inquérito Civil Público nº 003.016.2011.01.000/9 instaurado pelo Ministério Público do Trabalho, fica estabelecido a proibição da escala de Trabalho de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo Primeiro - Cômputo de horas extras:

Nos termos do Art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal e decisão das Assembléias Gerais dos Sindicatos convenientes, a jornada de trabalho dos empregados abrangidos pela presente Convenção fica fixada, no mínimo, em 192 (cento e noventa e duas) horas mensais, já incluso o descanso semanal remunerado, sendo somente consideradas como extras todas as horas que ultrapassarem esse total no cômputo final, resultado da soma de todas as semanas e dias efetivamente trabalhados, em qualquer escala, no período compreendido para apuração do mês. Sobre as horas excedentes, isto é, extras, haverá acréscimo de 50% (cinquenta inteiros por cento).

Parágrafo Segundo - Distribuição de Escalas:

É facultado, na distribuição das escalas de serviços, o trabalho aos domingos, sendo, todavia, assegurado que, consoante o disposto na CLT, um, em cada mês, seja reservado para folga do empregado. O Vigilante fará jus ao acréscimo de 100% (cem inteiros por cento) sobre feriados ou domingo, nos sistemas 5x2 e 6x1.

Parágrafo Terceiro - Fechamento de Folha:

É facultado às empresas estabelecer fechamento de suas folhas de pagamento a partir do dia 20 de cada mês, devendo ser respeitado o pagamento dos benefícios variáveis ocorridos antes do dia 20 de cada mês na folha de pagamento do mesmo mês, a ser quitada até o quinto dia útil do mês subsequente, conforme legislação vigente. (Conforme adequação do ICP nº 000113.2007.01.005/1 do Ministério Público do Trabalho).

Parágrafo Quarto- Salário Hora:

Para cálculo da remuneração de dias e horas dos funcionários em geral, em especial vigilantes, este será à razão de 1/30 (hum trinta avos) para dias e 1/220 (hum duzentos e vinte avos) para horas.

Parágrafo Quinto - Proibição de compensação de Jornada:

Para os vigilantes que trabalham em escala cujo total de horas trabalhadas no mês que não atinjam a jornada de 192 (cento e noventa e duas) horas trabalhadas, não poderá o empregador convocá-lo a complementação e compensação da jornada, sendo vedado ainda a alteração de escala visando a compensação.

Parágrafo Sexto – Jornadas Especiais para Eventos:

É considerado vigilante de eventos, o profissional vigilante, devidamente capacitado que, convocado por empresa de Segurança Privada devidamente autorizada pela DPF, exercer atividade de segurança/vigilância em eventos em caráter eventual, em casa de shows, boates, feiras e eventos culturais.

O vigilante convocado pela empresa para prestar serviços em evento, fará jus a remuneração mínima de:

Período de até 10 HORAS = Mínimo de R\$ 151,28 (cento e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos) com acréscimo do INPC acumulado no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 + lanche (sanduiche misto + 01 fruta + 01 bebida)

Período de até 12 HORAS = Mínimo de R\$ 176,69 (cento e setenta e seis reais e oitenta e sessenta e nove centavos) com acréscimo do INPC acumulado no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 + lanche (sanduiche misto + 01 fruta + 01 bebida)

O vigilante fará jus após a sexta hora de trabalho ao recebimento de ticket refeição, ou a alimentação fornecida alternativamente ao empregado, segundo as Normas do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

O pagamento dos valores previstos neste parágrafo será efetuado, diretamente ao vigilante, imediatamente ao término do evento, sendo assegurado ao profissional o recolhimento pela empresa dos encargos previdenciários de acordo com a legislação vigente.

Cabe ao tomador de serviço ou produtor a fiscalização do estrito cumprimento das normas ora convencionadas, notadamente quanto a legalidade e valores, sob pena de responder solidariamente pelo descumprimento. (Súmula 331 do TST).

Em se tratando de vigilante não pertencente ao quadro funcional da empresa prestadora do serviço, esta fica obrigada a assinar, com aquele profissional, contrato particular de prestação de serviço eventual.

Quando da convocação, a empresa exigirá do profissional vigilante apresentação do Curso de Formação em reciclagem (quando for o caso) atualizada e a Carteira Nacional de Vigilante (CNV).

O vigilante não poderá ser convocado com mais de duas horas de antecedência para estar presente ao local de realização do evento.

Parágrafo Sétimo – do Adicional Noturno:

O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), sobre a hora diurna.

A hora do trabalho noturno será computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

Considera-se noturno, o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.

(Conforme adequação MPT ICP nº 3848.2015.01.000-4 – Redação artigo 73 da CLT.)

Parágrafo Oitavo:

Fica assegurada a remuneração de hora extra com acréscimo de 100% (cem inteiros por cento) para os empregados que laborarem na jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, quando convocados para plantões extras em sua folga, no limite de seis plantões extras por mês, verificada a concordância do empregado e respeitado o descanso inter jornada de doze horas. Todo plantão extra será integralmente pago como hora extra com acréscimo de 100%, qualquer que seja o dia da semana, garantido ainda os benefícios da cláusula oitava - ticket refeição/alimentação e da quadragésima segunda - vale transporte da atual Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Nono:

A atividade de vigilância é contínua e não pode sofrer interrupção, assim, em caso de força maior ou de caso fortuito, o empregado Vigilante que estiver no posto de serviço deverá aguardar a sua substituição. A empresa fica obrigada a providenciar a substituição no máximo em 1 hora, o período que o Vigilante aguardou a substituição será remunerado como labor extraordinário com acréscimo de 50 % (cinquenta por cento).

Parágrafo Décimo:

Será sempre observado na atuação do Vigilante o limite de tolerância máxima de 10 minutos de rendição, sem caracterização de sobre jornada ou de horário suplementar.

Parágrafo Décimo Primeiro:

Conforme fixado na Portaria nº 1.510, de 21 de Agosto de 2009 e Portaria nº 373 de 25 de Fevereiro de 2011, e a portaria nº 671 de 08 de novembro de 2021, ambos do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como nos termos do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, saídas e intervalos, podendo ser manual, mecânico ou eletrônico.

A adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados via internet, por telefone e/ou rádio transmissor, pelas empresas abrangidas por esta Norma, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador, respeitando os termos dos arts. 31 e 32 do Decreto nº 10.854. A assinatura eletrônica do ponto poderá basear-se em sistema de tokenização, desde que o token respectivo seja enviado ao empregado, para acesso exclusivo do mesmo mediante senha pessoal, via celular ou e-mail, por empresa especializada, devendo as empresas manterem histórico dos empregados que visualizaram o ponto a ser assinado eletronicamente, dos efetivamente assim assinados e data de sua assinatura .

O horário que será anotado nos controles é o de efetiva entrada e de saída do trabalhador, devendo ser observado o rigor das anotações especialmente em casos em que não há rendição do posto de trabalho.

Parágrafo Décimo Segundo - Ponto por Exceção :

Na forma do artigo 74 § 4º da CLT fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho.

Parágrafo Décimo Terceiro - Jornada de Trabalho 44 horas Semanais Pessoal Administrativo :

Fica convencionado a utilização dos seguintes regimes de compensação que totalizem 44 horas normais , para os funcionários administrativo , por semana em jornada de :

- a) Cinco Dias de 6 (seis) horas e 24 minutos , um dia de 12 horas e um dia de folga;
- b) Cinco dias de 8 (oito) horas e 48 minutos e 2 (dois) dias de folga ;
- c) Cinco dias de 8 (oito) horas ,um dia de 4 horas e um dia de folga;
- d) Quatro dias de 11 (onze) horas e 3 (três) dia de folga ; Somente serão considerados Horas Extras aquelas que ultrapassarem o limite de 180 (cento e oitenta) horas mensais;

Fica garantido 1 (uma) hora de intervalo para almoço, não incluída na carga horária diária de trabalho.

FÉRIAS E LICENÇAS

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS

O início das férias coletivas ou individuais não poderá coincidir com sábado, domingo, feriado e dia de folga, salvo se a empresa, no retorno do seu funcionário, respeitar a automaticidade da escala em que aquele estava, quando saiu para o gozo das mesmas.

As Vigilantes femininas com filhos até 12 anos preferencialmente gozarão das férias nos meses de janeiro e julho, no entanto nos posto de serviços formados majoritariamente (mais de 50%) por vigilantes femininas se respeitará um revezamento na aplicação do referido benefício.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - COLETE À PROVA DE BALAS

As empresas ficam obrigadas a fornecerem coletes à provas de balas a todos vigilantes que portam arma de fogo, independente da natureza ou característica dos postos de serviço em que exercem suas funções relativamente a todos os contratos de prestações de serviços armados, salvo disposição de Lei ou decisão judicial em contrário.

Parágrafo Primeiro:

O colete à prova de bala será de nível II-A ou equivalente conforme já usado na escolta armada e no transporte de valores.

Parágrafo Segundo:

A implantação para os postos armados e nos contratos já existente será feita de acordo com a Portaria nº 191 de 04 de dezembro de 2006 da Secretaria de Inspeção do Trabalho e Diretoria do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego sendo exigida na proporção de 10% (dez inteiros percentuais) por semestre, totalizando 5 (cinco) anos contados da publicação da referida Portaria nº 191/2006.

Parágrafo Terceiro:

Em virtude da particularidade do uso do colete, o qual veio em forma de EPI, entende-se que os contratantes de serviços deverão participar também com os seus custos, ficando o percentual a ser acordado entre as partes.

Parágrafo Quarto:

Havendo transferência ou remoção do vigilante do posto de serviço que preencha os requisitos fixados no caput da presente cláusula, para outro que não haja tais previsibilidades fica a prestadora desobrigada do fornecimento do mesmo e a devolução do fornecido anteriormente.

Parágrafo Quinto:

O colete a ser fornecido aos empregados será de uso individual, sendo permitido, outrossim, o uso comum da placa, painel e ou tecido balístico acoplada a vestimenta a qual poderá ser retirada e inserida em outra capa no momento da rendição do obreiro por troca de plantão ou no horário destinado a pausa alimentar.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - VERIFICAÇÃO DE SAÚDE FUNCIONAL

Ficam as empresas obrigadas a manter profissionais em seus quadros ou efetuar convênio sob contrato para atender as exigências do Ministério do Trabalho no sentido de acompanhamento verificador da saúde física, mental e psicológica de seus vigilantes.

As empresas podem constituir SESMT comum, organizado e administrado pelo Sindicato Patronal na forma do artigo 4.14.3 da Norma Regulamentadora 4 - NR 4 do Ministério do Trabalho e Emprego. O Sindicato Patronal regulamentará o uso do SESMT Comum pelas empresas através de Regimento próprio.

Parágrafo Primeiro:

Caso ocorra algum sinistro com o uso de arma letal em serviço, deverá a empresa autorizar o afastamento do vigilante, diretamente envolvido no sinistro, do posto de serviço, para tratamento psicológico na sede da empresa por no mínimo 03 (três) plantões sem prejuízo de sua remuneração, bem como, verificar a necessidade de transferência do vigilante para outro posto de serviço ou rota de trabalho.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos justificados de ausência ao trabalho, emitidos pelo órgão previdenciário e seus conveniados, na forma da Lei, bem como, o atestado médico emitido pelos médicos particulares conveniados aos planos de saúde e assistência médica/odontológica da empresa e do Sindicato.

Parágrafo Primeiro:

Os atestados médicos serão obrigatoriamente encaminhados ao departamento de pessoal das empresas, no mesmo dia de sua emissão ou, no máximo, 48 horas após a expedição sob pena de invalidade e de serem considerados nulos. Serão aceitos os atestados médicos quando encaminhados pelo funcionário ou por seu representante, correspondência via CORREIOS com Aviso de Recebimento, através de Fax, via correio eletrônico/e-mail devendo o Atestado Médico constar digitalizado no anexo da mensagem eletrônica, devendo nestes dois últimos casos o original obrigatoriamente ser apresentado quando do retorno do funcionário ao trabalho.

Parágrafo Segundo:

Todos os atestados médicos, independente da sua origem, deverão ser encaminhados ao médico do trabalho do empregador, para uma possível reavaliação, sendo o custo da reavaliação do empregador.

RELAÇÕES SINDICAIS

SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DESFILIAÇÃO SINDICAL

É direito fundamental do trabalhador, pedir cancelamento de desconto de mensalidades sindicais, por motivo de desfiliação. Para tanto, as empregadoras, tomarão as medidas necessárias, mediante solicitação escrita do Sindicato Obreiro atingido a partir da manifestação da vontade do próprio. Não sendo atendido nesta forma o prejudicado trabalhador deverá dirigir reclamação por escrito a Federação que suprirá a recalcitrância do Sindicato visado, fazendo a comunicação competente á empregadora acompanhado do pedido de cancelamento.

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DELEGADO SINDICAL

As empresas obrigam-se a reconhecer a figura do delegado sindical que vier a ser indicado pelo sindicato obreiro, assegurando-lhe condições para o desempenho de sua atribuição. Todavia com estabilidade provisória na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, poderá o delegado indicado ser substituído por solicitação de sua empresa empregadora, desde que esta apresente ao sindicato a que o delegado pertence, justo motivo para tal, na forma legal e aceita pelo presidente da entidade obreira. Ocorrendo força maior ou justo motivo para dispensa fica revogada a estabilidade provisória ajustada pelas partes.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

As empresas se comprometem, na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho e durante todo o período do seu Mandato Eletivo, a liberar do trabalho, sem prejuízo da remuneração mensal, gratificação de férias e tíquete refeição, o dirigente sindical eleito para os cargos de direção de sua entidade classista, observando-se o limite de dois diretores por empresa, em todo o Estado do Rio de Janeiro, no somatório de todos os Sindicatos Obreiros devidamente comprovado pela Empresa.

Parágrafo Primeiro - Direito de Oposição

É facultado às empresas manifestar-se contra qualquer liberação, de forma expressa, indicando as razões da não concordância com relação ao dirigente indicado. Em tal situação, o sindicato obreiro proporá a substituição do nome rejeitado para liberação. Igualmente é facultado ao presidente do sindicato obreiro, em qualquer época e a seu critério, determinar a substituição ou devolução do diretor liberado aos quadros da empresa.

Parágrafo segundo - Frequência Livre

Fica assegurada a frequência livre ao trabalho dos dirigentes sindicais para participarem de assembléias e reuniões sindicais, no limite de 05 (cinco) liberações mensais por dirigente, sem prejuízo do seu dia de trabalho, quando não liberados na forma do caput, mediante comunicação da entidade interessada, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

O Dirigente Sindical no efetivo exercício da função Sindical estará coberto pela Clausula 11ª (Seguro de Vida), equivalente a como estivesse em serviço na empresa.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

A título de Contribuição Assistencial, fica estipulado o desconto de valor igual a R\$ 29,90 (vinte e nove reais e noventa centavos) para todos os empregados em favor do Sindicato Obreiro da base que ele trabalha, facultado aos empregados filiados e não-filiados manifestar-se contrariamente por escrito e dirigido ao Sindicato Obreiro pessoalmente. Será garantido o direito de oposição aos associados e não associados pelo prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, se comprometendo o sindicato a divulgar amplamente nas suas redes sociais, sites e informativos o referido prazo de oposição, a partir da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho.

Bem como em total consonância ao Acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 1.018.459 do Plenário do Supremo Tribunal Federal que restabeleceu a legalidade da cobrança da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL com fundamento no artigo 513 da CLT.

Parágrafo Primeiro – Recolhimento/2024

O desconto da Contribuição Assistencial será efetivado no Mês de Março/2024 para aqueles funcionários que não se opuserem ao desconto atinentes a referida contribuição, sendo obrigatoriamente recolhido integralmente à tesouraria da entidade consignatária, até o 10º (décimo) dia do mês Abril/2024, mediante a apresentação da relação ordenada de todos os empregados atingidos pela contribuição, nela constando o nome, função e valor da contribuição.

Parágrafo Segundo – Recolhimento/2025

O desconto da Contribuição Assistencial será efetivado no mês de Março/2025, com o valor reajustado pelo mesmo índice que incida sobre o piso salarial dos vigilantes, para aqueles funcionários que não se opuserem ao desconto atinente a referida contribuição, sendo obrigatoriamente recolhido integralmente à tesouraria da entidade consignatária, até o 10º (décimo) dia do mês Abril/2025, mediante a apresentação da relação ordenada de todos os empregados atingidos pela contribuição, nela constando o nome, função e valor da contribuição.

Parágrafo Terceiro - do repasse

O pagamento fora do prazo a que se refere os parágrafos anteriores ficará sujeito à multa de 5% (cinco inteiros por cento), sobre o devido, acrescidos de correção monetária e juros de mora

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA LABORAL

No mês de Setembro de 2024, será efetuado o desconto da Contribuição Confederativa prevista na Constituição Federal, no valor único de um dia de salário já reajustado. As empresas somente ficam obrigadas a descontar a referida Contribuição Confederativa dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados de forma expressa, conforme disposto no artigo 545 da CLT.

Parágrafo Primeiro - Recolhimento:

Somente será descontado daqueles funcionários que autorizaram expressamente o referido desconto. Sendo que obrigatoriamente, o associado recolha para o Sindicato ao qual for filiado, e os não-sindicalizados para o Sindicato da base que o mesmo trabalha, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, mediante apresentação, pelas empresas, da relação ordenada de todos os empregados atingidos pelo desconto, nela constando nome, cargo, salário e valor da contribuição.

Parágrafo Segundo - Atraso de Repasse:

O pagamento fora do prazo a que se refere o parágrafo anterior ficará sujeito à multa de 5% (cinco inteiros por cento), sobre o devido, acrescida de correção monetária e juros de mora.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL E LABORAL

As empresas remeterão ao SINDESP-RJ e aos Sindicatos Laborais, no prazo de 30 (trinta) dias, após o mês de vencimento da contribuição Sindical patronal e laboral, que tem seu vencimento em 31 de janeiro e 31 de março de cada ano respectivamente, mediante a entrega das relações, contendo nome, função e valores descontados, admitido o recolhimento pela rede bancária na forma convencionada pelo credor.

Os descontos de Contribuições Sindicais serão efetuados mediante solicitação do sindicato obreiro entregue às empregadoras até o dia 10 do mês de início do desconto, repassando aos cofres do Sindicato até o dia 10 do mês subsequente.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no SINDESP-RJ no dia 30 de outubro de 2023, por maioria de votos das empresas presentes, ficou estabelecido a cobrança da Contribuição Sindical Patronal Compulsória para todas as empresas da Categoria Patronal. A legalidade da referida cobrança se fundamenta na Nota Técnica nº 02/2018 da COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA LIBERDADE SINDICAL - CONALIS do Ministério Público do Trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Os descontos de mensalidade social no percentual de 5% do piso salarial do vigilante e outras contribuições estipuladas por Convenções Coletivas serão efetuadas mediante solicitação do sindicato obreiro entregue às empregadoras, até o dia 10 do mês de início do desconto.

Parágrafo Primeiro – Recolhimento:

As quantias devidas ao sindicato obreiro, decorrentes de quaisquer descontos previstos no caput, serão recolhidas à tesouraria do mesmo até o décimo dia do mês subsequente ao dos

descontos, mediante entrega de relações, contendo nome, função e valores descontados, admitido o recolhimento pela rede bancária na forma convencionada pelo credor.

Poderá a Entidade Obreira enviar o pedido de desconto em folha do empregado digitalizado por e-mail. Deverá a empresa confirmar o recebimento do e-mail com pedido de desconto em folha.

Parágrafo Segundo – Multa:

O atraso do recolhimento dos descontos implicará sanção estipulada pelo parágrafo único do Art. 545 da CLT, acrescido de correção monetária e juros de mora.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - TAXA DE CUSTEIO PATRONAL

As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho recolherão ao Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Vigilância Patrimonial, Sistemas de Segurança, Escolta, Segurança Pessoal e Cursos de Formação no Estado do Rio de Janeiro – SINDESP-RJ; a título de taxa de custeio assegurada pelo artigo 8º inciso IV da Constituição Federal aprovada pela Assembléia Geral da categoria realizada no dia 30 de outubro de 2023, o valor equivalente a 1,5% (hum inteiro e meio por cento) incidente sobre o piso da categoria profissional já reajustado, multiplicado pelo número de empregados de cada empresa sediada na base territorial do Sindicato da Categoria Econômica que subscreve a presente convenção. O valor total devido será, obrigatoriamente, recolhido à tesouraria do SINDESP-RJ em boleta bancária ou contra recibo em 09 (nove) parcelas iguais e sucessivas, nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro do corrente ano, sob a pena de multa de 10% (dez inteiros por cento) além da correção monetária, acompanhado da relação nominal do total de empregados que a empresa possui. O SINDESP-RJ processará o cálculo da contribuição devida por cada empresa com base no efetivo empregados/vigilantes de acordo com o E-Social, do mês de janeiro/2024.

O Sindicato Patronal quando compor o polo passivo de ação judicial que discuta a cobrança da presente Taxa de Custeio Patronal, assumirá exclusivamente todas as responsabilidades pertinentes às cobranças em questão.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão a título de Contribuição Confederativa aprovada pela Assembléia Geral da categoria realizada no dia 22 de outubro de 2021, a cobrança será de responsabilidade da FENAVIST.

O Sindicato Patronal quando compor o polo passivo de ação judicial que discuta a cobrança da presente Contribuição Confederativa Patronal, assumirá exclusivamente todas as responsabilidades pertinentes às cobranças em questão.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B; considerando que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, prevalecerá o negociado sobre o legislado; considerando que não há vedação legal a que a autorização prévia e expressa da contribuição possa ser feita de forma coletiva. Assim, por deliberação da Assembleia Geral do SINDESP – RJ realizada em 30/10/2023, de acordo com o disposto no art. 8º, incisos III e IV, da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SINDESP – RJ deverão recolher junto ao Banco em favor do SINDESP – RJ, mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, para a assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido na tabela que será divulgada pelo Sindicato Patronal, nos termos aprovados na respectiva AGE.

Bem como em total consonância ao Acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 1.018.459 do Plenário do Supremo Tribunal Federal que restabeleceu a legalidade da cobrança da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL com fundamento no artigo 513 da CLT.

Parágrafo Primeiro – O valor será de R\$ 27,00 (vinte e sete reais) por funcionário de cada Empresa que compõe a categoria de Empresas de Segurança Privada, Empresas de Monitoramento de Segurança e Cursos de Formação. O vencimento desta contribuição será no dia 10 de fevereiro de cada ano.

Para o período de 01/01/2025 a 31/12/2025 a Contribuição Assistencial Patronal dos empregados abrangidos pelo presente Instrumento Coletivo será reajustada pelo índice do INPC acumulado no período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

Parágrafo Segundo - O atraso no pagamento da contribuição supramencionada acarretará multa de 10%, juros de 0,033/dia e correção monetária em caso de atraso, passível de medidas judiciais, arcando a empresa com eventuais despesas e honorários advocatícios.

Parágrafo Terceiro - A contribuição Assistencial Patronal será proporcional para as empresas que obtiverem o alvará de funcionamento da Polícia Federal após o mês de janeiro de cada ano, na proporção de 01/12 avos por mês após a publicação de seu Alvará.

Parágrafo Quarto - A correção dos valores da contribuição Assistencial Patronal se dará pelo mesmo índice da Convenção Coletiva, no mês de janeiro de cada ano.

Parágrafo Quinto - As empresas se comprometem a fornecer, quando solicitado por escrito no prazo de 10 (dez) dias ao SINDESP-RJ o quantitativo de seus funcionários devidamente atualizado no E-Social do mês de fevereiro de cada ano. A empresa que não cumprir a solicitação, o SINDESP-RJ, procederá o envio de Ofício aos Tomadores de serviços da referida empresa visando apurar o quantitativo de funcionários da empresa em cada Tomador de serviço.

A empresa ainda incorrerá em multa cumulativa em caso do atraso no envio das informações solicitadas, conforme tabela abaixo.

1. 1º Mês - Multa de 20% sobre o piso salarial do vigilante, multiplicado pelo quantitativo de seus funcionários.
2. 2º Mês - Multa de 25% sobre o piso salarial do vigilante, multiplicado pelo quantitativo de seus funcionários.
3. 3º Mês - Multa de 30 % sobre o piso salarial do vigilante, multiplicado pelo quantitativo de seus funcionários.
4. 4º Mês - Multa de 35% sobre o piso salarial do vigilante, multiplicado pelo quantitativo de seus funcionários.
5. 5º Mês - Multa de 40% sobre o piso salarial do vigilante, multiplicado pelo quantitativo de seus funcionários.
6. 6º Mês - Multa de 45% sobre o piso salarial do vigilante, multiplicado pelo quantitativo de seus funcionários.
7. 7º Mês – Multa de 50% sobre o piso salarial do vigilante, multiplicado pelo quantitativo de seus funcionários.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISO

As empresas concordam em fixar em seus quadros de avisos as convocações de reuniões programadas pelos Sindicatos, desde que contenham apenas data, local e tema da reunião, bem como comunicações de interesse das entidades sindicais, desde que, não ofensivas às empresas.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - PREÇO PREDATÓRIO - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

Visando a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o sindicato obreiro e/ou patronal ou o sindicato obreiro e/ou qualquer empresa, se manifestarão junto a clientes tomadores de serviço, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado predatório, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e tributário. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente-tomador do serviço de segurança por parte principalmente do sindicato obreiro, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático--financeira do preço (predatório) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais. Outrossim, deverão ambos os sindicatos agir em conjunto ou isoladamente, junto aos Tribunais de Conta da União, Estado ou Município, e, ainda, poderá qualquer dos sindicatos representar contra qualquer agente público diretamente responsável por chancela de preços predatórios nos termos da Lei n.º 8.429/92, como prevê a Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta convenção coletiva de trabalho e em atendimento ao disposto nos artigos 607 e 608 da CLT - Consolidação das Leis de Trabalho, as empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública direta ou indireta ou contratação por setores privados deverão apresentar Certidão de Regularidade Trabalhista Sindical para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo Primeiro:

A falta da Certidão que trata este dispositivo, ou sua apresentação com prazo de validade que será de 30 (trinta) dias – vencido permitirá, às empresas concorrentes, bem como aos Sindicatos convenientes, nos casos de concorrência, carta-convite, pregão, tomada de preço ou outra forma de licitação alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas.

Parágrafo Segundo:

Para emissão da Certidão de Regularidade das Empresas não filiadas será cobrada a taxa de 20% (vinte por cento) sobre o piso do vigilante em vigor.

Parágrafo Terceiro:

A Certidão expedida pelo Sindicato Laboral e Patronal, obrigatoriamente dará plena e rasa quitação as obrigações sindicais devidas pelas empresas, incluindo todos anos anteriores até a data da referida expedição.

Parágrafo Quarto:

Em caso de não repasse ou não pagamento da Contribuição Assistencial previstas nas Cláusulas 54ª e 60ª, o Sindicato poderá enviar Ofícios aos Tomadores de Serviço informando acerca da referida inadimplência da Empresa Inadimplente.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - INDICAÇÃO DE CANDIDATOS A EMPREGO PELO SINDICATO OBREIRO

É facultado aos Sindicatos Obreiros encaminharem candidatos a vigilante aos departamentos de seleção das empresas, devendo, todavia se certificar dos padrões exigíveis para seleção e possível admissão em cada empresa.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

As Entidades sindicais convenientes poderão por si ou por seus órgãos superiores instituir Comissão de Conciliação Prévia Sindical ou Intersindical, nos termos da Lei 9.958/2000 e da Portaria M.T.E 329/2002, cujo funcionamento obedecerá modelo, forma, regulamentos e normas próprias, com participação de conciliadores indicados pelas entidades.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - HOMOLOGAÇÃO

É obrigatória a assistência sindical a ser realizada na sede do Sindicato Obreiro, no ato de demissão e rescisão de contrato de trabalho, é da competência do sindicato cuja jurisdição o trabalhador prestou seus serviços nos últimos 90 (noventa) dias, para aqueles que mantiverem seu vínculo empregatício por mais de 01 (um) ano.

As parcelas rescisórias devidas, deverão ser quitadas em até 10 (dez) dias a contar da data de demissão. A referida homologação deverá ser realizada pelo sindicato laboral em até 10 dias, contados a partir da solicitação do empregador, sob pena de multa no valor de 01 (um) piso salarial por empregado para quem der causa ao atraso, valor revertido em favor do Empregador ou do sindicato Laboral.

As empresas deverão cumprir no prazo máximo de 10 dias a contar da demissão a homologação na Entidade Laboral, sob pena de aplicação da multa do artigo 477 parágrafo 8º da CLT.

Parágrafo Primeiro - Perfil Profissiográfico Previdenciário:

As empresas no ato da homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho se obrigam a fornecer ao trabalhador o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) na forma prevista no Instrução Normativa nº 99 INSS/DC de 05/12/2003 (D.O.U 10/12/2003).

DISPOSIÇÕES GERAIS

REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Diante da nova relação normativa estabelecida pelo art. 620 da Lei 13.467 de 2017, fica convencionado que os Acordos Coletivos de Trabalho não poderão estabelecer condições menos favoráveis às estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho, para tanto, a celebração dos instrumentos normativos coletivos deverão contar com a anuência dos sindicatos Patronal e Laboral, este da base territorial onde o empregado atinge a labora.

Parágrafo Primeiro - Da obrigatoriedade anuência do Sindicato Patronal e Laboral:

A celebração dos acordos individuais deverão contar com a intervenção direta obrigatória dos sindicatos Patronal e Laboral, este da base territorial onde o empregado labora.

Parágrafo Segundo - Da Multa por Descumprimento:

O Sindicato e a empresa que vierem a descumprir as normas para celebração de Acordo Coletivo de Trabalho, conforme convencionado na presente Convenção Coletiva, ficarão o referido Sindicato e a Empresa penalizados na multa de 01 (um) piso vigente do vigilante, multiplicado por funcionário do quantitativo total da empresa obtido através do E-Social devidamente atualizado. A referida multa será revertida para os Sindicatos, que não deram a devida anuência, conforme a presente cláusula. Fica desde já ciente todos os Sindicatos que a referida multa constitui-se créditos de terceiros, não podendo ser objeto de negociação em norma coletiva, conforme Artigo 611 - B inciso XXIX da CLT.

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO PARITÁRIA

Durante a vigência do presente instrumento, as partes poderão constituir comissão paritária, com participação de 02 (dois) representantes de cada uma delas, com a finalidade de dirimir dúvidas que surjam na vigência da presente, procurando soluções adequadas.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - CUMPRIMENTO

As partes signatárias do presente instrumento se comprometem a observar os dispositivos e normas pactuadas, estando às assembleias das mesmas autorizadas a elaborarem termo aditivo, caso necessite, ficando acertado que à parte infratora responderá pelas penalidades previstas na presente Convenção Coletiva, além da multa de 5%(cinco inteiros por cento) incidente sobre o piso da categoria profissional, que se reverterá para o sindicato que pleitear judicialmente.

Parágrafo Primeiro :

Fica pactuado que as empresas deverão efetuar o pagamento salarial mensal sem atraso até o quinto dia útil do mês. Caso não ocorra o pagamento, fica estipulado a partir do sétimo dia útil até o trigésimo dia multa inicial de 20% sobre o piso inicial do vigilante com o limite máximo de 50% sobre cada piso salarial do vigilante, revertido para o respectivo empregado no próximo pagamento mensal de salário. Sendo que a multa somente será cumulativa em caso do atraso ocorrer em meses seguidos, não valendo tal regra para atraso em meses alternados:

1. 1º Mês - Multa de 20% sobre o piso salarial do vigilante
2. 2º Mês - Multa de 25% sobre o piso salarial do vigilante
3. 3º Mês - Multa de 30 % sobre o piso salarial do vigilante
4. 4º Mês - Multa de 35% sobre o piso salarial do vigilante
5. 5º Mês - Multa de 40% sobre o piso salarial do vigilante
6. 6º Mês - Multa de 45% sobre o piso salarial do vigilante
7. 7º Mês – Multa de 50% sobre o piso salarial do vigilante

Parágrafo Segundo:

Fica pactuado que as empresas deverão efetuar o pagamento dos benefícios de vale transporte e ticket refeição de modo que o empregado não seja obrigado a adiantar as suas despesas dos referidos valores. Do contrário fica estipulado multa inicial de 20% sobre o valor do benefício atrasado com o limite máximo de 50% sobre cada benefício, revertido para o respectivo empregado no próximo pagamento mensal. Sendo que a multa somente será

cumulativa em caso do atraso ocorrer em meses seguidos, não valendo tal regra para atraso em meses alternados:

1. 1º Mês - Multa de 20% sobre o valor do benefício
2. 2º Mês - Multa de 25% sobre o valor do benefício
3. 3º Mês - Multa de 30 % sobre o valor do benefício
4. 4º Mês - Multa de 35% sobre o valor do benefício
5. 5º Mês - Multa de 40% sobre o valor do benefício
6. 6º Mês - Multa de 45% sobre o valor do benefício
7. 7º Mês – Multa de 50% sobre o valor do benefício

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - JUÍZO COMPETENTE

A Justiça do Trabalho será competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida ou pendência resultante da presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive quanto à sua aplicação.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - VALIDADE

Considerada a data-base da categoria, a vigência da presente Convenção, devidamente registrada pela autoridade competente, abrangerá o período de 02 (dois) anos, entre 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025.

A presente Convenção Coletiva de Trabalho entrará em vigor 03 (três) dias após a data de pedido de registro no órgão competente Art. 614 parágrafo 1º da CLT.

Os Sindicatos signatários da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ajustam compromisso de reabrirem de imediato as negociações, em caso de ser sancionada qualquer Lei que altera a Legislação Trabalhista - CLT em vigor.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - REGISTRO E DEPÓSITO DA PRESENTE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

As partes convenientes que, por estarem justas e acertadas, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho e, consoante o disposto no Art. 614 da CLT, efetuando a transmissão via Sistema Mediador do presente instrumento para a SERET no Estado do Rio de Janeiro, para fins de registro e arquivo, assegurando os seus legítimos, jurídicos e legais efeitos.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - REPRESENTANTE

As partes ajustam que na vigência da presente CCT será eleito um representante dos empregados nas empresas, sendo que fica negociado que a previsão dos artigos 510-A, 510-B, 510-C, 510 – De seus parágrafos, da Lei n. 13.467/2017, passará a ser no seguinte teor:

Conforme artigo 11 da Constituição Federal, nas empresas com mais de 200 (duzentos) empregados, é assegurada a eleição de 1 (um) representante no Estado do Rio de Janeiro. A eleição será convocada e realizada por cada empresa. A empresa deverá notificar o Sindicato onde encontra-se estabelecida a sede da empresa, acerca da eleição da representação de empregado.

FREDERICO CARLOS CRIM CAMARA

PRESIDENTE

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEG.PRIVADA,VIGILANCIA PATRIMONIAL,SISTEMAS DE SEGURANCA,ESCOLTA,SEG.PESSOAL E CURSOS DE FORMACAO NO EST.DO RIO DE JANEIRO

HUMBERTO ROCHA DA SILVA

PRESIDENTE

SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, DE VIGILANCIA, DE TRANSPORTE DE VALORES, DE PREVENCAO E COMBATE A INCENDIO, DE CURSOS

ANEXOS

ANEXO I - ATA PATRONAL

Anexo (PDF)

ANEXO II - ATA LABORAL

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



SINDESP-RJ/DIR 049/2025

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2025.

A

**FEDERAÇÃO DOS VIGILANTES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E
AOS SINDICATOS LABORAIS.**

**ASSUNTO: REAJUSTE SALARIAL E DAS CLAUSULAS
ECONÔMICAS DA CONVENÇÃO COLETIVA DE
TRABALHO 2024/2025.**

Prezados Senhores:

Segue reajuste salarial e das Cláusulas Econômicas da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 firmada entre os Sindicatos dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança, de Vigilância, e Transporte de Valores, de Prevenção e Combate a Incêndio, de Cursos de Formação e Similares ou Conexos do Município do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes e Região, Macaé e Região, Belford Roxo e Queimados, Angra dos Reis e Região, Petrópolis e Região, Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, Escolta do Município do RJ, Niterói e Região, Volta Redonda e Região, Itaguaí e Seropédica, Duque de Caxias, Nova Friburgo, Mesquita e Nilópolis e do outro lado o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Vigilância Patrimonial, Sistemas de Segurança, Escolta, Segurança Pessoal e Cursos de Formação no Estado do Rio de Janeiro-SINDESP-RJ.

Na Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 firmada entre o Sindicato Patronal e os Sindicatos Laborais ficou acertado um aumento para o ano de 2025 de 5,80% (cinco inteiros e oitenta centésimos por centos), vigendo a partir de 01º de janeiro de 2025, data base da categoria.



VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de **1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025** e a data-base da categoria em 1º de janeiro.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

<u>FUNÇÃO</u>	<u>SALÁRIO</u>	
<i>I-</i>	<i>Vigilante</i>	<i>R\$ 1.919,01</i>
<i>II-</i>	<i>Vigilante Motorista/Motociclista</i>	<i>R\$ 2.302,82</i>
<i>III-</i>	<i>Vigilante Orgânico</i>	<i>R\$ 1.919,01</i>
<i>IV-</i>	<i>Vigilante Feminina/Recepcionista</i>	<i>R\$ 1.919,01</i>
<i>V-</i>	<i>Segurança Pessoal Privada</i>	<i>R\$ 2.302,82</i>
<i>VI-</i>	<i>Supervisor de Área</i>	<i>R\$ 2.880,00</i>
<i>VII-</i>	<i>Fiscal de Posto ou Supervisor de Posto</i>	<i>R\$ 2.125,77</i>
<i>VIII</i>	<i>Instrutor</i>	<i>R\$ 3.230,42</i>
<i>IX-</i>	<i>Coordenador</i>	<i>R\$ 3.060,01</i>
<i>X-</i>	<i>Funcionários em Serviços Administrativos</i>	<i>R\$ 1.616,11</i>
<i>XI-</i>	<i>Vigilante condutor de cães</i>	<i>R\$ 1.919,01</i>
<i>XII-</i>	<i>Vigilante responsável pelo monitoramento de aparelhos eletrônicos</i>	<i>R\$ 1.919,01</i>
<i>XIII -</i>	<i>Vigilante Balanceiro</i>	<i>R\$ 1.919,01</i>

TRIÊNIOS

Funcionários admitidos a partir de 01/03/2017

Somente os funcionários admitidos a partir de 01/03/2017 não farão juz ao recebimento do triênio, mas, irão receber a partir da contratação o valor fixo, mensal e não cumulativo de **R\$ 17,53 (dezessete reais e cinquenta e três centavos)**, que aplicando-se o desconto de 20% previsto pela Legislação do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador resultará no valor líquido de **R\$ 13,38 (treze reais e trinta e oito centavos)**, na forma de Vale-Alimentação até dia 20 de cada mês este valor não servirá de base de cálculo para horas extras, adicional de periculosidade, adicional noturno, hora noturna reduzida nem qualquer outra verba remuneratória, 13º Salário, Férias, FGTS e Aviso Prévio.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA, VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, SISTEMAS DE SEGURANÇA, ESCOLTA, SEGURANÇA PESSOAL E CURSOS DE FORMAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Paulo de Frontin, 383 - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20261-240

Tel.: (21) 2293-4354

<http://www.sindesp-rj.com.br> e-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br



AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

TÍQUETE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

O Tíquete refeição/alimentação, a partir de 1º de janeiro de 2025, manterá valor unitário de **R\$ 37,85 (trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos)** devendo ser fornecido para cada escala de plantão de até 12 horas efetivamente trabalhadas, a todos os empregados em exercício de suas funções, na forma estabelecida pela legislação do **PAT - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR**. Nas jornadas superiores a 12 horas, o empregado receberá mais um vale refeição adicional.

DO AUXÍLIO FAMILIAR AO TRABALHADOR

Fica estabelecido entre as partes que as empresas abrangidas pelo presente instrumento coletivo pagarão compulsoriamente o valor de **R\$ 31,07 (trinta e um reais e sete centavos)** por trabalhador que possua, a título de contribuição para Auxílio Familiar ao Trabalhador, sem qualquer desconto no salário do empregado, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora PHENIX ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI E BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR contratada pelas entidades convenientes.

JORNADA DE TRABALHO

Jornadas Especiais para Eventos:

É considerado vigilante de eventos, o profissional vigilante, devidamente capacitado que, convocado por empresa de Segurança Privada devidamente autorizada pela DPF, exercer atividade de segurança/vigilância em eventos em caráter eventual, em casa de shows, boates, feiras e eventos culturais.

O vigilante convocado pela empresa para prestar serviços em evento, fará jus a remuneração mínima de:

Período de até 10 HORAS = Mínimo de **R\$ 158,71 (cento e cinquenta e oito reais e setenta e um centavos)** + lanche (sanduiche misto + 01 fruta + 01 bebida)

Período de até 12 HORAS = Mínimo de **R\$ 185,37 (cento e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos)** + lanche (sanduiche misto + 01 fruta + 01 bebida).

CONTRATO DE TRABALHO EM REGIME OFFSHORE

d) Da Ajuda de Custo de locomoção de **R\$ 169,51 (cento e sessenta e nove reais e cinquenta e um centavos)**, com intuito de custear o deslocamento do colaborador de sua casa até o local de embarque.



ESCOLTA ARMADA

REAJUSTE SALARIAL

Agentes e outros

Ficam fixados, a partir de janeiro de 2025, os seguintes pisos salariais mínimos, facultando as empresas estabelecerem, acima desses pisos, valores diferenciados para agentes, estipulados por faculdade de quem contrata os serviços de vigilância. Nestes casos não incidirá direito à isonomia, conforme especificações contidas na cláusula “**POSTOS ESPECIAIS**”.

FUNÇÃO SALÁRIO

I- VIGILANTE DE ESCOLTA	R\$ 2.494,74
II- SUPERVISOR DE ÁREA	R\$ 2.880,00
III – COORDENADOR	R\$ 3.060,01
IV - FUNCIONÁRIOS EM SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	R\$ 1.616,11

TIQUETE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

O Tiquete refeição/alimentação, a partir de 1º de janeiro de 2025, manterá valor unitário de **R\$ 40,45 (quarenta reais e quarenta e cinco centavos)** devendo ser fornecido para cada escala de plantão de até 12 horas efetivamente trabalhadas, a todos os empregados em exercício de suas funções, na forma estabelecida pela legislação do PAT - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR. Nas jornadas superiores a 12 horas, o empregado receberá mais um vale refeição adicional.

CAFÉ MATINAL

As empresas de Escolta Armada ficam obrigadas a concederem café matinal (pão com manteiga e café com leite) para os empregados na sede da empresa até as 08:00 (oito horas da manhã).

Parágrafo Único: Havendo impossibilidade por parte da empresa e/ou em caso do vigilante de escolta estiver em viagem a empresa terá que custear o café da manhã, no valor de **R\$ 6,91 (seis reais e noventa e um centavos)**.

Atenciosamente,


Frederico Carlos Crim Camara
Presidente

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal no Rio de Janeiro
PREGÃO ELETRÔNICO no. xx/2026 Processo 21044.007147/2025-06
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Com ajustes após publicação da Lei nº 13.467, de 2017.

Módulo 1 - Composição da Remuneração		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		
2,1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
Total		
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)
A	INSS	20,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	SAT	
D	SESC ou SESI	1,50%
E	SENAI - SENAC	1,00%
F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
Total		
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.		
2,3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Benefício xxx	
D	Outros (especificar)	
Total		
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2,1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2,2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2,3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		

[illegible]

MINISTÉR	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
	Total	
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		
4,1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausências Legais	
C	Licença-Paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Afastamento Maternidade	
F	Outros (especificar)	
	Total	
Submódulo 4.2 - Intrajornada		
4,2	Intrajornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação	
	Total	
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4,1	Ausências Legais	
4,2	Intrajornada	
	Total	
Módulo 5 - Insumos Diversos		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	Total	
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)
A	Custos Indiretos	
B	Lucro	
C	Tributos	
	C.1. Tributos Federais (especificar)	
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	
	Total	
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
	Subtotal (A + B +C+ D+E)	
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
	Valor Total por Empregado	

[illegible]

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO
E CONTRATAÇÃO DIRETA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(Processo Administrativo nº21044.007147/2025-51)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SFA/RJ E

.....

A [União] , por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com sede na Avenida Rodrigues Alves número 129, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 00.396.895/0027-64, neste ato representado pelo seu Subsecretário de Governança das Superintendências , Sr. RAUL VINICIUS SOBRAL AMADUCCI, nomeado(a) pela Portaria/MAPA nº 877 de 17 de dezembro de 2025, publicada no DOU de 22 de dezembro 2025, , doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 21044.007147/2025-51 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as necessidades das instalações físicas da SFA-RJ, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, com fornecimento de toda mão de obra, com dedicação exclusiva, materiais, armamentos, munições e equipamentos, conforme estabelecido no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *[O Edital da Licitação];*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- 2.2.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- 2.2.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- 2.2.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*
- 2.2.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*
- 2.2.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. *Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ **227.604,32 (duzentos e vinte e sete mil seiscientos e quatro reais e trinta e dois centavos)**, perfazendo o valor total de R\$ 2.731.251,89 (dois milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.11. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês.;

8.1.13. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.14. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou

o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitosas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.56. *Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;*

9.56.1. *As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.*

9.56.2. *Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de **XX**% com a nova contratação.*

9.56.3. *Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.*

9.56.4. *Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.*

9.56.5. *O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.56.3.*

9.56.6. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.57. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Das indenizações e multas.

14.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.9. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.10. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.11. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.12. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.12.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.12.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.13. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.16. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 130063;
- II) Fonte de recursos: 100000000;
- III) Programa de trabalho: 168953;
- IV) Elemento de despesa: 33903703;
- V) V) Plano interno: OPERSSFAS; e
- VI) VI) Nota de empenho: [...];

16.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em XXXXX, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro, xx de xxxxxx de 2026.

RAUL VINICIUS SOBRAL AMADUCCI

Subsecretário de Governança das Superintendências – SGS/SE/MAPA

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- *Agnaldo Pinto da Silva* - Testemunha do Representante Legal da Contratante

2-